



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MPPGAV

Angelica Cavalcanti Teixeira

**Avaliação de cursos de graduação com base no Sinaes: um estudo das
dissertações e teses**

João Pessoa - PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T266a Teixeira, Angelica Cavalcanti.

Avaliação de cursos de graduação com base no Sinaes:
um estudo das dissertações e teses / Angelica
Cavalcanti Teixeira. - João Pessoa, 2022.
110 f. : il.

Orientação: Paulo Cesar Geglio.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior. 2. Avaliação de cursos -
Graduação. 3. SINAES. 4. Dissertações - Teses. I.
Geglio, Paulo Cesar. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

Angelica Cavalcanti Teixeira

Avaliação de cursos de graduação com base no Sinaes: um estudo das dissertações e teses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior,

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Goglio

João Pessoa - PB

2022

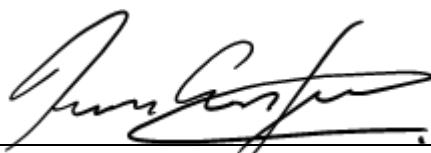
Angelica Cavalcanti Teixeira

**Avaliação de cursos de graduação com base no Sinaes: um estudo das
dissertações e teses**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 31 / 08 / 2022

Banca Examinadora



Prof. Dr. Paulo Cesar Geglio
Presidente/Orientador – PPGAES/UFPB



Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
Titular Interno PPGAES/UFPB



Profa. Dra. Bruna Tarcilia Ferraz
Titular Externo PPGECI/UFRPE

“Porque eu, o SENHOR, teu Deus, te tomo pela tua mão direita e te digo: não temas, que eu te ajudo.” Isaías 41:13

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, que sempre está presente, em quem busco força e determinação para conquistar tudo em minha vida.

À minha querida mãe, meu porto seguro em todas as horas, e especialmente à minha irmã Andreia Cavalcanti pelo incentivo, pelo apoio em toda a caminhada, pela ajuda e pela torcida de sempre. Essa é uma conquista conjunta que teve início na minha base familiar com exemplos dessas duas mulheres de garra e muita força, sempre ao meu lado para que eu não desistisse.

Ao meu querido e amado marido Djair Teixeira e meus filhos Ana Beatriz e Isaac, que me apoiaram direta ou indiretamente nessa caminhada. Compartilharam comigo toda as fases desse processo (felicidade, medo e angústia). Essa conquista é nossa! Meu muito obrigado por todo amor e cuidado que tiveram comigo.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pela oportunidade de crescimento profissional e acadêmico. Instituição que tenho um carinho enorme e que esteve presente na minha graduação, hoje como servidora e atualmente como mestre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) – Desde a entrevista para a seleção até o momento da defesa, muito obrigada pela oportunidade de qualificação profissional a toda a equipe desse programa e especialmente à Coordenação na pessoa da Professora Ana Paula Furtado Soares Pontes, que sempre me atendeu e me auxiliou com muita atenção e presteza.

Aos meus colegas da Turma 6 do PPGAES, pelo companheirismo nas aulas virtuais, pelos trabalhos em grupos e auxílios nos materiais acadêmicos. Em especial, à Tales Tárzis pelas mensagens de apoio tanto em relação a dissertação como na vida pessoal. Essa amizade foi uma conquista que trago para vida.

Aos meus amigos que mesmo distante se fizeram presentes, Ana Cristina de Freitas, que acreditou e me deu muita força para que eu concluísse esse trabalho.

Aos colegas de trabalho pelo incentivo e apoio para que tudo desse certo nessa caminhada e em especial a Ronnie Wesley, que esteve comigo desde o processo de seleção até o momento de defesa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Cesar Geglio, que me estendeu à mão para que eu continuasse essa caminhada com sucesso. Seu jeito calmo e paciente me deram segurança que precisava para não desistir. Meu muito obrigado por acreditar que eu conseguiria e por todas

as contribuições nos momentos de dúvidas e incertezas. Sua ajuda foi primordial para a conclusão desse trabalho.

A todos que fizeram parte desse processo direta ou indiretamente meu obrigado pela contribuição na realização desse trabalho.

RESUMO

Essa dissertação tem como foco de análise as produções realizadas em programas de pós-graduação nos anos de 2005 a 2021, acerca das avaliações de cursos de Educação superior tendo como base seu enquadramento no Sinaes. O objetivo é examinar o que tem sido produzido a esse respeito, ou seja, quais são as preocupações e os enfoques de investigação dos autores. Para cumprir esse propósito, mapeamos na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD) a produção científica em relação a avaliação de curso, quantificando-a no recorte temporal estabelecido. As análises têm como parâmetro o conteúdo das dissertações e teses no que se refere as orientações do Sinaes na avaliação de curso e foi feita a partir de categorização emergente dos trabalhos, tais categorias servirão de guia para nossa interpretação e discussão dos dados. O exame das produções está baseado na análise de conteúdo, cujo objetivo é fazer a classificação e categorização alocando as características das produções a elementos-chave, para que possam ser comparadas a outros elementos constituintes do objeto de investigação. A pesquisa se caracteriza como Estado da arte ou Estado do conhecimento pois tem o foco de mapear e discutir produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento. Em relação a amostra da pesquisa a abordagem qualitativa esteve mais presente, quanto ao tipo de pesquisa a exploratória foi a mais evidente e quanto aos meios de pesquisa a documental esteve presente em grande parte. Com base na análise dos dados obtidos concluímos que a maioria das produções critica o Sinaes apontando as fragilidades, presentes nos instrumentos, nas dimensões e indicadores, principalmente em relação a educação à distância. Referenciam o Sinaes como avaliação apenas regulatória, mas há dados que remetem uma visão positiva em relação a regulação. Diante da análise dos dados do estudo podemos ainda concluir que a maioria dos autores relatam que é necessário ter uma avaliação do ensino superior em relação tanto aos cursos presenciais quanto aos cursos à distância, mas que o Sinaes precisa de ajustes nos seus métodos e processos de avaliação. A avaliação é necessária principalmente para que possamos garantir a qualidade do ensino superior.

Palavras-chave: Avaliação de curso, Sinaes, Dissertações e Teses.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the analysis of productions carried out in graduate programs in the years 2005 to 2021, about the evaluations of higher education courses based on their framework in Sinaes. The objective is to examine what has been produced in this regard, that is, what are the authors' concerns and research approaches. To fulfill this purpose, we mapped the scientific production in relation to course evaluation in the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertation (BDTD), quantifying it in the established time frame. The analysis has as a parameter the content of dissertations and theses with regard to Sinaes guidelines in course evaluation and was made from the emerging categorization of the works, such categories will serve as a guide for our interpretation and discussion of the data. The examination of productions is based on content analysis, whose objective is to classify and categorize allocating the characteristics of the productions to key elements, so that they can be compared to other constituent elements of the object of investigation. The research is characterized as State of the art or State of knowledge as it focuses on mapping and discussing academic productions in different fields of knowledge. Regarding the research sample, the qualitative approach was more present, as for the type of research, the exploratory was the most evident and as for the means of research, the documentary was present in large part. Based on the analysis of the data obtained, we concluded that most productions criticize Sinaes, pointing out the weaknesses present in the instruments, dimensions and indicators, especially in relation to distance education. They refer to Sinaes as just a regulatory assessment, but there are data that point to a positive view of regulation. In view of the analysis of the study data, we can still conclude that most authors report that it is necessary to have an evaluation of higher education in relation to both classroom and distance courses, but that Sinaes needs adjustments in its methods and processes of evaluation. Assessment is necessary primarily so that we can guarantee the quality of higher education.

Keywords: Course evaluation, Sinaes, Dissertations and Theses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Componentes do Sinaes	31
Figura 2. Processo de seleção da amostra final	39

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Dimensões do Sinaes.....	30
QUADRO 2 - Avaliações de Cursos – Dimensões e Pesos.....	34
QUADRO 3 - Conceitos do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação.....	34
QUADRO 4 - Alterações nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação.....	36
QUADRO 5 – Subcategoria Análise do Foco da Discussão	44
QUADRO 6 - Subcategoria Análise do Problema de Investigação.....	48
QUADRO 7 – Subcategoria Análise das Metodologias.....	51
QUADRO 8 – Principais Autores e Temáticas	55
QUADRO 9 – Produções e Autores Referenciados	56

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Quantidade de dissertações e teses sobre o tema	41
GRÁFICO 2 - Instituição/Produção.....	42
GRÁFICO 3 - Publicações/Região	43

LISTA DE ABREVIATURAS

AAI	Autoavaliação Institucional
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
ADES	Avaliação discente da educação superior
AI	Avaliação Institucional
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AIE	Avaliação Institucional Externa
ANDES	Associação Nacional de Docentes
AVALIES	Avaliação das Instituições de Educação Superior
BASIS	Banco Nacional de Avaliadores
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDB	Biblioteca Digital Brasileira
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
CEA	Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CI	Conceito Institucional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNRES	Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CRA	Coordenação de Regulação e Avaliação
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior

DAU	Departamento de Assuntos Universitários
DES	Diretoria do Ensino Superior
DF	Distrito Federal
ENADE	Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENCEJA	Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
GTRU	Grupo de Trabalho Universitário
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IACG	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância –
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGAES	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
PRG	Pró Reitoria de Graduação

PROUNI	Programa Universidade para todos
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio
UNINTER	Centro Universitário Internacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivos	18
1.1.1 Objetivo Geral.....	18
1.1.2 Objetivos Específicos.....	18
2. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	20
2.1 – Reflexões históricas sobre o processo da avaliação no Ensino Superior	21
3. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)	29
3.1 Avaliação de cursos de graduação.....	33
4. PERCURSO METODOLÓGICO	38
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
5.1. ANÁLISE DESCRITIVA	41
5.2. ANÁLISE INTERPRETATIVA.....	43
5.2.1 Foco da discussão	43
5.2.2 Problema de Investigação	48
5.2.3 Metodologia	51
5.2.4 Referencial Teórico.....	55
5.2.5 Resultados e considerações finais.....	59
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	644
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	71
Apêndice A: Teses e dissertações analisadas	71
Apêndice B: Fichamento	74

1. INTRODUÇÃO

Avaliar é uma atividade cotidiana realizada por qualquer indivíduo, podendo ser tratada através de alguns procedimentos que buscam manter o controle, a organização em vários aspectos do trabalho, como por exemplo na vida laboral de um professor em uma sala de aula ou em uma instituição escolar. Quando nos referimos as relações pedagógicas, a avaliação apresenta um importante papel de controle, regulação ou emancipação, planejado e/ou aplicado, bem como os resultados obtidos foram analisados e modificados em ações que possibilitam a aquisição do conhecimento e o pleno exercício da democracia.

A implementação das políticas de avaliação ocorreu por meio dos sistemas de avaliação educacional que, ao longo dos anos, em inúmeras iniciativas, instauraram um processo de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino consolidando uma efetiva política de avaliação educacional. Essa política compreende diferentes programas nos diversos níveis de ensino em relação as várias avaliações externas em larga escala: no ensino Infantil com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb; no ensino fundamental com a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb no ensino médio com o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – Enceja, e no Ensino superior com o Exame Nacional de Cursos – ENC (Portaria n.º 249/1996), conhecido como Provão, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – Enade e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – Sinaes (Lei 10.861/2014). Esses sistemas têm um objetivo comum em relação a utilização de seus resultados, que visam servir para o processo de formulação, implementação e ajuste de políticas educacionais.

No que se refere à avaliação da educação superior no Brasil, objeto deste trabalho, o processo ocorre por meio de um sistema complexo que envolve as avaliações de instituições, de cursos e do desempenho dos estudantes. Ao longo dos anos o processo histórico da avaliação da educação superior no Brasil apresentou avanços e retrocessos principalmente em relação a políticas e ideologias. Desde 1983 foram apresentadas propostas governamentais com o propósito de fazer a regulação e avaliação da educação superior no Brasil, dentre os quais destacamos o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – Sinaes.

O Sinaes foi criado pela Lei n° 10.861, em 14 de abril de 2004, incluindo a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, e tendo como finalidade avaliar todos os aspectos que giram em torno desses, principalmente no que diz respeito ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social, o desempenho dos alunos, à gestão da

instituição, do corpo docente e das instalações. Seu propósito é servir de guia para melhorar a qualidade dos cursos nas instituições de educação em nível superior no país, orientando o aumento da oferta, além de incentivar a responsabilidade social sem ir de encontro a identidade institucional e a autonomia de cada organização.

Essa temática da avaliação da educação superior tem despertado a atenção de vários pesquisadores, sobretudo por estar associada às políticas e financiamentos governamentais para a educação, despertando assim o interesse no início do ingresso no programa de pós-graduação em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior (PPGAES), na linha de pesquisa em avaliação e financiamento da educação superior. Foi centrado os estudos no período de 2005 a 2021, o quantitativo de produção acadêmica com ênfase na avaliação dos cursos de graduação é inexpressivo. Esse fato despertou interesse em investigar as produções sobre o tema realizado nos programas de pós-graduações (*stricto sensu*).

Estudar a produção científica dos Programas de Pós-Graduação torna-se uma questão relevante, pois esses programas são responsáveis pela formação dos pesquisadores, e através dessa produção temos acesso aos diversos conhecimentos em diferentes campos científicos, além de adquirir os conhecimentos produzidos por essas produções. Os programas de pós-graduações contribuem de forma relevante para as pesquisas no país, utilizando-se da produção científica no desenvolvimento tanto da sociedade, quanto da ciência.

Para divulgação da produção científica das pós-graduações (*stricto sensu*), em 2002 surgiu a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que foi desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), cuja função é integrar e disseminar, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa do país. A BDTD em seu acervo contribui para o aumento de volumes de teses e dissertações brasileiras disponíveis na internet, proporcionando maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para meio acadêmico e para a sociedade em geral, contribuindo, portanto, em uma maior visibilidade e governança do investimento realizado em programas de pós-graduação. O acesso a essas produções científicas é livre, ou seja, não há custos.

A temática da avaliação da educação superior está muito presente no meu ambiente de trabalho como servidora pública da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), lotada na Pró Reitoria de Graduação (PRG) que tem como atribuições a coordenação da execução de

políticas da UFPB em relação ao suporte técnico-pedagógico às unidades acadêmicas, levando em consonância o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de acordo com as orientações legais oriundas do Ministério da Educação e distribuído em diversos setores dessa pró-reitoria, principalmente na Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA); e tendo também participado na minha vida acadêmica de projetos de pesquisa e publicações, compreendi a relevância das publicações científicas à comunidade técnico-científica, bem como a disseminação desses conhecimentos e novas descobertas, o desenvolvimento de novos materiais, técnicas e métodos de análise nas diversas áreas da ciência. Pautada nessa relevância, o estudo bibliográfico das produções científicas em relação à avaliação dos cursos de graduação, no período 2005 a 2021, o que proporciona e contribui para uma melhor reflexão dos processos de avaliação de cursos na UFPB, e conseqüentemente, uma melhoria na qualidade dos cursos oferecidos por essa instituição, ressaltando ainda, a importância da avaliação dos cursos de graduação, tanto do ponto de vista da regulação quanto da gestão.

A pesquisa que apresentamos se justifica por considerar que as produções acadêmicas se constituem como elementos bases para a construção do conhecimento, principalmente no contexto da educação. O trabalho está focado em apresentar o que tem sido produzido nos programas de pós-graduação sobre a avaliação de cursos de graduação a partir das orientações do Sinaes?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as publicações de programa de pós-graduação de *stricto sensu*, dos anos de 2005 a 2021, no que se refere à avaliação de cursos de graduação sob a ótica do Sinaes.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Mapear na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) a produção científica em relação a avaliação de curso de graduação.

- Quantificar a produção científica na área de avaliação de cursos de graduação na BDTD no período de 2005 a 2021.
- Descrever o conteúdo das dissertações e teses no que se refere às orientações dos SINAES na avaliação de curso de graduação.

O presente trabalho é composto por seis capítulos, o primeiro se refere à introdução, que apresenta a problematização, justificativa e a importância da temática em relação a avaliação de cursos de graduação. O segundo apresenta o referencial teórico com os principais autores e reflexões históricas no processo da avaliação da educação do ensino superior. O terceiro capítulo contempla o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES) e dá ênfase no foco principal da pesquisa que é a avaliação de cursos de graduação. O quarto diz respeito ao percurso metodológico utilizado para a captura dos dados da pesquisa na base de dados (BDTD), enquanto o quinto contempla os resultados e discussões em relação as dissertações e teses analisadas para a pesquisa e subdivide-se em análise descritiva e interpretativa. Por fim, o sexto capítulo versará em torno das conclusões do trabalho com base nas discussões levantadas em relação ao Sinaes com uma visão positiva do instrumento de avaliação e apontamentos das suas fragilidades.

2. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O termo “Avaliação” é um substantivo feminino que se define como o ato de avaliar, ou remete para o efeito de avaliação. Ao longo da história o conceito de avaliação tem assumido diversos sentidos, que não são fruto do acaso, mas estão intimamente associados a diferentes posturas ideológicas, epistemológicas, psicológicas e, conseqüentemente, pedagógicas. Conseqüentemente, avaliar é um ato complexo que tem o objetivo de mensurar os resultados de uma ação em uma análise dos objetivos iniciais do projeto, visando medir a sua efetividade. Em outro sentido, o ato de avaliar possui sentido de valorar algo, ou seja, atribui valor sobre uma manifestação da realidade a uma ação ou tomada de decisão (ZANARDINE, 2011; LUKESI, 1995).

A avaliação no campo do conhecimento, do ponto de vista científico, está baseada nas abordagens de avaliação com influências epistemológicas, ontológicas e metodológicas das ciências sociais e da educação com o foco numa boa prática avaliativa.

Segundo Dias Sobrinho (2008, p. 823), “[...] a avaliação é um instrumento poderoso não só para valorar o desenvolvimento do sistema educativo, como também para induzir práticas e fortalecer estratégias e políticas coerentes com os grandes objetivos sociais”. O autor afirma ainda que a avaliação “[...] se torna plenamente significativa quando interroga a respeito dos significados e valores, pergunta pelas causas e pelas possibilidades de superação dos problemas, investe em programas e projeta futuros a serem construídos”.

Para a efetividade do processo avaliativo, em se tratando do ambiente educacional, toda comunidade, isto é, corpo docente, discente e técnico-administrativo das IES, bem como a comunidade beneficiada pelos serviços educacionais todos devem estar envolvidos nas ações que visam garantir o funcionamento dos cursos e instituições, visando um processo avaliativo contínuo que proporcione melhorias buscando sempre o alcance de altos níveis de qualidade na educação superior. Corroborando com esse pensamento Botelho *et al* (2014) consideram que é necessário o envolvimento do governo federal nos procedimentos de avaliação para que haja sucesso em relação às propostas de ações oriundas da análise dos relatórios dos processos avaliativos.

Conforme Dias Sobrinho (2008), a avaliação necessita também enfatizar a formação dos profissionais, questões relevantes do desenvolvimento pessoal, bem como os aspectos da competitividade internacional e fortalecimento da economia nacional. O autor ressalta ainda que a educação não pode se isentar de suas obrigações na formação dos seus profissionais

para atendimento em diferentes áreas de conhecimento que a sociedade necessitar, cabendo aos poderes públicos, bem como à sociedade civil avaliar, os vários aspectos como, se as instituições educativas, em geral, e cada uma delas, em particular, estão cumprindo sua função social. Portanto, ressalta-se ainda que as instituições educacionais, em seu próprio âmbito, têm o dever de promover processos que avaliem como está o seu desempenho, bem como outras incumbências sociais.

Outro destaque do autor diz respeito a educação na formação de seus sujeitos autônomos, aqueles que fazem parte do cerne da vida social, por essa razão a avaliação da educação deve ser entendida também como patrimônio público, apropriado e exercido, como mecanismo para fortalecer a educação como bem comum, oferecida tanto pelo Estado como pelas iniciativas privadas. Destaca-se ainda que:

[...] a avaliação deve estar focada na questão dos sentidos do cumprimento por parte da educação superior, seja nos níveis internos de cada curso e instituição ou nas escalas mais amplas dos sistemas, daquilo que essencialmente lhe determina a sociedade: a formação de cidadão, o aprofundamento dos valores democráticos da vida social, a elevação material e espiritual da sociedade (DIAS SOBRINHO, 2005, p.236).

Conforme Dias Sobrinho (2008), ainda que a avaliação esteja relacionada com diversos outros setores estatais, seu realce se deu, entre as décadas de 70 a 90, no campo educacional, uma vez que a educação passou a ocupar um lugar de destaque em diferentes setores sociais. Entretanto, Oliveira *et al* (2013) destaca que mesmo diante da sua proposta de incentivar mudanças sociais e econômicas, sua estrutura e organização não eram capazes de acompanhar as rápidas demandas e mudanças exigidas pelo mercado nessa época.

2.1 – Reflexões históricas sobre o processo da avaliação no Ensino Superior

A construção histórica da avaliação da educação superior no Brasil é marcada por avanços e retrocessos que se remetem ao início da década de 1960 (período em que o governo militar comandava o país - 1964 a 1985). Zainko (2008) destaca que a educação nessa época era uma educação baseada em modelo “produtivista”, assemelhando-se às instituições educacionais a empresas privadas.

O golpe militar de 1964 foi resultado, entre outros fatores do anseio de alinhamento do projeto político com a economia capitalista, e a supremacia norte-americana, materializada pelo apoio técnico e financeiro que eram ofertados pelo Banco Mundial (BM), que nortearam

diretrizes e princípios ideológicos cumpridos, parcialmente, pelo governo militar. Naquele momento, as mobilizações universitárias e os grupos contrários ao regime nas ruas e nas universidades, foram significativos (ZANDAVALLI, 2009). Destacaram-se também na década de 1960 o Plano Atcon, com diretrizes da Associação Internacional de Desenvolvimento, o Relatório Meira Matos e o Relatório do Grupo de Trabalho Universitário (GTRU) estabelecido pelo MEC para estudar a crise da universidade.

Rudolph Philippi Atcon (1921-1995), grego naturalizado norte-americano, foi um consultor que atuou junto ao governo brasileiro para a elaboração das diretrizes para a educação superior nos anos 1950 e 1960. Ele tem significativa presença na história do planejamento universitário em nosso país. Realizou estudo, a convite da Diretoria do Ensino Superior (DES), do Ministério da Educação e Cultura, para reformulação da estrutura das universidades brasileiras, no período de junho a setembro de 1965. Esse estudo tinha como objetivo averiguar os processos e fatos relativos à perspectiva de modernização, assentada nos propósitos norte-americanos de racionalidade, eficiência e eficácia das instituições (FÁVERO, 1991, p. 10). A partir desse estudo surge o documento `Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira` que foi publicado pelo MEC em 1966 e reconhecido como Plano Atcon. Esse documento embasou-se em trabalhos anteriores apresentados no ano de 1958 junto à Universidade de Princeton e que fazia parte de um projeto educacional para a América Latina. Alguns destaques desse documento centravam-se na educação superior, na integração, na universidade e nas reformas fiscais e administrativas.

Fávero (2006, p. 31) destaca que o Plano Atcon foi uma das primeiras experiências de avaliação do ensino superior com o apoio do governo militar e deveria ser entendido à luz do momento político, quando a educação estava vinculada, sobretudo em relação à perspectiva de segurança nacional. Na percepção deste plano era autoritário tomar todas as providências necessárias a fim de salvaguardar a adequação da educação ao modelo econômico capitalista. A aplicabilidade de suas recomendações pressupõe-se também processos avaliativos, visto que aspirava o controle e utilização de recursos gerando uma analogia entre investimentos e resultados.

Para adequar o ensino superior e as instituições universitárias às necessidades do país, o Plano estabeleceu propostas e recomendações, que muitas delas foram acatadas no projeto da Reforma Universitária. Destaca-se do Plano Acton, algumas diretrizes que deveriam reger a reforma universitária:

- a) a necessidade de rever a baixa qualidade de ensino, em razão da falta de professores preparados para as atividades docentes, a desarticulação entre as matérias ensinadas e a falta de estrutura material para o desenvolvimento do trabalho;
- b) o máximo rendimento com menor custo e investimento de recursos;
- c) a necessidade de equilíbrio entre o ensino recebido, os conhecimentos adquiridos e o exercício da profissão;
- d) o sistema educacional sustentado por valores reais e não meramente utilitários;
- e) a nova estrutura universitária deveria responder não apenas às demandas do presente, mas também às do futuro não imediato. (ATCON, 1966, p. 4 - 7 *apud* FÁVERO, 1991, p. 22)

Apesar de que uma parte das sugestões do plano Atcon terem sido observadas na Universitária de 1968, a presença exaustiva do setor privado em setores com poder decisório não agradou o governo militar que então gerou a sua (ZANDAVALLI, 2009, *apud* FÁVERO, 1991, p. 31).

Ainda na década de 1960, foram criadas a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e o Relatório Meira Mattos. Ambos tinham uma forte influência na reforma universitária, sobretudo na elaboração da Lei n.º 5.540/1968 (que instituiu essa reforma), a legislação complementar do governo militar e os planos educacionais. Nesses documentos, “[...] a Educação é concebida como fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional, beneficiando a longo prazo igualmente a todos” (ZANDAVALLI, 2009, p. 392 *apud* FÁVERO, 1991, p. 57).

As diretrizes do Relatório Meira Mattos convergiam, em muitos pontos, com as proposições do Plano Atcon, que faziam menção ao término do ensino superior gratuito, a imposição de práticas e valores sob a égide capitalista, e a gestão empresarial das universidades. Para sua concreta operacionalização, esses documentos esbarraram nas exigências de uma centralização do Estado militar, ao qual não via com bons olhos o envolvimento da sociedade civil.

Promovida pelo governo militar, a reforma universitária foi instalada a partir de 1964 e teve como objetivo básico a estrutura organizacional e administrativa da universidade e os papéis dos professores e alunos. A primeira avaliação sob a égide de sua implementação nas universidades federais ocorreu no ano de 1975 com a responsabilidade do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério da Educação e Cultura e o planejamento e execução feitos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público da Universidade Federal da Bahia (SANTOS FILHO, 2018).

Entretanto, a reforma de 1968, com base na Lei de 5.540 de 1968, foi efetivada pelo processo de federalização das instituições de ensino superior e as persistentes críticas as políticas universitárias, bem como o progresso dos movimentos estudantis com intensa

mobilização que vinha realizando sucessivos debates e manifestações de rua que fortaleceu o movimento pelas alterações que tinha como alicerce a repressão política e ideológica dos corpos docentes e discentes. (ANTUNES *et al.*, 2011). Essa reforma associada aos atos institucionais (AI) publicados no governo militar, como também a constituição de 1967 deram espaços para uma grande mudança do ensino superior, ao modificava tanto sua estrutura administrativa como política.

Ainda conforme a autora, o Governo realizou inúmeras medidas com intuito de impossibilitar essas mobilizações. Dentre elas, a criação do Grupo de Trabalho Universitário, em 1968, através do Decreto nº 62.937. O objetivo desse grupo tinha “[...] estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa [...]” (RELATORIO DO GRUPO DE TRABALHO UNIVERSITÁRIO ,1968, p. 15).

Zainko (2008) acrescenta ainda que o esse Grupo de Trabalho Universitário que propôs a Reforma Universitária de 1968 procedeu a um amplo diagnóstico que detectou uma necessidade de promoção e aumento de vagas na educação superior, uma tendência vigente em outros países de um fenômeno chamado de massificação. Nessa perspectiva, iniciou-se o que se chamou de “boom” da expansão da educação superior com a propagação desordenada de instituições e, também, de matrículas, porém sem uma assegurada democratização do acesso com garantia de permanência e qualidade.

A primeira iniciativa de avaliação dos cursos de graduação surgiu de fato em 1968, com a criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), estabelecido no final do Governo Militar e originado de uma proposta de avaliação institucional preparada pela Associação Nacional de Docentes (Andes, em 1982, e encaminhada ao Conselho Federal de Educação (CFE) que o instituiu com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (ALMEIDA JÚNIOR, 2004; POLIDORI *et al.*, 2006; VIEIRA, 2008). Para Dias Sobrinho (2007, p. 32), “[...] este Programa foi muito pouco efetivo e de curta duração” em razão da mudança de governo e de disputas internas no próprio Ministério da Educação (MEC).

O Paru operava com a aplicação de questionários aos docentes, aos dirigentes universitários e aos estudantes, objetivando coletar informações relativas à organização didática e administrativa das IES, assim como o aumento de ingressantes ao ensino superior e à avaliação das atividades tanto de ensino, pesquisa e extensão. Um ano após sua

implementação ele foi desativado. Seu objetivo era identificar e avaliar o sistema de educação superior do país com o intuito de sugerir e implementar uma nova reforma. Entretanto, desativou-se após um ano de seu início, não tendo tempo hábil para apresentar seus resultados efetivos.

Com a mudança de governo militar para civil, no ano de 1985, foi instituído por meio do Decreto nº 91.117/1985, a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES) que concebeu um Relatório intitulado “Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira” que objetivava a reestruturação da educação superior, no marco da redemocratização do país, com a instituição da Nova República. Em seguida, foram instituídas pelo MEC as comissões especiais - Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior, em 1985, e o Grupo Executivo para a Reforma do Ensino Superior (GERES) em 1986 pela Portaria nº 100/1986. Conforme Santos Filho (2018), a atuação do Geres concentrava-se em compreender que a reforma universitária só se torna possível após a aprovação da nova Constituição do país, posteriormente promulgada pela Assembleia Constituinte em 1988. O autor reafirma ainda que, a princípio, foi atribuída à avaliação a princípio do controle da qualidade do desempenho, especialmente no caso das instituições públicas, visto que a regulação das IES privadas era exercida pelo mercado. Todavia, os seus primeiros conflitos com o MEC, em relação ao papel da avaliação sinalização a partir da relutância às propostas do Geres pelas universidades públicas.

Em dezembro de 1993 o MEC criou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), com o Decreto nº 2.026/1996 que tinha o objetivo de aperfeiçoar e reconsiderar o projeto acadêmico e sociopolítico das instituições, proporcionando uma melhoria na qualidade e a aceitabilidade das atividades desenvolvidas, incorporando características expressamente formativas, emancipatórias, processuais e não punitivas. As universidades aderiam livremente ao programa e seu controle caberia a elas, sendo a supervisão feita pelo MEC que transferia os recursos de apoio à execução dos projetos de avaliação por meio do Comitê Nacional de Avaliação.

Até o ano de 1998, 160 instituições de educação superior já haviam aderido ao programa, dentre elas continham universidades federais, estaduais, confessionais, comunitárias e privadas o que expressava que esse modelo estava consolidado. Entretanto, iniciava-se, no MEC, uma nova política de avaliação das instituições de educação superior que na competição por apoio e recursos financeiros levou à extinção o Paiub.

Embora o Paiub tenha avançado na concepção de avaliação, o programa não se consolidou pois foi perdendo o repasse de recursos pelo MEC o que ocasionou sua extinção informal. Contudo, mesmo com a inexistência de um suporte financeiro governamental, várias instituições utilizando-se de sua autonomia permaneceram com os processos de avaliação seguindo a concepção e a metodologia do referido programa.

Com a mudança de governo, a partir de 1995, com a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o MEC iniciou a delimitação de uma nova política de avaliação da educação superior, cujas finalidades, são os princípios e metodologias opostos ao Paiub que, legalmente, ainda continuava em vigor. Segundo Santos Filho (2018), o então governo eleito apresentava um projeto de universidades com menos autonomia e mais à regulação do Estado e às exigências do mercado, o que representava uma em conexão com essa nova perspectiva política.

Em 1995 foi instituído pelo ministro da educação da época, Paulo Renato de Souza, o Exame Nacional de Cursos (ENC). Esse exame que ficou conhecido como “provão”, tinha a finalidade de auferir o desempenho dos alunos com o objetivo de acompanhar a qualidade do ensino superior no país. A intenção do MEC, com esse exame, era analisar a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com dados que representava a realidade do ensino.

Barreyro e Rothen (2006) afirmam que o “provão” foi um instrumento de avaliação muito privilegiado pelo governo, visto que os outros instrumentos como avaliação das condições de oferta, para os cursos, e avaliação institucional, eram menos privilegiados na divulgação oficial, porém seus resultados eram utilizados para efeitos regulatórios no reconhecimento de cursos de graduação. Os autores reforçam ainda que esse sistema de avaliação foi um mecanismo de regulação estatal que utilizava parâmetros de acordo com o mercado, estabelecendo rankings que estimulavam a concorrência entre as IES. Portanto, o referido representou-se como instrumento exclusivo no sistema de avaliação, vigente na década de 1990. Verhine, Dantas e Soares (2006) destacam algumas críticas em relação ao “Provão”, que são:

- (i) Falta de articulação com os demais componentes da avaliação educacional;
- (ii) Aplicação do exame sem a devida participação das instituições a serem avaliadas;
- (iii) Ênfase nas competências finais, sem observar o processo ensino-aprendizagem;
- (iv) Não equalização dos seus instrumentos que contribuíram para resultados Instáveis e sem comparabilidade;
- (v) O fato de o “Provão” ser economicamente inviável ao longo do tempo;

- (vi) Esforços embasados na dimensão regulatória da política, sem se concentrar no aspecto diagnóstico do exame (VERHINE, DANTAS E SOARES, 2006, p. 291-310).

Além das sugestões apresentadas pelos autores é importante considerar uma abrangente divulgação dos resultados do ENC, em detrimento daqueles resultados obtidos dos demais procedimentos previstos no sistema de avaliação. Segundo Oliveira *et al* (2013) o confronto da qualidade da educação nas IES estabelecida pelos fatos mencionados, produzia rankings entre as instituições de ensino superior apoiado, exclusivamente, no rendimento dos alunos. Paralelamente a isso, grande número de dos estudantes a serem avaliados não aceitavam essa obrigatoriedade de participar do exame, promovendo um “boicote” a ele, ou seja, eles compareciam ao local de prova, preenchiam o formulário básico de identificação do estudante, porém entregavam o exame em branco, sem respondê-lo. Assim, a utilização de um instrumento que leva em consideração apenas o rendimento dos discentes, separado das demais características, não substitui a relevância da estrutura de um curso de graduação. Mediante essas problemáticas foram criadas normativas relacionadas à avaliação da educação superior como a Lei nº 10.172/2001, conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE) que incorporou a expansão da educação à garantia de qualidade. A fim de ofertar essa qualidade seria necessário a implantação de padrões, encabeçados por um juízo de valores que difundisse em âmbito nacional procedimentos sistematizados de avaliação. Com o intuito de normatizar esses padrões foram realizados estudos e constituídas comissões, que levaram a proposta de criação de um Sistema Nacional de Avaliação (BRASIL, 2001). A Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA) implementou um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que incorporou “[...] dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação” (MEC, 2009, p. 92).

Ainda no ano de 1995, com a publicação da Lei 9.131, de 24 de novembro, ocorreram alterações nos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (primeira versão publicada em 20 de dezembro pelo presidente João Goulart), destinando novas atribuições de avaliação ao Conselho Nacional de Educação – CNE. A LDB estabeleceu que competiria à União “[...] assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino” (BRASIL, 2004).

Entre as mudanças significativas da LDB, está a determinação das avaliações de forma contínua na educação superior, proibindo atos de credenciamento de IES e autorização de

cursos de graduação com validade indeterminada (RISTOFF, GIOLO, 2006). Outro destaque da Lei 9.131/1995, e ratificada pelo Decreto nº 2.026/1996, foi a atribuição do ENC ao processo de avaliação de cursos.

Com a institucionalização de uma nova LDB por meio da Lei nº. 9.349/1996, decorreram modificações importantes nas atribuições da União perante a organização da educação nacional. Entre elas, destaca-se o seu Art. 9º, que versa sobre a obrigatoriedade da avaliação do rendimento escolar nas distintas modalidades de ensino, incluso a Educação Superior, objetivando a melhoria de sua qualidade. Ainda no Art. 9º, sobre as avaliações das IES e cursos de graduação, determina-se que o ente federativo será responsável por:

Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; [e] autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de Educação Superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL, 1996, Art.9º, VIII-IX)

3. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

Na área do ensino superior, segundo Oliveira (2009), o início do governo do ex-presidente Lula foi sinalizado mais por permanências que rupturas em relação ao governo anterior. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a avaliação da educação implementada tinha como objetivo conferir conceito e constatar o desempenho dela. Entretanto, no governo Lula, visou reconhecer os obstáculos e possíveis erros da avaliação do desempenho de instituições educacionais de nível superior com intuito de superar os problemas e a expansão de vagas.

Com o argumento de uma crise no ensino superior, pois esse não estava mais abarcando a demanda crescente e, também, preparando os universitários de forma adequada ao que o mercado exigia, foi concebida e proclamada uma reforma no ensino superior pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e pelo MEC. Essa reforma no governo Lula foi implantada mobilizando várias iniciativas que contribuíram para a privatização da educação, em parcerias com o setor privado. O governo também se empenhou em promover a privatização, de forma indireta, introduzindo meios de gerenciar as instituições públicas, principalmente no que concerne à busca de recursos no mercado.

A proposta da reforma da educação em nível superior, segundo Chauí (2003), apoiou que a organização das instituições públicas de ensino superior fosse mais ajustável como em organizações sociais em que a avaliação é priorizada pela produtividade e estruturação universitária, ainda que as operações são estabelecidas como estratégias e programas de eficácia que buscar atingir os objetivos determinados. Uma flexibilização foi entendida como imprescindível a fim de favorecer a abertura de novas vagas, e, portanto, responder o aumento esperado das taxas de conclusão do ensino médio previsto no plano nacional de educação (LIMA *et al*, 2013), criando o sistema de avaliação nacional do ensino superior (Sinaes), com a finalidade de permitir o acompanhamento da evolução da qualidade do ensino superior.

Em abril de 2003, já implantado o governo Lula, foi criada a Comissão Especial de Avaliação (CEA), com o intuito estruturar uma proposta de sistema de avaliação que contemplasse a perspectiva política e social do então governo. Segundo Barreyro e Rothen (2006), houve conflitos entre os membros dessa comissão, no decorrer do trabalho, acerca do papel da avaliação e as discussões originou dois caminhos, um dos que defendiam a avaliação como controle e manutenção do Provão e, o outro que apoiava uma proposta associada aos princípios do Paiub.

Ao final dos trabalhos foi apresentado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) criado pela Lei nº 10.861 de 2004, com o qual o MEC decretou métodos de avaliação que marca uma nova proposta de avaliação da educação no ensino superior no Brasil (BRASIL, 2004). O Sinaes visa, “[...] assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes para fins de promover a melhoria da qualidade da educação superior” (BRASIL, 2004). O sistema determina que os resultados das avaliações institucional, tanto de curso como a de desempenho dos alunos serão a essência para os procedimentos de regulação e supervisão da educação superior, compreendidos em “[...] credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação” (BRASIL, 2004, p.134). O documento registra que a avaliação das instituições de educação superior terá por finalidade identificar não só o seu perfil, mas também o significado de sua atuação, respeitando as diferentes dimensões, conforme registrado no quadro 1.

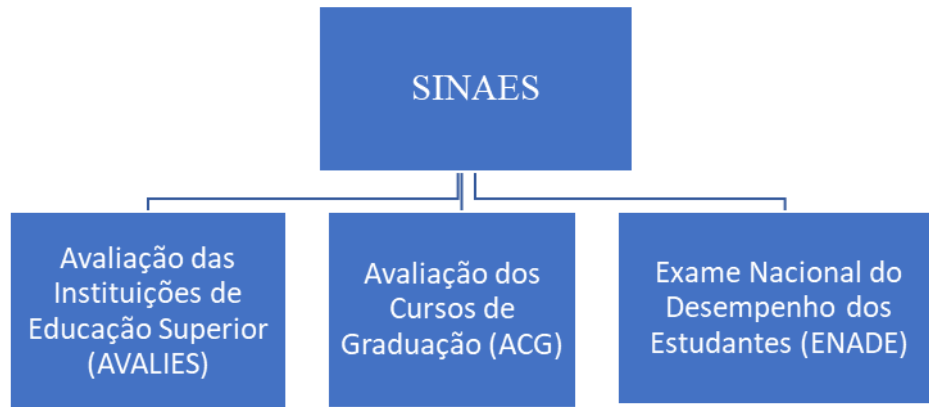
Quadro 1- Dimensões do Sinaes

DIMENSÕES DO SINAES	
Dimensão 1	A missão e o PDI
Dimensão 2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
Dimensão 3	A responsabilidade social da instituição
Dimensão 4	A comunicação com a sociedade;
Dimensão 5	As políticas de pessoal;
Dimensão 6	A organização e gestão da instituição;
Dimensão 7	A infraestrutura física;
Dimensão 8	O planejamento e a avaliação;
Dimensão 9	As políticas de atendimento aos estudantes
Dimensão 10	A sustentabilidade financeira.

Fonte: Inep (2004)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é uma política pública que se estrutura sob três pilares (figura 1), a avaliação das instituições de educação superior (Avalies), o exame nacional do desempenho dos estudantes (Enade) e a avaliação dos cursos de graduação (ACG), que se propõem a avaliar todas as questões relativas aos três eixos, especialmente no que concerne o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos alunos, a responsabilidade social, o corpo docente, as instalações e a gestão da instituição.

Figura 1 - Componentes do Sinaes



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A avaliação das instituições de ensino superior subdivide-se em duas modalidades: avaliação externa *in loco*, realizada pelas comissões externas instituídas pelo Inep/MEC e autoavaliação, conduzida pelas comissões próprias de avaliação (CPA) e, orientadas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes).

A autoavaliação deve ser feita pela própria instituição, pois este será o primeiro instrumento a ser associado ao conjunto de procedimentos que constitui a regulação e avaliação. A autoavaliação articula um estudo reflexivo segundo o roteiro geral, proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico institucional, cadastro e censo, ou seja, se constitui em um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente “o que é” e “o que deseja ser”; “o que de fato realiza”; “como se organiza, administra e age”. Esse tipo de avaliação sistematiza informações para análise e interpretação com objetivo de identificar as práticas exitosas, bem como, a compreensão de lacunas e equívocos, para então poder evitá-los no futuro. O relatório da autoavaliação deve orientar o processo de avaliação e reconhecer os recursos e meios indispensáveis para a melhoria da IES. Os resultados da autoavaliação devem ser submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas.

A avaliação externa *in loco*, por sua vez, é efetuada pelas comissões designadas pelo Inep/MEC executada por membros externos pertencentes à comunidade acadêmica e científica e reconhecidos pelas suas capacidades em áreas específicas, assim como por sua ampla compreensão sobre instituições universitárias.

A avaliação institucional subsidia os atos de credenciamento e reconhecimentos presenciais de instituições de educação superior e a transformação da organização acadêmica

de faculdade para centro universitário e deste para universidade. Sua concepção visa atender à diversidade do sistema de educação superior e respeitar a identidade das instituições que o compõem e analisar, assim, as especificidades das diferentes organizações acadêmicas a partir do foco definido no plano de desenvolvimento institucional (PDI) e nos processos de avaliação institucional (interna e externa).

O eixo da avaliação do desempenho dos estudantes é realizado por meio da aplicação das provas do no bojo do exame nacional de desempenho de estudantes (Enade) o que inclui respostas ao questionário do estudante. Composto por prova, questionário de avaliação discente da educação superior (ADES), o antigo questionário socioeconômico, o questionário dos coordenadores de curso e a percepção do aluno sobre a prova. O ciclo avaliativo do Enade é aplicado de três em três meses, anualmente, aos cursos das áreas escolhidas por uma portaria do Ministério da Educação.

O Enade tem como meta avaliar o desempenho dos concluintes dos cursos de graduação, seja no âmbito privado quanto público, em relação não só aos conteúdos programáticos de cada área, mas às habilidades e competências que os estudantes adquiriram em sua formação. Esse exame apresenta-se também com a finalidade de analisar a formação que foi ofertada pela IES aos seus estudantes nas respectivas áreas avaliadas. Atualmente, o Enade é realizado com os concluintes dos cursos por meio de um exame com amplitude nacional que preenche os parâmetros acordados na legislação vigente. É importante ressaltar que a situação de regularidade do aluno deverá constar no seu histórico escolar.

A prova compreende questões relativas a conhecimentos gerais quanto conhecimentos específicos de cada área, sendo composta por questões objetivas e discursivas com temas atuais e contextualizados com a perspectiva de situação problema, estudo de caso ou outra forma de investigação do conteúdo apresentado pelos curso, assim como a habilidade em solucionar situações ocasionadas pelo exercício da profissão escolhida pelo estudante, ou na realidade brasileira ou mundial (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006; MEC, 2007). Além disso, a prova apresenta questionário do estudante buscando informações não só do corpo docente, mas da infraestrutura e organização didático-pedagógica dos cursos. O Enade é considerado componente curricular obrigatório e de caráter fundamental no itinerário formativo do estudante de ensino superior. A partir dos resultados, são publicados os Conceitos Enade, Conceitos Preliminares de Curso - CPC e Índice Geral de Cursos - IGC (BRASIL, 2004).

No que se refere à avaliação dos cursos de graduação (ACG) o objetivo é “[...] identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (BRASIL, 2004). Para isso, são utilizados pelo Inep/MEC dois instrumentos nos processos de Avaliação dos Cursos de Graduação - presencial e à distância: o Instrumento de Avaliação de Cursos relativo aos processos de Autorização e o Instrumento de Avaliação de Cursos referente aos processos de Reconhecimento e de Renovação do Reconhecimento dos Cursos.

3.1 Avaliação de cursos de graduação

A avaliação de cursos de graduação, de acordo com o Sinaes tem como objetivo “[...] identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (BRASIL, 2004). Essas três dimensões, relacionadas na lei, fundamentam o processo e o instrumento de avaliação dos cursos de graduação. Para compreender os objetivos propostos por este eixo avaliativo, bem como subsidiar o ato autorizativo e a elaboração de indicadores de qualidade, são utilizados dois processos: o Enade – e a avaliação externa *in loco*. Para chegar à nota dos cursos são utilizados dois índices: o primeiro referente ao conceito preliminar de curso (CPC) e o segundo o índice geral de cursos (IGC), sendo os cálculos e divulgação realizados no ano posterior ao da realização do Enade. Conforme Cavalcanti (2019), o CPC tem como objetivo avaliar os cursos de graduação e somar diferentes variáveis, uma apoiada na avaliação de desempenho de estudantes, outra no valor agregado por todo processo formativo e por fim ancorada nas condições de oferta que abrange os recursos-pedagógicos, a infraestrutura e o corpo docente, consoante a orientação técnica, aprovada pela Conaes. Por sua vez, o IGC, é a média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição de ensino, resumindo em um indicador, divulgados anualmente pelo MEC, após a divulgação dos resultados do Enade.

Em se tratando da ACG tem-se o emprego de métodos e diferentes instrumentos, obrigatoriamente, de conforme a lei do Sinaes, as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, cabendo às comissões de especialistas do Inep/MEC observar e analisar *in loco* as informações introduzidas nas respectivas fases documentais dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, tanto nos cursos presenciais, quanto nós à distância.

Quadro 2 - Avaliações de Cursos – Dimensões e Pesos
AUTORIZAÇÃO DE CURSO

Dimensão	Peso
Organização Didático-Pedagógica	40
Corpo Docente e Tutorial	20
Infraestrutura	40
Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento	
Organização Didático-Pedagógica	30
Corpo Docente e Tutorial	40
Infraestrutura	30

Fonte: Inep (2017)

Para cada dimensão avaliada nos cursos de graduação são atribuídos conceitos que resultarão em conceitos para cada uma das dimensões e no conjunto das três dimensões, dispostos em uma escala com cinco níveis. Os conceitos foram definidos em Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Conceitos do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação

CONCEITO	LEGENDA	SIGNIFICADO
1	INSATISFATÓRIO	Ausência crítica do objeto de avaliação ou de evidência dos atributos descritos no conceito 2
2	PARCIALMENTE SATISFATÓRIO	Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3
3	SATISFATÓRIO	Evidências para os atributos apresentados nos descritores do conceito 3
4	BOM	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do (s) critério (s) aditivo (s) do conceito 4
5	MUITO BOM	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do (s) critério (s) aditivo (s) dos conceitos 4 e 5

Fonte: Adaptado do Inep (2017)

As avaliações tanto dos cursos de graduação como das instituições de ensino superior e seus cursos devem ser realizadas periodicamente, observando os ciclos avaliativos. Três tipos de avaliação ocorrem nos cursos de graduação, em todo país, são eles: avaliação de autorização, de reconhecimento de curso e de renovação de reconhecimento de curso. A avaliação de autorização é realizada quando uma instituição solicita ao MEC credenciamento para funcionar, visando a oferta de um ou mais cursos. No caso de instituições com autonomia administrativa, (universidades e centro universitários), só será necessário encaminhar o

processo de autorização quando houver abertura de novos cursos fora da sede, entretanto, mesmo nestes casos, a visita poderá ser dispensada pelo Inep/MEC.

Em relação ao reconhecimento do curso, a instituição deverá solicitá-lo no início da segunda metade da primeira turma do curso novo, o que demanda uma avaliação *in loco*. Em se tratando da renovação de reconhecimento, ela é realizada conforme o ciclo avaliativo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. Dessa forma, é calculado o conceito preliminar do curso (CPC) e aquele que obtiver conceito preliminar 1 ou 2 será avaliado novamente *in loco*. Os cursos que não fazem Enade, obrigatoriamente, terão visita *in loco*. Essa visita é efetivada por comissão composta por dois avaliadores sorteados entre os que estão na base de dados do Banco Nacional de Avaliadores (BASis) que seguirão os parâmetros de documento que orienta as visitas. O resultado dessa visita irá gerar um conceito para cada curso, tanto nas três dimensões, como conceito final, que será o conceito de curso (CC), podendo chegar a 5. O Inep dispõe do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – IACG em duas versões: um referente ao ato de autorização e o outro para os atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação (INEP, 2017).

Conforme registrado no Sinaes, o IACG atende às três dimensões do eixo avaliativo de cursos aplicando questionamentos referentes a cada ato, modalidade e organização acadêmico-administrativa realizada pela comissão avaliadora, utilizando-se de indicadores de desempenho agrupados às dimensões citadas. Após a aplicação do IACG, pela avaliação externa *in loco* dos cursos, são obtidos resultados distintos registrados em relatório de avaliação, conceitos e indicadores de qualidade da educação superior.

A avaliação externa *in loco* ainda permite a estruturação de outros dois indicadores de qualidade da educação superior: o conceito preliminar de curso (CPC) e o índice geral de cursos avaliados da instituição (IGC), sendo o CPC o indicador que aborda, dentro do mesmo conceito, diversos aspectos referentes aos cursos de graduação, com cálculo composto por oito componentes associados a quatro dimensões e o IGC como indicador de qualidade voltado para as IES, com forte vínculo aos resultados provenientes do CPC e dos conceitos relativos aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, caso a instituição ofereça essa modalidade.

O conceito preliminar de curso abrange não só o desempenho dos estudantes, mas o valor agregado pelo processo formativo, o perfil do corpo docente, além de considerar também a percepção dos estudantes nesse processo. Para a validação do CPC, os cursos devem apresentar ao menos dois discentes que obtiveram resultados válidos no Enade. Seu cálculo e divulgação iniciaram a partir da edição 2015, com realização sempre em ano

posterior ao da realização do exame (INEP, 2019). De forma semelhante ao CI e CC, o CPC é divulgado com os valores apresentados nas formas de faixa e contínuo.

Em relação ao cálculo do IGC, efetuado anualmente, considera-se entre seus aspectos principais: as notas contínuas do CPC dos cursos avaliados nos últimos três anos, correspondendo ao ciclo avaliativo do Enade, ponderada pelo quantitativo de matrículas de cada um dos cursos considerados; e o quantitativo de matrículas dos cursos de graduação, obtido por meio do censo da educação superior mais recente (INEP, 2019). Além dos dados do relatório de avaliação e o CC, as informações emitidas pelos indicadores de qualidade IGC e CPC subsidiam o MEC nas decisões sobre os atos autorizativos referentes à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos dos cursos de graduação das IES (PAIVA, 2020). Conforme MEC (2018) para o ato de autorização, os cursos de graduação na modalidade EaD são dispensados da avaliação externa *in loco*.

O Sinaes, desde a sua implementação vem passando por mudanças que ocorrem na educação superior, bem como em função de demandas sociais políticas e econômicas que influenciam na qualidade na educação superior. Frequentes modificações ocorreram nos indicadores de qualidade e nos instrumentos de avaliação externa *in loco* que subsidiam os atos autorizativos de entrada e permanência das IES e dos cursos de graduação como disposto no quadro 4.

Quadro 4 - Alterações nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação

Ano	Instrumento de Avaliação
2008	Instrumento para reconhecimento de Bacharelado e Licenciatura Instrumento para reconhecimento de curso de Direito
2010	Instrumento para autorização de curso de Medicina Instrumento para autorização de Bacharelado e Licenciatura Instrumento para autorização de curso de Direito Instrumento para autorização de curso Tecnológico Instrumento para reconhecimento de curso de Pedagogia Instrumento para reconhecimento de curso Tecnológico Instrumento para reconhecimento de curso de Medicina Instrumento para renovação de reconhecimento de Cursos
2012	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância
2015	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância
2017	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Autorização Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento

Fonte: Adaptado de Inep (2021)

Conforme Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAS foram estabelecidos novos instrumentos para IES e cursos de graduação mantendo o caráter matricial, porém apresentando versões diferenciadas tendo em vista a natureza do ato autorizativo. O principal

objetivo das alterações é potencializar as atividades das comissões avaliadoras, ampliando a qualidade das avaliações externas *in loco* por possibilitar uma abordagem mais precisa, com dados e critérios e referenciais específicos para cada ato autorizativo da avaliação (INEP, 2017).

4. PERCURSO METODOLÓGICO

A produção do conhecimento científico exige a concordância com regras metodológicas imprescindíveis ao seu desenvolvimento, com vistas a responder à uma pergunta investigativa. Em nosso caso, nossa pergunta central foi “o que tem sido produzido nos programas de pós-graduação sobre a avaliação de cursos de graduação a partir das orientações dos Sinaes? ”.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica que, conforme Oliveira (2010), consiste em “[...] uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica, nosso material, está inserida no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, por meio de uma investigação científica de obras já publicadas.

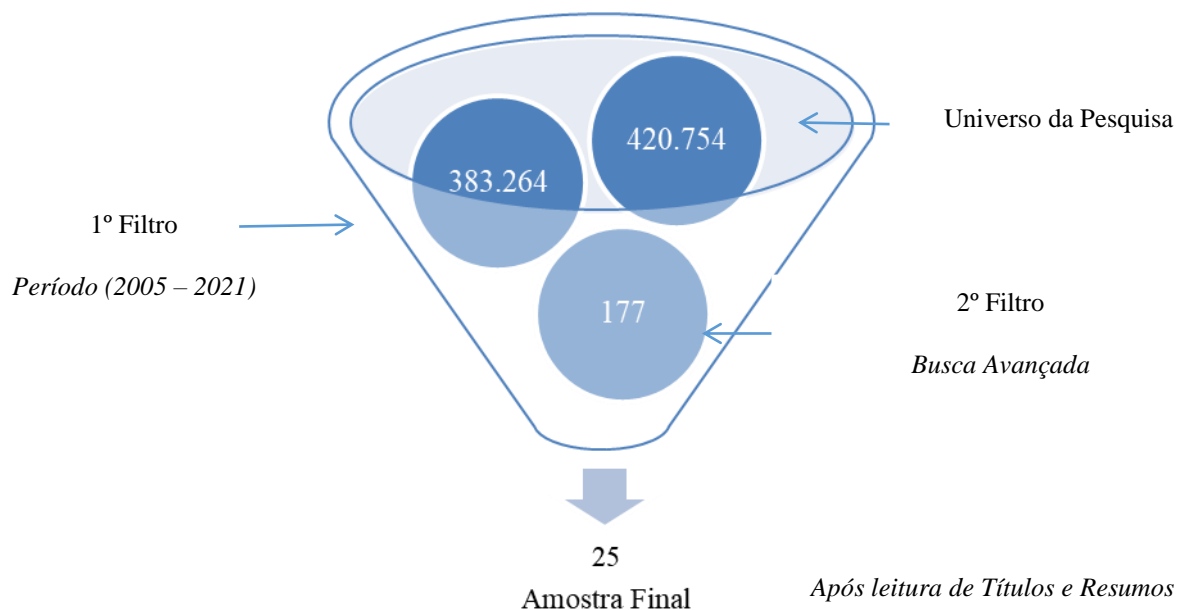
Segundo Vergara (2016, p. 52) entende-se que a pesquisa se divide em fins e meios. Assim, quanto aos fins, de acordo com os objetivos propostos, foi realizada uma investigação de caráter descritivo. Quanto à abordagem, o presente estudo tem caráter quantitativo e qualitativo, visto que faz o mapeamento e a interpretação dos dados disponíveis na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD).

Enquanto à abordagem qualitativa, definida segundo Oliveira (2010), como um processo de reflexão e análise da realidade, utiliza de métodos e técnicas para melhor compreensão do objeto estudado. A abordagem quantitativa, como aponta Vergara (2015) é caracterizada pela objetividade e critérios probabilísticos para a seleção das amostras e instrumentos estruturados para a coleta e pelas técnicas estatísticas para o tratamento dos dados. Esse tipo de pesquisa se evidencia pela utilização de tabelas e modelos estatísticos, visando a análise dos dados da pesquisa.

A captura dos dados na BDTD partiu dos seguintes descritores: avaliação de curso, ensino superior, graduação e Sinaes. Esses descritores foram utilizados na base de forma isolada, a busca apresentou um quantitativo de publicações de 8.196 (Avaliação de curso), 23.095 (Ensino Superior), 389.096 (graduação) e 367 (Sinaes), totalizando 420.754 produções o que representou o universo da pesquisa. Em seguida objetivando a construção do trabalho refinou-se a pesquisa aplicando o primeiro filtro por período, 2005 a 2021, obtendo-se assim os seguintes quantitativos: de 7.088 (Avaliação de curso), 21.769 (Ensino Superior), 345.047 (Graduação) e 360 (Sinaes). Tendo em vista ao grande volume de trabalhos apresentados, e a

fim de melhor delimitar e conduzir ao objetivo da pesquisa, foi realizada uma busca avançada utilizando-se os quatros descritores já mencionados de forma agrupada, com o mesmo filtro temporal, ou seja, 2005 a 2021. Assim, percebemos a existência de 177 publicações, dentre elas 132 dissertações e 45 teses. Para refinar ainda mais a nossa pesquisa, foi realizado o segundo filtro focando no objetivo do estudo, realizamos a leitura dos títulos e resumos e chegamos a 25 publicações, sendo 16 dissertações e 9 teses, apresentadas no apêndice A, formando assim a amostra final da pesquisa, conforme demonstra a figura 2.

Figura 2 - Processo de Seleção dos Trabalhos Analisados



Fonte: Autora (2021)

Considerando as produções capturadas na BDTD a análise dos dados coletados tem como base o enquadramento em categorias definidas a priori pelo fichamento elaborado para as anotações de leitura. No fichamento destacamos como categorias a) tipo de produção (dissertação ou tese), b) título, c) instituição de defesa, d) pergunta de investigação, d) objetivo, e) metodologia, f) principais referenciais e g) resultados A alocação das produções nessas categorias, permite o mapeamento das obras revelando o volume, região, instituição de concentração e ano de elaboração. Também permite o desmembramento em subcategorias de análises interpretativas, com base no foco de discussão que revela o interesse e preocupação dos autores e as possíveis lacunas investigativas. Em resumo, o exame das produções está baseado na análise de conteúdo, cujo objetivo é fazer a classificação e categorização alocando

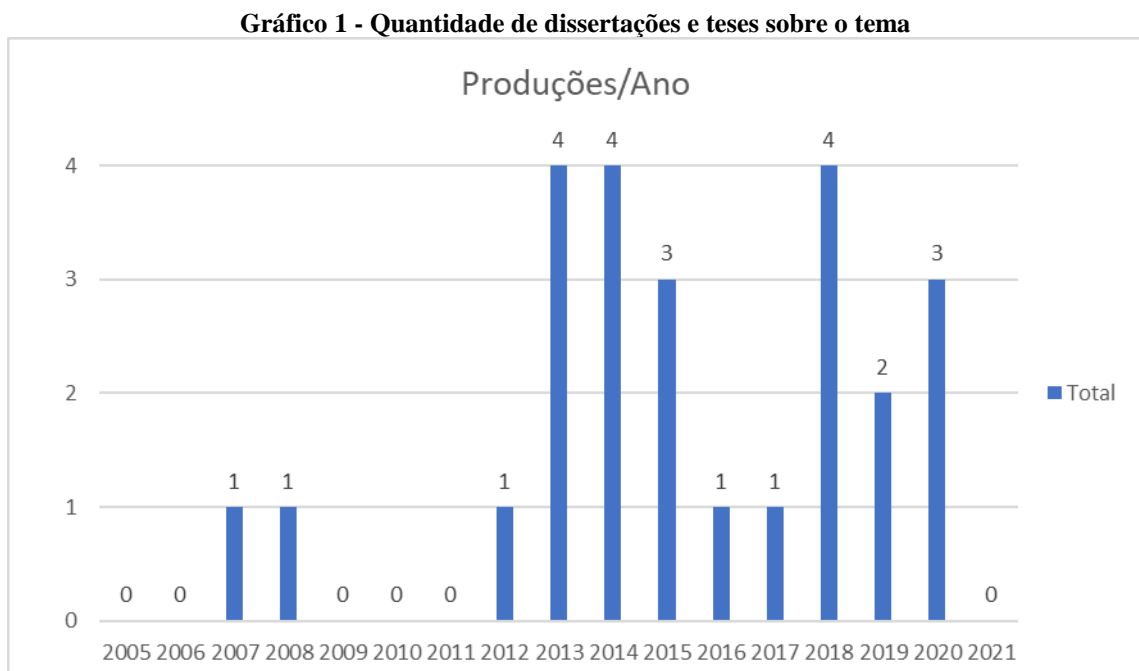
as características das produções a elementos-chave, para que possam ser comparadas a outros elementos constituintes do objeto de investigação. Essa perspectiva se ancora em Janis (1982, p. 53), para quem a essa metodologia de análise possibilita “[...] descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação [...] As operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas”. Embora Janis (1982) apresente com muita ênfase a análise de conteúdo como método de análise focada na comunicação social, sobretudo no discurso político, ela não se limite a ele, podendo ser utilizada em vários outros objetos de análise, como, por exemplo, na produção bibliográfica.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas dissertações e teses para que fizeram parte da amostra final da pesquisa foi realizada uma análise dos dados que foram preenchidos nos fichamentos. A análise foi dividida em descritiva e interpretativa.

5.1. ANÁLISE DESCRITIVA

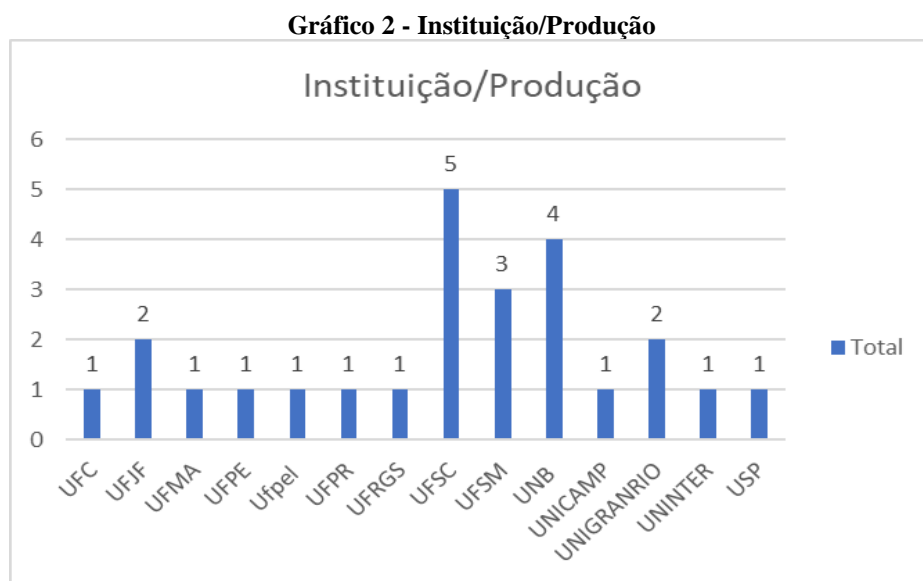
Iniciamos a análise dos dados fazendo uma descrição geral, sobretudo no que diz respeito à relação entre quantidade de trabalhos por ano, instituições em que foram produzidos e regiões do país. Começando com o quantitativo de produções, como podemos verificar no gráfico 1, é muito baixo volume. Nos anos de 2005 e 2006 não consta trabalhos em função, acreditamos, do pouco tempo de existência do Sinaes, que foi instituído. As pesquisas sobre ele só apareceram a partir do ano de 2007, porém com ausência em 2009, 2010 e 2011 e acentuação nos anos de 2013, depois com queda em 2016 e 2017.



Fonte: Autora (2022)

Quanto às instituições de pesquisa nas quais as dissertações e teses foram realizadas, aparecem: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Centro Universitário Internacional (UNINTER), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFGRS), Universidade Federal de Pelotas (UFpel), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UnB). No gráfico 2 apresentamos a quantidade de trabalhos em cada uma delas. O destaque é para a UFSC com cinco (20%) produções em todo período pesquisado, seguida pela UnB com 4 (16%), em terceiro lugar estão UFJF e Unigranrio com duas (8%) e as demais possuem um trabalho (4%).

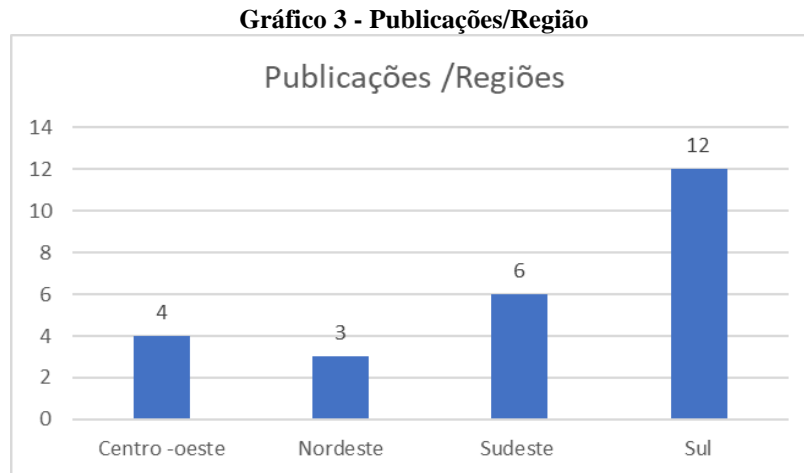


Fonte: Autora (2022)

Com relação ao volume de produções por regiões, o Sul se destaca com 48%, ou seja, quase metade das obras que envolve a temática estudada encontram-se nessa região. O Sudeste apresenta um percentual de 24%, seguido do Centro-Oeste com 16% e Nordeste com apenas três produções o que representa 12% do total capturado. Em destaque o estudo revela que a região Norte foi a única que não apresentou produções.

Esses dados comprovam o que apontam estudos anteriores sobre o volume de trabalhos de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação *stricto sensu*. A concentração de trabalhos nas regiões Sul e Sudeste pode estar relacionado à histórica concentração de universidades e programas de pós-graduação naquelas regiões (BENDITO, 2017). Em relação ao baixo volume de produção sobre a temática é um aspecto que precisa ser melhor investigado, porém nossa hipótese é de que se trata de um assunto que ainda é

visto com ressalvas no âmbito das instituições de ensino superior, em função de abordar um sistema de avaliação com muitos questionamentos.



Fonte: Autora (2022)

5.2. ANÁLISE INTERPRETATIVA

Na análise qualitativa das produções selecionadas, optamos por fazer uso do método da categorização do conteúdo. Segundo Bardin (2011, p.147), a análise de conteúdo “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios definidos”. As categorias de análise foram os próprios itens utilizados para o fichamento dos trabalhos, uma vez que eles orientaram nossa leitura em relação a eles. Assim, as categorias foram divididas e nomeadas: 1) Foco de discussão, 2) Problema de investigação, 3) Metodologia, 4) Referencial teórico e 5) Resultados e considerações finais.

5.2.1 Foco da discussão

Na categoria ‘foco de discussão’, classificamos os textos em quatro subcategorias que emergiram das nossas leituras dos trabalhos e, portanto, nortearam nossas análises. Essas subcategorias nomeamos de: ‘Análise do próprio Sinaes’, ‘Influência do Sinaes nas IES’, ‘Influência do Sinaes nos cursos’ e ‘Percepção dos atores dos cursos quanto ao Sinaes’. O quantitativo de trabalhos em cada subcategoria está disposto no quadro 5.

Quadro 5 – Subcategoria análise do Foco da Discussão

Subcategoria	Título do trabalho	Foco da discussão
Análise do próprio Sinaes e/ou sua relação com outros documentos	Proposta de Padronização dos Processos Regulatórios de Cursos de Graduação no Âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.	Apresenta uma proposta de organização dos processos de avaliação externa e regulação dos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.
	Currículos, Pedagogia e Avaliação em Cursos e Enfermagem e de Direito: Influências do Discurso Regulador Geral e do Discurso Recontextualizador.	Propõe a compreensão dos processos que levam à decisão sobre a organização curricular de Cursos de Graduação, em função das DCN, dos formatos de avaliação que foram adotados, da ação das Agências Profissionais e da referência institucional.
	Avaliação Externa de Curso de Graduação e os Procedimentos de Qualificação dos Acervos em uma Instituição Federal de Ensino Superior.	Avaliação da biblioteca universitária e os indicadores de qualificação dos acervos nas avaliações de cursos realizadas pelo INEP.
	Aspectos contextuais e metodológicos da avaliação da qualidade da educação superior brasileira: uma análise dos indicadores utilizados pelos órgãos reguladores nos processos de avaliação dos cursos de graduação.	Avalia a educação superior a partir da compreensão e significado das consequências do estabelecimento e uso de um sistema de indicadores formatados para a mensuração do desempenho dos atores envolvidos, bem como das estruturas físicas e tecnológicas das instituições de ensino superior, nas quais os cursos de graduação estão inseridos.
	Proposta de Integração e Disponibilização de Informações do Censo da Educação Superior e do Sinaes no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores.	Propõe a integração e a disponibilização na web dos dados da avaliação da educação superior, com base nos princípios da Lei de Acesso à Informação e dos Dados Governamentais Abertos.
Influência do Sinaes nas IES	Dinâmicas do ensino superior no Brasil: arranjos e performances de uma faculdade amapaense empenhada em obter “avaliação positiva” nos ciclos do Sinaes.	Analisa a dimensão performática, envolvendo dramatização do comportamento e produção de cenários, nas situações de encontro presencial entre avaliados e avaliadores por ocasião das visitas às instituições de ensino superior.
	Apropriação da Primeira Dimensão do Instrumento de Avaliação para Cursos de Graduação pelos Coordenadores do Curso de Pedagogia à Distância da UFJF, UFMG e UFPB.	Discute a apropriação do instrumento de avaliação de cursos de graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pelos coordenadores dos cursos de Pedagogia EaD da UFJF, UFMG e UFPB.
	Avaliação do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública na Modalidade à Distância: Um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina.	Analisa a percepção dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância, do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior a distância.
	Planejamento para o desenvolvimento do Simulador de Avaliação Externa, à luz do Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório.	Analisa o planejamento de um simulador de avaliação de cursos de graduação e seu funcionamento para o reconhecimento de fragilidades e potencialidades para auxiliar as

Influência dos Sinaes nos cursos		instituições de Ensino Superior em decisões futuras.
	A Avaliação <i>in loco</i> de Cursos Superiores Brasileiros no contexto do Sinaes: Análise das percepções dos Avaliadores Externos.	Propõe a investigar a avaliação <i>in loco</i> de cursos superiores brasileiros no contexto do SINAES, com base nas percepções dos avaliadores externos.
	Estudos sobre a avaliação <i>in loco</i> dos cursos de graduação na modalidade à distância.	Analisa a avaliação <i>in loco</i> feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) nos cursos de graduação à distância.
	Avaliação de cursos jurídicos no Brasil: Estudo de dois casos no Maranhão.	Compreender como os processos avaliativos promovidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) têm influenciado o funcionamento desses cursos e se têm contribuído para elevação da qualidade do ensino jurídico no Estado.
	Avaliação da Educação Superior: Uma realidade na educação médica.	Avaliação da Educação Superior e como objeto a Avaliação do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR, seus processos e resultados
	Influências do Sinaes na construção curricular do curso de Pedagogia.	A influência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na reformulação de currículos dos cursos de graduação em Pedagogia em duas instituições públicas federais do Rio Grande do Sul.
	Avaliação dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas: Uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do Sinaes.	Um estudo de caso sobre as avaliações <i>in loco</i> recebidas pelos cursos da Universidade Federal de Pelotas, capitaneadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, sob a ótica dos Instrumentos de avaliação externa de curso de 2012 e 2015.
	O Impacto do Sinaes nas universidades privadas do Rio de Janeiro sob a perspectiva da teoria institucional: O curso de administração.	Compreender a regulação imposta pelo Estado, entender a política de avaliação do SINAES e discutir as mudanças ocorridas no cotidiano dos cursos de administração.
	A qualidade no programa universidade para todos (Prouni) segundo os resultados de avaliação de cursos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).	Investigou a questão da qualidade dos cursos que ofertam bolsas no Programa Universidade para Todos (ProUni).
	Os Parâmetros de Avaliação do Sinaes na Percepção Dos Estudantes do Curso de Graduação em Administração: Um Estudo Em Apucarana-PR.	Discute a importância de uma construção acadêmica mais epistemológica sobre a avaliação dos cursos superiores.
	Regular E/Ou Induzir Qualidade? Os Cursos de Pedagogia nos Ciclos Avaliativos do Sinaes.	Analisa os cursos de Pedagogia nos ciclos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
	Reconhecimento de Cursos de Graduação em Instituições Privadas no Marco do Sinaes: Avaliação, Regulação E Acomodação.	Analisa em que condições sociopolíticas, legais e pedagógicas a avaliação para fins de reconhecimento de curso de graduação vem se

Percepção dos atores dos cursos quanto ao Sinaes		materializando no marco do Sinaes (2006-2010).
	Avaliação e Qualidade para a Educação Superior à Distância de Santa Catarina: Desafios do Sinaes.	Analisa os elementos estruturantes do SINAES assim como suas relações com a garantia da qualidade dos cursos de graduação na modalidade a distância, verificando se o sistema consegue garantir a qualidade dos cursos na nessa modalidade.
	A Que Serve O Sinaes? Uma Avaliação Da Política Nacional De Avaliação Da Educação Superior.	Analisa os 15 anos do SINAES pois trata-se de uma política que passou por 4 eleições presidenciais e tem influência direta nas universidades, instituições de grande importância histórica, social e econômica para o país.
	Qualidade e Regulação nos Cursos De Direito: Uma Análise do Exame Nacional de Desempenho Dos Estudantes.	Analisa a qualidade relacionada à política de regulação do Sinaes dos cursos de Direito do Distrito Federal que foram avaliados pelo ENADE no ano de 2015.
	Uma Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): Medir O Quê Para Quem, Eis A Questão!	Discute como é e o que é avaliado pelo Sinaes e a quem este processo de avaliação se destina, considerando sua adoção no processo de recredenciamento dos cursos.
	Sentidos e Significados do Índice Geral de Cursos na Regulação da Qualidade da Educação Superior.	Analisa as contradições da regulação da educação superior brasileira realizada pelos índices.

Fonte: Autora (2022)

Em relação à discussão que os autores apresentam em suas produções percebemos que a maioria se refere ao que denominamos de ‘Influência do Sinaes nos cursos’, destacando mais precisamente os resultados das avaliações *in loco* como norteadores para mudanças e adequações ao que determina o Sinaes. Como podemos destacar nas produções de Figueiredo (2015), Rippel (2019) e Fabrini (2020).

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre as avaliações *in loco* recebidas pelos cursos da Universidade Federal de Pelotas, capitaneadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, sob a ótica dos Instrumentos de avaliação externa de curso de 2012 e 2015. (RIPPEL,2019, p. 6)

Em nosso entendimento, a ênfase nesse tipo de investigação está em consonância com o assunto, ou seja, como se trata de discutir o sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes), é quase de se esperar que o lume se volte para sua influência nos cursos, uma vez que é o alvo principal do sistema. Todos as IES pretendem que seus cursos sejam bem avaliados, atinjam as notas máximas, daí elas tentarem adequar os cursos para essas avaliação.

Outro foco muito abordado nos trabalhos se refere à percepção dos atores dos cursos (coordenadores, docentes, discente e técnico administrativos) em relação ao Sinaes. Um exemplo de trabalho que vai nessa direção podemos encontrar na tese de Hora 2019.

Sobre o Enade, eu não sabia nem o que estava acontecendo antes. Não sabia que fui convocada para o Enade. [...] eu inclusive trouxe [o edital], porque, bom, eu sabia que existia o Enade, e que por acaso talvez fosse convocada e teria que fazer para poder formar, ponto. Eu só vejo por notícia de jornal, ou, eu vi alguém que fez. (HORA, 2019, p. 239).

No trecho acima o autor destaca o depoimento de um estudante sobre o Enade, ou seja, de um dos requisitos do Sinaes. Ele mostra que o estudante não tem conhecimento sobre o exame e o significado dele em relação à avaliação da educação superior. Como esse exemplo do autor, acreditamos que muitos outros estudantes, assim como professores de IES conhecem muito pouco sobre o sistema de avaliação. Isso é preocupando, uma vez que são esses atores que devem desempenhar papel de fortalecimento e melhoria nas condições dos cursos e das IES, com sua atuação e envolvimento nas discussões sobre o tema.

Com relação a análise do próprio Sinaes, há uma quantidade menor de trabalhos. Neles os autores examinam o próprio sistema de avaliação. São pesquisas centradas em mostrar as limitações, falhas do sistema, assim como suas exigências e contradições.

Por último, mas não menos importante, os trabalhos que relacionam a influência do Sinaes nas IES nos fazem repensar se as instituições estão apenas maquiando as suas avaliações ou se realmente estão se reestruturando para a realidade necessário, que visa atender aos estudantes e à comunidade que a utiliza, em conformidade com o que propõe o Sinaes. Podemos destacar uma discussão que deixa bem explícita essa situação:

Este estudo busca elucidar e analisar a dimensão performática, envolvendo dramatização do comportamento e produção de cenários, nas situações de encontro presencial entre avaliados e avaliadores por ocasião das visitas às instituições de ensino superior. (SANTOS, 2018, p.10).

No trecho destacado, o autor faz menção à um possível cenário montado para um momento pontual, ou seja, o momento da presença de avaliadores. Mas, que, porém, pode não condizer com a realidade cotidiana da IES. Isso revela, portanto, que as instituições só fazem uma maquiagem para sair bem na avaliação.

5.2.2 Problema de Investigação

O problema da investigação é o ponto inicial da pesquisa. Sobre isso, Costa e Costa (2015, p. 25) afirmam que as pesquisas devem sempre ter como ponto de partida em “[...] algum tipo de problema, ou seja, alguma coisa que se tenha vontade de solucionar ou contribuir para a solução [...]”. Nesta categoria as produções foram classificadas em três subcategorias, que denominamos : análise do próprio Sinaes; influência do Sinaes nos cursos e nas IES e a percepção dos atores dos cursos quanto ao Sinaes, conforme quadro 6.

Quadro 6 - Subcategoria Análise do Problema de Investigação

Subcategoria	Título	Problema de Investigação
1 - Análise do próprio Sinaes	Regular E/Ou Induzir Qualidade? Os Cursos de Pedagogia nos Ciclos Avaliativos do Sinaes.	O Sinaes, nos dez anos de implementação, está mais ajustado aos princípios de regulação na forma de controle da qualidade ou na avaliação formativa e emancipatória preconizada por esse sistema avaliativo voltada a indução da qualidade? (Acha que fica melhor assim?)
	Sentidos E Significados do Índice Geral De Cursos Na Regulação Da Qualidade Da Educação Superior.	Como o Índice Geral de Cursos afere a qualidade das IES públicas e privadas do DF, tendo como recorte do estudo o curso de licenciatura em Letras?
	Dinâmicas do ensino superior no brasil: arranjos e performances de uma faculdade amapaense empenhada em obter “avaliação positiva” nos ciclos do Sinaes.	Os indicadores de qualidade pensados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, no Brasil, estão centrados em modelos externos ao nosso país, à região Norte, aos contextos locais, em um processo atrelado a símbolos de uma qualidade presente em nações e culturas supostamente mais “desenvolvidas”?
	Uma Avaliação Do Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior (Sinaes): Medir O Quê Para Quem, Eis A Questão!	Como e o que é avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e a quem este processo de avaliação se destina, considerando sua adoção no processo de credenciamento dos cursos?
	Estudos sobre a avaliação <i>in loco</i> dos cursos de graduação na modalidade a distância.	De que forma está o desenvolvimento atual da avaliação <i>in loco</i> dos cursos de graduação na modalidade à distância?
	Avaliação e qualidade para a educação superior à distância de Santa Catarina: desafios do Sinaes.	O SINAES garante qualidade dos cursos de graduação no sistema federal na modalidade de educação à distância?
	Reconhecimento de Cursos de Graduação em Instituições Privadas no Marco do Sinaes: Avaliação, Regulação E Acomodação.	Em que condições sociopolíticas, legais e pedagógicas a avaliação para fins de reconhecimento de cursos de graduação vem se materializando no marco do Sinaes (2006-2010)?
	Proposta de Integração e Disponibilização de Informações do Censo da Educação Superior e do Sinaes no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores.	É possível integrar os dados do Censo da Educação Superior e do SINAES, a fim de torná-los mais acessíveis e disponíveis para a sociedade?

2 - Influência do Sinaes nas IES	A qualidade no programa universidade para todos (Prouni) segundo os resultados de avaliação de cursos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).	A avaliação dos cursos com oferta de bolsas pelo ProUni consegue realizar-se efetivamente e assegurar um padrão mínimo de qualidade? Quais critérios são efetivamente utilizados?
	O Impacto do Sinaes nas universidades privadas do Rio De Janeiro sob a perspectiva da teoria institucional: O curso de administração.	Qual impacto do SINAES no curso de administração das universidades privadas do Rio de Janeiro sob a perspectiva da teoria institucional?
	Influências do Sinaes na construção curricular do curso de Pedagogia.	Quais as influências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na reformulação de currículos do curso de Pedagogia de duas instituições públicas federais do Rio Grande do Sul?
	Avaliação da Educação Superior: Uma realidade na educação médica.	Os estudantes formados pela nova proposta curricular do curso de medicina da UEL apresentam bom desempenho quando comparados aos estudantes de outros cursos de medicina do país?
	Qualidade E Regulação nos Cursos De Direito: Uma Análise Do Exame Nacional De Desempenho Dos Estudantes.	Como a qualidade proclamada nos cursos de Direito do Distrito Federal avaliados pelo Enade se relaciona com a política de regulação do Sinaes?
	A Que Serve O Sinaes? Uma Avaliação Da Política Nacional De Avaliação Da Educação Superior.	Quais são os usos institucionais dos resultados do ENADE, da Avaliação Institucional e da Avaliação de Curso, feitos por universidades públicas federais brasileiras?
	Planejamento para o desenvolvimento do Simulador de Avaliação Externa, à luz do Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório.	Como um simulador de avaliação externa planejado à luz do Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (IACG/2017) e no contexto da nova legislação, pode contribuir na fase de reconhecimento de curso de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) nas modalidades presencial e a distância, possibilitando correção das fragilidades e indicação de potencialidades nos resultados oficiais?
	Avaliação Externa de Curso de Graduação e os Procedimentos de Qualificação dos Acervos em uma Instituição Federal de Ensino Superior.	Quais são os procedimentos dos cursos de graduação com relação a biblioteca para a qualificação dos acervos na Avaliação Externa?
	Currículos, Pedagogia e Avaliação em Cursos e Enfermagem e de Direito: Influências do Discurso Regulador Geral e do Discurso Recontextualizador.	O Discurso Regulador Geral do SINAES, das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e das Agências Profissionais, relativo às regras de currículo, pedagogia e avaliação, produz um quadro de isomorfismo e modelos estandardizados de currículo ou de autonomia das IES na construção e na implementação dos currículos?
	Proposta de Padronização dos Processos Regulatórios de Cursos de Graduação no Âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.	Como padronizar os processos regulatórios dos cursos de graduação da UFSM?
Aspectos contextuais e metodológicos da avaliação da qualidade da educação superior brasileira: uma análise dos indicadores utilizados pelos órgãos reguladores nos processos de avaliação dos	Em que medida os indicadores dos cursos de graduação atendem as características propostas no modelo de geração de indicadores proposto por Trzesniak, de modo que representem e descrevam questões relevantes a serem gerenciadas no âmbito do ensino?	

	cursos de graduação.	
3 – Percepção dos atores dos cursos quanto ao Sinaes	Os Parâmetros de Avaliação do Sinaes Na Percepção Dos Estudantes Do Curso De Graduação Em Administração: Um Estudo Em Apucarana-PR.	Qual a percepção dos estudantes dos cursos de Administração com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com o SINAES?
	Avaliação dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas: Uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do Sinaes.	Qual é a decorrência dos resultados dos processos avaliativos externos de curso, a partir dos SINAES, segundo as perspectivas dos atuais gestores da Universidade Federal de Pelotas?
	Apropriação da Primeira Dimensão do Instrumento de Avaliação para Cursos De Graduação pelos Coordenadores do Curso de Pedagogia à Distância da UFJF, UFMG E UFPB.	Os coordenadores dos cursos de Pedagogia EaD estão se apropriando da avaliação externa do SINAES? De que forma e para quais fins essa apropriação vem ocorrendo?
	Avaliação do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública na Modalidade à Distância.	Qual a percepção dos alunos com relação à qualidade dos cursos superiores de tecnologia, na modalidade à distância?
	A Avaliação <i>in loco</i> de Cursos Superiores Brasileiros no contexto do Sinaes: Análise das percepções dos Avaliadores Externos.	Qual é a percepção dos avaliadores externos do SINAES quantos aos indicadores das dimensões do Instrumento de Cursos de Graduação?
	Avaliação de cursos jurídicos no Brasil: Estudo de dois casos no Maranhão.	Como são regulados e gerados os resultados das avaliações de cursos jurídicos no Brasil e como esses resultados são recontextualizados pelos atores e instituições de ensino ora pesquisadas?

Fonte: Autora (2022)

Nessa categoria (problema de investigação), alocamos as produções em três subcategorias 1) análise do próprio Sinaes; 2) influência do Sinaes nos cursos e IES; 3) percepção dos atores envolvidos nos cursos quanto ao Sinaes. A maior parte das obras está nas duas primeira subcategorias. Das 25 produções, 11 (44%) delas explicitam na sua pergunta a relação direta sobre influência do Sinaes nos cursos e nas IES. No que se refere a análise do próprio Sinaes há um quantitativo de oito trabalhos, o que representa 32% do total analisado. Em relação à percepção dos atores sobre o impacto ou influência do Sinaes, encontramos seis produções, o que significa 24% da amostra da pesquisa.

O que percebe é que os autores são impulsionados para pesquisas que visam investigar como o Sinaes influencia os cursos e IES, assim como os fundamentos legais e legítimos do sistema. Isso mostra indícios de que ainda há resistência em relação ao atual sistema de avaliação da educação superior, em função da sua própria gênese, assim como dos instrumentos utilizados e dos pesos que ele tem em cada foco analisado (cursos, instituições e estudantes) e ser realidade majoritariamente de forma externa, sem considerar muito a

autoavaliação. Embora exista a figura da autoavaliação, ela tem pouco peso no computo geral do Sinaes.

5.2.3 Metodologia

Quanto à metodologia adotadas nas dissertações e teses examinadas, observamos que mais da metade (64%,) delas se definem como qualitativa. Essa abordagem, segundo Minayo (2014) “[...] se aplica ao estudo [...], das representações, das crenças, das percepções, e das opiniões, produto das interpretações que os homens fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo, sentem e pensam”. Apenas uma produção (4%) se definiu como de abordagem quantitativa que é a dissertação de Ikuta (2016), na qual o autor faz uma análise de dados sobre os cursos que ofertaram bolsas pelo ProUni no município de São Paulo-SP, no primeiro semestre de 2014, em relação aos resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC), considerado o indicador oficial de avaliação da qualidade dos cursos superiores brasileiros. A abordagem quantitativa na visão de Vergara (2015, p 247) é caracterizada pela objetividade e critérios probabilísticos para a seleção das amostras pelos instrumentos estruturados para a coleta de dados e pelas técnicas estatísticas para o tratamento dos dados. Quando nos referimos à junção dos tipos de abordagens qualitativo e quantitativo, ou seja, com uma perspectiva quali-quantitativa, encontramos oito produções, que correspondem à 32 % do total de analisado.

O fato da expressiva maioria se identificar com a abordagem qualitativa se deve, em nosso entendimento, ao fato não só do volume da amostra com o qual os autores trabalharam (que não é de grande quantidade), mas, sobretudo, pelo tipo de análise que direcionaram para as produções, ou seja, uma análise centrada no examine mais detido dos fatos, com uma discussão mais detalhada dos achados.

Quadro 7 – Subcategoria Análise das Metodologias

Subcategoria em relação a Abordagem	Título das Dissertações e Teses	Quanto ao Tipo de pesquisa	Quanto aos Meios utilizados na coleta de dados
	A que serve o Sinaes? Uma avaliação da política nacional de avaliação da educação superior.		Bibliográfica Documental
	Estudos sobre a avaliação in loco dos cursos de graduação na modalidade à distância.		Bibliográfica Documental Estudo de Campo Questionários Entrevistas

1 - Qualitativa	Planejamento para o desenvolvimento do simulador de avaliação externa, à luz do instrumento de avaliação de curso de graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório.	Exploratória	Documental
	Avaliação dos cursos de graduação da universidade federal de pelotas: uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do Sinaes.	Aplicada Exploratória	Bibliográfica Documental Estudo de caso
	Qualidade e regulação nos cursos de direito: uma análise do exame nacional de desempenho dos estudantes.	Exploratória	Documental Entrevistas semiestruturadas
	Dinâmicas do ensino superior no Brasil: arranjos e performances de uma faculdade amapaense empenhada em obter “avaliação positiva” nos ciclos do Sinaes.		Bibliográfica Documental
	Proposta de padronização dos processos regulatórios de cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.	Exploratória	Bibliográfica Documental Entrevistas individuais e semiestruturadas
	O impacto do Sinaes nas universidades privadas do rio de janeiro sob a perspectiva da teoria institucional: o curso de administração.	Aplicada Descritiva	Estudo de caso múltiplo Documental Entrevistas semiestruturado
	Avaliação de cursos jurídicos no Brasil: estudo de dois casos no Maranhão.		Bibliográfica Documental Estudo de Campo Entrevistas
	Proposta de integração e disponibilização de informações do Censo da educação superior e do Sinaes no painel da avaliação dos cursos superiores.	Aplicada Descritiva	Bibliográfica Documental
	Influências do Sinaes na construção curricular do curso de pedagogia.		Estudo de caso Documental
	Apropriação da primeira dimensão do instrumento de avaliação para cursos de graduação pelos coordenadores do curso de pedagogia a distância da UFJF, UFMG e UFPB.	Exploratória	Estudo de Caso Bibliográfica Documental Entrevistas
	Avaliação do curso superior tecnológico em gestão pública na modalidade à distância.	Descritiva	Estudo de caso Questionários
	Currículos, pedagogia e avaliação em cursos de enfermagem e de direito: influências do discurso regulador geral e do discurso recontextualizador.	Descritiva	Estudo de caso Documental Entrevistas
	Aspectos contextuais e metodológicos da avaliação da qualidade da educação superior brasileira: uma análise dos indicadores utilizados pelos órgãos reguladores nos processos de avaliação dos cursos de graduação.		Documental
	Reconhecimento de cursos de graduação em instituições privadas no marco do Sinaes: avaliação, regulação e acomodação.		Bibliográfica Documental Questionários Entrevistas

2 - Quantitativa	A qualidade no programa universidade para todos (Prouni) segundo os resultados de avaliação de cursos do sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes).	Exploratório	Bibliográfica Documental
3 – Qualitativa e Quantitativa	A avaliação in loco de cursos superiores brasileiros no contexto do Sinaes: análise das percepções dos avaliadores externos.	Aplicada Exploratória	Estudo de caso Questionário
	Os parâmetros de avaliação do Sinaes na percepção dos estudantes do curso de graduação em administração: um estudo em Apucarana-PR.	Descritivo Exploratória	Estudo de caso Questionário
	Avaliação externa de curso de graduação e os procedimentos de qualificação dos acervos em uma instituição federal de ensino superior.	Aplicada Exploratória	Estudo de caso Documental Entrevistas Questionários
	Sentidos e significados do índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior.	Exploratória	Documental Entrevistas Semiestruturadas
	Avaliação e qualidade para a educação superior à distância de Santa Catarina: desafios do Sinaes.	Aplicada Exploratória Descritiva	Bibliográfica Documental Questionários Entrevistas Semiestruturadas
	Avaliação da educação superior: uma realidade na educação médica		Documental Questionários Entrevistas
	Uma avaliação do sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes): medir o quê para quem, eis a questão!	Descritivo	Documental Bibliográfica
	Regular e/ou induzir qualidade? Os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do Sinaes.		Documental

Fonte: Autora (2022)

Quanto ao tipo de pesquisa encontramos 44% delas que afirmam ser exploratória, 24% aplicada e 24% descritiva. De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória visa maior aproximação, maior familiaridade com o problema, explicitando-o. Na visão do mesmo autor, a pesquisa exploratória assume a condição de pesquisa bibliográfica ou até mesmo de estudo de caso, como podemos perceber no quadro 7 acima, pois envolve levantamento bibliográfico ou estudo de caso, entrevistas e análises de diversos meios para atender os objetivos da pesquisa, ou seja, uma pesquisa do tipo exploratória visa explorar em diversas fontes um determinado fenômeno. Mas, isso não parece ser o caso das produções que analisamos, o que pode se configurar em um equívoco metodológico dos autores, ao enquadrar sua produção nessa perspectiva de investigação.

Em relação aos procedimentos utilizados para a coleta dos dados os mais recorrentes são: pesquisa documental com 88%, bibliográfica 44%, estudo de caso 36% e pesquisa de campo 8% do volume total. Nas pesquisas documentais podemos destacar o uso dos relatórios de avaliação externa, resultado de Enade, dados do censo da educação superior, conceito preliminar de curso e legislação pertinente como fonte de coleta dos dados. Segundo Oliveira (2007) “[...] na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”. A pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica podendo ser diferenciada de acordo com a natureza das fontes, na bibliográfica há contribuições de diferentes autores, enquanto a documental recorre a informações que ainda não receberam tratamento analítico. Nesse quesito também observamos um aspecto curioso, que se refere ao fato de alguns autores das obras analisadas registrarem na metodologia que fizeram pesquisa bibliográfica e ou documental, juntamente com coleta de dados por meio de entrevistas e ou questionários, porém no momento das análises dos dados apresentarem somente aqueles referentes às entrevistas e ou aos questionários. Acreditamos que eles estejam registrando na metodologia as leituras que realizaram (bibliográficas e documentais) para compor seu arcabouço teórico, como “pesquisa bibliográfica e ou documental”. O que também pode ser considerado um equívoco metodológico, uma vez que esse material não constitui seu objeto de análise.

O estudo de caso é muito utilizado nas pesquisas educacionais, apresentando grande relevância, porque esse tipo de estudo é capaz de aprofundar no assunto gerando conhecimento e interesses de novas investigações. Na visão de Pádua (2004) o estudo de caso não seria aplicável a estudos quantitativos, ou seja, em pesquisas que se colete informações concretas. Devemos ressaltar que de acordo com Gil (2007, p. 137-142) nas etapas do estudo de caso ele enfatiza que na coleta de dados utiliza-se mais de uma técnica concomitantemente (análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais) no intuito de não prevalecer a subjetividade do pesquisador o que vai de encontro com o notamos e registramos no quadro 7, ou seja, as produções denominadas estudo de caso, apresentam apenas uma fonte de pesquisa de dados. Outro aspecto importante na definição de um estudo de caso, não é o fato de ser um caso particular, mas ser um caso que se destaca, que a ser estudado. Algumas vezes, pode haver confusão do pesquisador em considerar que o fato de se voltar para a análise de uma situação, uma instituição etc., entender que sua pesquisa é do tipo ‘estudo de caso’.

No que concerne à forma de coleta de dados os recursos mais utilizados foram: questionários 32% e entrevistas 48%, e cinco produções utilizando os dois recursos para a

coleta de dados. Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas preferencialmente com os gestores, presidentes de CPA, coordenadores de cursos, docentes e estudantes, o que denota o interesse em saber a respeito da influência do Sinaes nos cursos e nas IES, assim como a percepção desses atores a respeito do Sinaes. O que está em consonância com o que em releção ao foco de estudo que percebemos das produções.

5.2.4 Referencial Teórico

No que diz respeito ao referencial teórico, localizamos as fontes (autores, documentos etc.) que serviram de base de sustentação teórica para os autores das dissertações e teses em suas análises. Nesse sentido, constatamos que o autor Dias Sobrinho predomina nas produções. Os textos dele aparecem como expoentes para as discussões. Dias Sobrinho está citado em 68% das produções, com a abordagem de assuntos relativos à avaliação da educação superior, políticas públicas para a educação superior, currículos e qualidade da educação superior. Em seguida, aparece Barreyro, que está presente em 52% das obras, com temáticas referentes à reforma universitária, autonomia universitária, processos de avaliação de curso e das IES, exames de avaliação, políticas públicas e qualidade da educação superior. Na sequência percebemos as citações aos textos de Dilvo Ristoff, que aparece 40% das produções, com assuntos ligados à reforma universitária, processos regulatórios e avaliação dos cursos de graduação conforme quadro abaixo:

Quadro 8 – Principais Autores e Temáticas

Principais autores	Temáticas
Dias Sobrinho	Avaliação da educação superior Políticas públicas para a educação superior Currículos Qualidade da educação superior
Barreyro	Reforma universitária Autonomia universitária Processos de avaliação de curso e das IES Exames de avaliação Políticas públicas Qualidade da educação superior.
Dilvo Ristoff	Reforma universitária Processos regulatórios Avaliação dos cursos de graduação.

Fonte: Autora (2022)

Destacamos outros autores que foram utilizados nas produções, porém com menor frequência nas bases teóricas, o que não indica menor relevância, pois estes são estudiosos na

área da educação superior o que expressam também sua contribuição teórica. Para destacar a recorrência dos autores elaboramos o quadro 9, com as produções e os autores referenciados que compõem a amostra da nossa pesquisa.

Quadro 9 – Produções e Autores Referenciados

Título	Fontes de referência
A que serve o Sinaes? Uma avaliação da política nacional de avaliação da educação superior.	Bagattoli
	Almeida Júnior
	Fávero
	Mendonça
	Zandavalli
	Barreyro
	Rothen
	Dias Sobrinho
Estudos sobre a avaliação in loco dos cursos de graduação na modalidade à distância.	Santos
	Dourado
	Oliveira
	Alves
	Hernandes
	Barreyro
Planejamento para o desenvolvimento do simulador de avaliação externa, à luz do instrumento de avaliação de curso de graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório.	Frontino, Moser, Santos
	Masetto
	Freitas Filho
Avaliação dos cursos de graduação da universidade federal de pelotas: uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do Sinaes.	Peixoto
	Ramos
	Garcia
	Nogueira
	Dias Sobrinho
	Batista
	Barreyro
	Rothen
Qualidade e regulação nos cursos de direito: uma análise do exame nacional de desempenho dos estudantes.	Dias Sobrinho
	Martins
	Barreyro
	Rothen
	Sousa
	Cunha
	Queiroz
	Silva
	Rothen
	Bertolin
	Barroso
	Dinâmicas do ensino superior no Brasil: arranjos e performances de uma faculdade amapaense empenhada em obter “avaliação positiva” nos ciclos do Sinaes.
Guadilla	
Amaral	
Brovetto	
Leite	
Rothen	
Barreyro	
Dias Sobrinho	
Uma avaliação do sistema nacional de avaliação da	Scriven
	Verhine
	Freitas

educação superior (Sinaes): medir o quê para quem, eis a questão!	Davok
	Worthen, Sanders Fitzpatrick
	Dias Sobrinho
Proposta de padronização dos processos regulatórios de cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.	Valle
	Oliveira
	Scheffer
	Polidori
	Dias Sobrinho
	Marback Neto
	Ristoff
O impacto do Sinaes nas universidades privadas do rio de janeiro sob a perspectiva da teoria institucional: o curso de administração.	Giolo
	Dimaggio
	Powell
	Fávero
	Ristoff
	Barreyro
	Verhine
Avaliação de cursos jurídicos no Brasil: estudo de dois casos no Maranhão.	Dantas
	Peixoto
	Afonso
	Bernstein
	Lima
	Fiori
	Ristoff
A qualidade no programa universidade para todos (Prouni) segundo os resultados de avaliação de cursos do sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes).	Silva
	Barroso
	Cunha
	Martins
	Paula
	Bertolini
	Sguissardi
	Dourado
	Oliveira
	Dias Sobrinho
Proposta de integração e disponibilização de informações do censo da educação superior e do Sinaes no painel da avaliação dos cursos superiores.	Barreyro
	Rothen
	Afonso
	Dias Sobrinho
	Jardim
	Leite
	Genro
A avaliação in loco de cursos superiores brasileiros no contexto do Sinaes: análise das percepções dos avaliadores externos.	Rothen
	Ristoff
	De Lima
	Barreyro
	Sampaio
	Cunha
	Dutra
	Silva
	Tavares <i>et al.</i> (Tavares; Meneguel; Peixoto; Prado; Griboski; Robl ; Barreyro ; Fernandes ; Rothen ; Sousa ;Bortolin; Oliveira; Seiffert; Abensur; Cavachia)
	Os parâmetros de avaliação do Sinaes na percepção dos
Melo	

estudantes do curso de graduação em administração: um estudo em Apucarana-PR.	Ristoff
	Giolo
	Oliveira
	Dias Sobrinho
Reconhecimento de cursos de graduação em instituições privadas no marco do Sinaes: avaliação, regulação e acomodação.	Cunha
	Silva
	Barreyro
	Rothen
	Meneghel
	Bertolin
	Dias Sobrinho
Regular e/ou induzir qualidade? Os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do Sinaes.	Dias Sobrinho
	Polidori
	Dourado
	Santana
Influências do Sinaes na construção curricular do curso de pedagogia.	Barreyro
	Rothen
	Santos
	Ristoff
	Dias Sobrinho
	Afonso
	Barroso
Avaliação externa de curso de graduação e os procedimentos de qualificação dos acervos em uma instituição federal de ensino superior.	Ristoff
	Giollo
	Barreyro
	Dias Sobrinho
	Miranda
Aspectos contextuais e metodológicos da avaliação da qualidade da educação superior brasileira: uma análise dos indicadores utilizados pelos órgãos reguladores nos processos de avaliação dos cursos de graduação.	Bertolin
	Trzesniak
	Oliveira
	Jannuzzi
	Dias Sobrinho
	Ristoff
	Giolo
Apropriação da primeira dimensão do instrumento de avaliação para cursos de graduação pelos coordenadores do curso de pedagogia à distância da UFJF, UFMG e UFPB.	Litto e Formiga
	Lopes
	Belloni
Sentidos e significados do índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior.	Dias Sobrinho
	Bondioli
	Belonni
	Ristoff
	Leite
	Barreyro
	Rothen
Avaliação e qualidade para a educação superior a distância de Santa Catarina: desafios do Sinaes.	Belloni e Peters
	Bomeny
	Ferreira
	Buarque
	Fávero
	Sobrinho
Ristoff	
Currículos, pedagogia e avaliação em cursos de enfermagem e de direito: influências do discurso regulador geral e do discurso recontextualizador.	Silva
	Sacristán
	Catani
	Dias Sobrinho
	Leite
Dias Sobrinho	

	Pacheco
	Ristoff
	Leite
	Belloni
	Contera

Fonte: Autora (2022)

Cabe ressaltar que nossa intenção não é quantificar os autores apresentados e sim enaltecer a sua colaboração em relação a avaliação da educação superior. A colaboração é de suma importância em relação as definições e documentos acerca do tema principal que é avaliação de curso de graduação.

5.2.5 Resultados e considerações finais

No que se refere à categoria ‘Resultados e considerações finais’, como item do nosso fichamento de leitura para as análises das dissertações e teses, notamos que a maioria dos autores apresenta o Sinaes como um sistema cujas instituições de ensino superior tem considerado de maneira legalista, ou seja, como um conjunto de normas que devem ser cumpridas para evitar punições do órgão regular (MEC/Inep) e não como uma oportunidade para melhorar as condições dos serviços que prestam à sociedade, ou aprimorar os cursos de graduação, em função das orientações contidas nas normas do sistema.

Os autores mostram as IES atendendo ao que estabelece o Sinaes, como uma imposição de fora para dentro e dessa forma, elas fazem o que é preciso para se adequarem a essa estrutura de regulação e garantir sua permanência no sistema nacional de educação superior. Há obras no presente estudo em que os autores, na perspectiva dos entrevistados, mostram o esforço em garantir um ambiente favorável durante as avaliações com o foco principalmente nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo Sinaes.

Na visão Griboski (2014), autor de umas das produções, considera que o interesse pela avaliação da educação superior está direcionado muito mais para a verificação do cumprimento das condições mínimas para atender os indicadores do Sinaes, que em relação à preocupação com a transformação qualitativa dos cursos ou das IES, ou com a melhora em âmbito pedagógico e com a eficácia da gestão. Essa perspectiva torna nula as finalidades da avaliação e mostram seu caráter meramente regulatórios em detrimento da avaliação como indutora de qualidade.

Corroborando com o mesmo pensamento de que a avaliação do Sinaes tem caráter regulatório, exemplificamos com a obra de Figueiredo (2015), que constatou que as

instituições estão cada vez mais se adequando ao instrumento, no sentido de atingir os padrões exigidos nas avaliações. As IES analisadas na sua pesquisa foram bem pontuadas a partir do instrumento de avaliação de cursos de graduação (IACG), apresentando uma mesma linha de percepção em relação aos avaliadores, com poucas distorções nas avaliações. Porém, essas avaliações não garantem, de fato, qualidade e ou excelência dos cursos ou das IES principalmente porque elas ocorrem em ciclos muitas vezes isolados ou distantes do que acontece de fato no dia a dia dos cursos e das IES.

Permanecendo na visão regulatória, os resultados da tese de Hora (2019) revelaram que a avaliação por meio do Sinaes se mostra com um aspecto mais de regulação, que em relação ao seu principal papel que é de estimular ações para melhoria da qualidade. Dessa forma, o Sinaes com o passar dos anos foi sendo utilizado mais como controle de qualidade no formato de regulação que de seu caráter formativo. O autor registra ainda que os indicadores se apresentam frágeis, pois não contemplam a complexidade da educação superior e as particularidades dos cursos.

Contrariando essa visão regulatória, a dissertação de Almeida (2018) destaca que o Sinaes só foi mencionado pelos entrevistados em relação a avaliação externa *in loco*, desconhecendo a avaliação de forma regulatória. Em suas conclusões ele sugere que a UFSM crie um setor específico para trabalhar com os processos de regulação e avaliação externa com o objetivo de melhorar a qualidade da educação da gestão da IES. É necessário a orientação e promoções de ações principalmente dos coordenadores em relação a avaliação e regulação dos cursos de graduação.

No que se refere as avaliações *in loco*, a dissertação de Fabrini (2020) registra que essas avaliações são muito importantes, principalmente nos cursos de EaD. Os resultados obtidos como “insatisfatórios”, com as avaliações, servem de parâmetros para um plano de ação institucional. No que se refere a dissertação de Mundim (2013), realizada com os coordenadores dos cursos de pedagogia à distância da UFJF, UFMG e UFPB, percebemos nos relatos das entrevistas com dois coordenadores, o da UFMG e o da UFPB, que eles não adotaram nenhuma ação para se apropriar do instrumento de avaliação de cursos de graduação (IACG) e do processo avaliativo, exceto o coordenador da Universidade Federal de Juiz de Fora, cujo coordenador obteve orientações com a CPA. É importante salientar que essa integração dos gestores dos cursos com os membros da CPA é bastante necessária dentro das IES para que os gestores dos cursos (coordenadores) envolvidos na avaliação se apropriem do processo de avaliação dos cursos sob sua coordenação.

Uma produção que destacamos é a de Soares (2020), que sugeriu criar um simulador capaz de realizar a avaliação externa, para utilização pelas IES no intuito de auxiliá-la nas avaliações, identificando as fragilidades e as potencialidades antes mesmo das instituições passarem pela avaliação externa oficialmente. Segundo o autor, a partir dos resultados obtidos nesse simulador as IES poderiam gerir melhor suas ações visando atingir padrões mínimos na intenção de atender os parâmetros do Sinaes. Esse simulador abrangeria as três dimensões e os indicadores correspondentes do instrumento de avaliação atual de 2017.

Considerando que o instrumento de avaliação externa é composto por três dimensões, a obra de Rippel (2019) dá destaque para duas delas: “Infraestrutura” e “Organização Didático-Pedagógica”, apontando a quantidade de indicadores com fragilidades, tanto no instrumento de avaliação do ano de 2012 quanto em relação de 2015. Nesse contexto o autor ressalta que a gestão das instituições deve se preocupar com as visitas *in loco*, principalmente nas dimensões constadas como frágeis, não só com o objetivo de atender ao órgão regulador, mas que resulte em mudanças efetivas no curso e na IES.

Ao nos referimos aos indicadores constantes no instrumento de avaliação, destacamos o trabalho de Alves (2014), que foca no item `bibliografia básica e periódicos`, que mostra quatro cursos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) apenas o de engenharia química alcançou nota máxima, que é o conceito 5. Os demais (Administração, Teatro e Música) não atingiram a nota mínima, conceito 3. Nesse mesmo contexto de indicadores, Silva (2013) em sua dissertação ressalta que o indicador produção científica, cultural, artística ou tecnológica está comprometido, uma vez que não há um mesmo significado em relação a qualidade dos cursos na esfera administrativa, privada ou pública, ou em relação ao regime de trabalho ou estrutura organizacional.

Notamos que os resultados das avaliações têm forte impacto nas instituições, esse é um aspecto presente no trabalho de Ferreira (2018), que destaca principalmente as IES de natureza privada, pois elas têm uma relação muito próxima com os índices e o reconhecimento dos cursos o que amplia seu horizonte de forma institucional e auxilia na captura de novos estudantes. Outro ponto importante que devemos destacar é que as avaliações têm uma grande influência no currículo dos cursos, assunto presente na dissertação de Trevisan (2014), em que o autor afirma que as mudanças em relação aos aspectos pedagógicos e de qualidade dependem das ações desencadeadas pela autoavaliação nos cursos, dessa forma ele considera que esse tipo de avaliação precisa ser incentivado nas IES.

Os resultados na dissertação de Guimarães (2015), por sua vez, mostram que a avaliação tem um lado positivo para as instituições, pois elas se beneficiam dos relatórios, uma vez que direcionam o que deve melhorar. Já os resultados na tese de Figueiredo (2015) demonstram que apesar do avanço do sistema de avaliação ele não consegue cumprir com seu objetivo de assegurar a qualidade de cursos na modalidade a distância. Ainda segundo o autor, a unificação do instrumento de avaliação no ano de 2012, tornando igual para qualquer curso, trouxe consigo as especificidades contidas nos instrumentos anteriores. Acredita-se que o instrumento de avaliação único pode levar os avaliadores a ter dúvidas, pois esse instrumento é aplicado tanto na modalidade presencial como a distância.

Outro aspecto discutido nas produções se refere aos conceitos (notas) dos cursos, derivados das avaliações. Na obra de Ikuta (2016), por exemplo, é apresentada uma análise da qualidade do Prouni, com base no conceito preliminar de curso (CPC). Foi constatado que há uma predominância do CPC na faixa 3, ou seja, o mínimo para atingir o satisfatório. Quando a análise é feita com os cursos que ofertam bolsa Prouni em relação aos demais cursos que não ofertam esse tipo de bolsa, os resultados em relação ao CPC não destoam do quadro de resultados gerados para a educação superior brasileira. O estudo faz algumas críticas que envolvem a dispensa automática de avaliações presenciais; a ausência da geração de resultados para todos os cursos superiores anualmente, já que a avaliação atual é trienal para os cursos.

Percebemos que o índice geral de cursos (IGC) e os demais índices (conceito preliminar de curso – CPC; indicador de diferença de desempenho – IDD; conceito de curso - CC) geram dúvidas em relação aos parâmetros utilizados para seu cálculo, pois o uso dos seus resultados só reforça a caracterização de *rankings*. Há o questionamento de que, embora sejam indicadores que se propõem a aferir a qualidade, eles se prendem apenas a fatores quantitativos. Embora o IGC apresente falhas que influenciam a confiança que os sujeitos avaliados têm do índice, as IES reconhecem a importância dele. Essa importância se dá pelo fato dele ser um parâmetro externo para que os sujeitos possam se autoavaliar e observar quais as áreas que inspiram cuidados.

Ao tentar sanar os problemas detectados, o trabalho de Hora (2013) destaca que há a presença de um mecanismo em todas as IES da pesquisa dele, que é o da microrregulação, por meio deste mecanismo as instituições procuram se ajustar de alguma maneira às exigências da política de avaliação nacional. As IES se ajustam para não serem punidas pela regulação,

logo, pode-se afirmar que o IGC conduz a um ajuste das condutas das instituições que não estão, necessariamente, relacionadas à qualidade.

O Sinaes segue um fluxo de avaliações que passa primeiro pela avaliação institucional, seguido do Enade e, por último, as avaliações de cursos. Contrariando esse fluxo, a obra de Torres (2018) mostra que mesmo tendo conhecimento dessa sequência de forma teórica, na prática o que se observa é que o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) é visto, em relação à avaliação de curso, como início desse processo, pois os resultados do exame servem de parâmetro para os cursos e não para a avaliação final do processo que indica mudanças.

Apresentamos nessa última categoria de análise da nossa pesquisa, de maneira geral, as conclusões dos autores das obras que selecionamos para analisar. Notamos que embora seja variado o entendimento sobre a avaliação com base nos Sinaes, os autores se preocupam em mostrar que se trata de um mecanismo importante, porém que precisa, em primeiro lugar, ser muito bem entendido no contexto da realidade brasileira; também necessita de ajustes para dar conta da diversidade de cursos, instituições e modalidades de educação (presencial e a distância); e, acima de tudo, deve ser visto como possibilidade que as instituições de ensino superior avancem no sentido da melhoria dos serviços que oferecem à população e não como uma burocracia legal que tem somente a função de regular, fiscalizar, punir ou servir para ferramenta de ranqueamento de cursos e de instituições. É a primeira vez, na história do país que temos um sistema de avaliação da educação superior com essa complexidade de momentos e instrumentos. Ele pode não ser o melhor, precisa de ajustes, deve ser discutido com os docentes, com os representantes estudantis, com as IES, mas ele não pode ser simplesmente ignorado, como peso da máquina burocrática.

6. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das 25 obras (dissertações e teses) que tratam da avaliação de curso com base no Sinaes concluímos que a maioria delas (60%), critica o Sinaes apontando as fragilidades presentes nos instrumentos de avaliação, sobretudo no que se refere às dimensões e indicadores. Também percebemos, pelas análises, que as instituições de ensino superior estão cada vez mais tendendo a se adequar às exigências do instrumento de avaliação, em detrimento da principal função do Sinaes que é garantir a qualidade da educação nos cursos de graduação. O exame das obras também pode levar ao entendimento de que embora as instituições estejam melhorando sua qualidade com a implementação dos Sinaes, é possível entender que elas só estão se adequando à avaliação, com vista a garantir boa nota na avaliação.

Há, no entanto, aqueles que têm uma visão positiva do Sinaes, e representam 24% do total das produções analisadas. Nesse caso, os autores acreditam que as avaliações externas auxiliam as IES e os cursos de graduação com seus relatórios, nos quais apontam fragilidades o que colabora para que sejam feitas mudanças e adequações para a melhoria da qualidade da educação superior. Embora essa parcela, também considera o foco regulatório do Sinaes, ela entende que o sistema induz a melhoria, principalmente no que se refere às instituições privadas, que, não obstante fazerem uso dessa regulação como forma de constituir um ranking afim de angariar um contingente maior de alunos, conseqüentemente, também impõe a necessidade de oferecer serviços de melhor qualidade.

Também percebemos das análises das obras, que os autores se preocupam com a educação ofertada na modalidade a distância (EaD). A maioria deles considera é necessária e importante a avaliação da educação superior, concordam com o Sinaes, porém acreditam que em relação aos cursos oferecidos a distância o sistema precisa de ajustes nos seus métodos e processos de avaliação. A avaliação, segundo os autores é fundamental, principalmente para garantir a qualidade da educação superior, mas ela ainda carece de mecanismos mais eficientes para regular a EaD.

Notamos, de maneira geral, que é baixo volume de produção científica, oriunda dos cursos de mestrado e doutorado, que se dedicam ao tema em questão, ou seja, a avaliação da educação superior na ótica do Sinaes. O volume é menor ainda se focalizamos o estudo centrado nos atores desse segmento da educação, isto é, na perspectiva dos estudantes, docentes, gestores etc. É importante destacarmos esse fato, pois esses atores são os principais sujeitos do processo e os mais interessados nessa avaliação. Esse é um objeto de pesquisa que

merece ser mais investigado, daí nossa sugestão para que mais sejam realizados. E que os apontamentos presentes nos relatórios das visitas *in loco*, das comissões de avaliadores sejam fontes de análises e que também sejam discutidos com os envolvidos no processo, de forma que estimulem reflexões e as mudanças, com o objetivo de melhorar a qualidade dos cursos, para que a avaliação sustentada pelo Sinaes não seja vista somente para fins de regulação. Da mesma forma, acreditamos ser importante que o Inep, por meio da sua Diretoria de Avaliação da Educação Superior, estabeleça um canal de comunicação com as IES e os pesquisadores da educação superior, no sentido de ouvir e discutir com as instituições a melhoria do processo de avaliação. Em que pese a existência da Conaes como instancia coletiva de acompanhamento e reformulação do Sinaes, é preciso ouvir quem está no contexto imediato onde o fenômeno ocorre. É preciso dialogar com os atores que fazem a educação superior.

Em relação ao produto final da pesquisa sugerimos reuniões com as coordenações e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para fazer uma análise e instrução no instrumento de avaliação de cursos de Graduação – IACG 2017, não só para os cursos que serão avaliados, mas principalmente com os cursos que obtiveram conceitos abaixo de 3 com o intuito de entender o que cada dimensão com seus respectivos indicadores solicita e relação aos conceitos de 1 a 5. Essas reuniões seriam realizadas com a presença da coordenação de Regulação e Avaliação (CRA) pertencente ao quadro da Pró-reitoria de graduação e com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para juntas auxiliar as coordenações quanto as exigências e ações que precisam ser tomadas com o intuito de melhoria da qualidade dos cursos de graduação. Essas ações planejadas conjuntamente e efetivadas refletirão em conceitos melhores em relação ao MEC/INEP e principalmente na comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. F. de. **Proposta de padronização dos processos regulatórios de cursos de graduação no âmbito da universidade federal de santa maria.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em gestão de Organizações Públicas, RS, 2018.

ALMEIDA JÚNIOR, V. de P. **O processo de formação das políticas de avaliação da Educação Superior (1983 - 1996).** 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade de Campinas, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000329214>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

ALVES, R. B. C. **Avaliação externa de curso de graduação e os procedimentos de qualificação dos acervos em uma instituição federal de ensino superior.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em Administração, Santa Maria, 2014.

ANTUNES, I. C. B.; SILVA, R. O.; BANDEIRA, T. S. **A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E AS TRANSFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.** In: XIX Semana de Humanidades, 2011, Natal. Semana de Humanidades. Anais. Natal: UFRN, 2011. v. 1. p. 1-10.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. **"SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** **Educação & Sociedade:** Revista de Ciência da Educação/Cedes, v. 27, n. 96, p. 955-977, Campinas: CEDES, 2006. (Número Especial).

BOTELHO, R. O.; SANTOS, A. B.; SOUZA, P. C.; LIMA, M. A. **Apreciação crítica ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** In XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Florianópolis, 3 a 5 de dezembro de 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131787>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial:** seção 1, Brasília, DF, ano CXXXI, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996a.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial:** seção 1, Brasília, DF, ano CXXXIX, n. 7, p. 1-21, 10 jan. 2001a.

BRASIL. **Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES): da concepção à regulamentação.** 2.ed. ampl. Set. 2004.

BRASIL, **Lei n. 10861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CABRITO, B. G. **Avaliar a qualidade em educação: Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?** Campinas, vol. 29, n. 78, p. 197, maio/ago. 2009.

CAVALCANTI, L. M. R. **Guia Práticos de Procedimentos Técnicos para Avaliação de Cursos de Graduação no Centro de Informática da UFPB, a partir do SINAES**. Dissertação (Mestrado) do MPPGAV. UFPB/CE: João Pessoa, 2019.

CHAUÍ, M. **A Universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, n° 24, set/out/nov/dez, 2003.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B.; **Projeto de Pesquisa: Entenda e Faça**. 6. ed. – Petrópolis, RJ; Vozes, 2015.

DIAS SOBRINHO, J. **Qualidade, Avaliação: Do SINAES a Índices**. Revista Avaliação, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/11.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DIAS SOBRINHO, J. **Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos**. In DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. (2007). **Evaluación de la Educación Superior en Brasil: políticas y prácticas**. Revista Complutense de Educación, Vol. 18, Núm. 2, p. 29-44.

FÁVERO, M. de L. de A. **Da universidade modernizada a universidade disciplinada: Acton e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez, 1991.

FÁVERO, M. de L. de A. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educ. rev., Curitiba, n. 28, p. 31, Dec. 2006.

FABRINI, A. F. S. Estudos sobre a avaliação in loco dos cursos de graduação na modalidade à distância. 2020. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade de Juiz de Fora, 2020.

FERREIRA, T. C. dos R. **O impacto do Sinaes nas universidades privadas do rio de janeiro sob a perspectiva da teoria institucional: o curso de administração**. Dissertação – Universidade do Grande Rio. Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, Rio de Janeiro, 2018.

FIGUEIREDO, M. S. **A avaliação in loco de cursos superiores brasileiros no contexto do Sinaes: análise das percepções dos avaliadores externos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio-econômico. Programa de Pós-graduação em Administração. Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

- GUIMARÃES, A. P. **Os parâmetros de avaliação do Sinaes na percepção dos estudantes do curso de graduação em administração: um estudo em apucarana-pr** . Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- GRIBOSKI, C. M. **Regular e/ou induzir qualidade? os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do Sinaes**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- HORA, P. M. da. **Sentidos e significados do índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós- graduação em Educação, Brasília, 2013.
- HORA, P. M. da. **Qualidade e regulação nos cursos de direito: Uma análise do exame nacional de desempenho dos estudantes**. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica INEP n.º 16/2017/CGACGIES/DAES**, de 01 de dezembro de 2017. Brasília: INEP, 2017a. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf. Acesso em: 21 setembro, 2021.
- INEP. **Banco do Avaliadores**. 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/banco-de-avaliadores>> Acesso em: 10 junho, 2021.
- IKUTA, C. Y. S. **A qualidade no Programa Universidade para Todos (PROUNI) segundo os resultados de avaliação de cursos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- JANIS, I. L. **O problema da validação da análise de conteúdo**. In: LASSWELL, H; KAPLAN, A. **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- LIMA, M. A. M. et al. **História da avaliação institucional do ensino superior brasileiro: um recorte entre os anos 1970 a 2010**. Revista Iberoamericana de Educación. Nº 63/1, 2013.
- LIMA, S. C. **Proposta de integração e disponibilização de informações do censo da educação superior e do Sinaes no painel da avaliação dos cursos superiores**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós- graduação em Métodos e gestão em Avaliação, Florianópolis, 2015.
- LIOTTO, M. **Avaliação do curso superior tecnológico em gestão pública na modalidade à distância: um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-econômico. Programa de Pós-graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2013.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MUNDIM, F. C. **Apropriação da primeira dimensão do instrumento de avaliação para cursos de graduação pelos coordenadores do curso de pedagogia a distância da UFJF, UFMG e UFPB.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação profissional em gestão e avaliação da educação pública, Juiz de Fora, 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007

OLIVEIRA, A. P. de M.; SOUZA, V. C.; SOUSA, J. V.; TAVARES, É. P. G. **Políticas De Avaliação E Regulação Da Educação Superior Brasileira:** percepções de coordenadores de licenciaturas no distrito federal. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 18, núm. 3, nov., 2013, pp. 629-655. Universidade de Sorocaba, Brasil

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. RBPAAE – v.25, n.2, p. 92, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, G. S. de. **A pesquisa bibliográfica: princípios e Fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** Campinas: Papirus, 2004.

PEREIRA, R. dos S. **A que serve o Sinaes?** Uma avaliação da política nacional de avaliação da educação superior. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da Educação Superior brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, 2006. p. 425-436.

QUEIROZ, K. C. A. L. **Reconhecimento de cursos de graduação em instituições privadas no marco do Sinaes:** avaliação, regulação e acomodação. 2014. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RIPPEL, P. de O. M. **Avaliação dos cursos de graduação da universidade federal de pelotas:** uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do Sinaes. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. **O SINAES como Sistema.** RBPB. Brasília. v.3, n.6, p.193-213, dez. 2006.

SANTOS, M. G. dos. **Dinâmicas do ensino superior no brasil:** arranjos e performances de uma faculdade amapaense empenhada em obter “avaliação positiva” nos ciclos do sinaes. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018.

SANTOS FILHO, J. C. **Avaliação da educação superior no Brasil: breve histórico, desafios e perspectivas.** Tendências pedagógicas nº31. Universidade do Oeste Catarinense, 2018.

SILVA, E. M. da. **Aspectos contextuais e metodológicos da avaliação da qualidade da educação superior brasileira: uma análise dos indicadores utilizados pelos órgãos reguladores nos processos de avaliação dos cursos de graduação.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Gestão Pública, Recife, 2013.

SOARES, T. A. **Planejamento para o desenvolvimento do simulador de avaliação externa, à luz do Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias). Centro Universitário Internacional UNINTER. Curitiba, 2020.

TORRES, A. A. G. **Uma avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): medir o quê para quem, eis a questão!** 2018. 227 f.: il.; 31 cm. Tese (doutorado em Administração) – Universidade do Grande, Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, Rio de Janeiro, 2018.

TREVISAN, M. de S. **Influências do Sinaes na construção curricular do curso de Pedagogia.** 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. **Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro.** Revista Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais, v. 14, n. 52, p. 291-310, jul./set. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n52/a02v1452.pdf> >. Acesso em: 06 out. 2020

ZAINKO, M. A. S. **Avaliação da Educação Superior no Brasil: processo de construção histórica.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas; Sorocaba, SP. v. 13, n. 3, p. 827-831, 2008.

ZANDEVALLI, C. B. **Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas: julho, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A: Teses e dissertações analisadas

Título	Tipos	Ano
A que serve o SINAES? uma avaliação da política nacional de avaliação da educação superior	Tese	2020
Estudos sobre a avaliação in loco dos cursos de graduação na modalidade a distância	Dissertação	2020
Planejamento para o desenvolvimento do simulador de avaliação externa, à luz do instrumento de avaliação de curso de graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório	Dissertação	2020
Avaliação dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas: uma análise sob a Ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do SINAES	Dissertação	2019
Qualidade e regulação nos cursos de Direito: uma análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	Tese	2019
Dinâmicas do Ensino Superior no Brasil: arranjos e performances de uma Faculdade Amapaense empenhada em obter avaliação positiva nos Ciclos do SINAES	Tese	2018
Uma avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): medir o quê para quem, eis a questão!	Tese	2018
Proposta de padronização dos processos regulatórios de cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação	2018
O impacto do SINAES nas universidades privadas do Rio de Janeiro sob a perspectiva da teoria institucional: o curso de administração	Dissertação	2018
Avaliação de cursos jurídicos no Brasil: estudo de dois casos no Maranhão	Dissertação	2017
A qualidade no Programa Universidade Para Todos (PROUNI) segundo os resultados de avaliação de cursos	Dissertação	2016

do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)		
Proposta de integração e disponibilização de informações do censo da educação superior e do SINAES no painel da avaliação dos cursos superiores	Dissertação	2015
A avaliação in loco de cursos superiores brasileiros no contexto do SINAES: análise das percepções dos avaliadores externos	Tese	2015
Os parâmetros de avaliação do SINAES na percepção dos estudantes do curso de graduação em administração: um estudo em Apucarana-PR	Dissertação	2015
Reconhecimento de Cursos de Graduação em Instituições Privadas no Marco do SINAES: avaliação, regulação e acomodação	Tese	2014
Regular e/ou induzir qualidade? os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do SINAES	Tese	2014
INFLUÊNCIAS DO SINAES NA CONSTRUÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA	Dissertação	2014
Avaliação externa de curso de graduação e os procedimentos de qualificação dos acervos em uma instituição federal de ensino superior	Dissertação	2014
Aspectos contextuais e metodológicos da avaliação da qualidade da educação superior brasileira: uma análise dos indicadores utilizados pelos órgãos reguladores nos processos de avaliação dos cursos de graduação	Dissertação	2013
Apropriação da primeira dimensão do instrumento de avaliação para cursos de graduação pelos coordenadores do curso de pedagogia a distância da UFJF, UFMG e UFPB	Dissertação	2013
Avaliação do curso superior tecnológico em gestão pública na modalidade a distância	Dissertação	2013
Sentidos e significados do índice Geral de Cursos na regulação da qualidade da educação superior	Dissertação	2013
Avaliação e qualidade para a educação superior a distância de Santa Catarina: desafios do SINAES	Dissertação	2012
Currículos, pedagogia e avaliação em cursos de enfermagem e de direito: influências do discurso regulador	Tese	2008

geral e do discurso recontextualizador		
Avaliação da educação superior: uma realidade na educação médica	Tese	2007

Apêndice B: Fichamento**FICHAMENTO**

TIPO DE PRODUÇÃO (DISSERTAÇÃO OU TESE):

TÍTULO:

AUTOR:

INSTITUIÇÃO DE DEFESA:

ANO:

DISCUSSÃO:

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO:

OBJETIVO:

METODOLOGIA:

PRINCIPAIS AUTORES:

RESULTADOS:

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS:

FICHAMENTO 1

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: A QUE SERVE O SINAES? UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

AUTOR: RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANO: 2020

DISCUSSÃO: Esta dissertação analisa os 15 anos do SINAES pois trata-se de uma política que passou por 4 eleições presidenciais e tem influência direta nas universidades, instituições de grande importância histórica, social e econômica para o país.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Considerando que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) completou 15 anos de implementação em 2019, e a sua relevância na regulação e supervisão do sistema e na gestão e planejamento das instituições, bem como sua influência nos currículos dos cursos de graduação, quais são os usos institucionais dos resultados do ENADE, da Avaliação Institucional e da Avaliação de Curso, feitos por universidades públicas federais brasileiras?

OBJETIVO: Avaliar o SINAES por meio do estudo dos usos institucionais dos resultados de seus instrumentos, feitos por universidades federais, buscando identificar para que essa política tem servido após 15 anos de sua promulgação como lei federal e como prática institucional nas instituições de educação superior brasileiras.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa avaliativa de política pública, ex post, qualitativa, cujos procedimentos adotados foram os seguintes: 1) construção de um quadro teórico conceitual sobre o tema e objeto da pesquisa; 2) análise documental de relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES selecionadas tendo como referência básica o primeiro ano de vigência do PDI, cujo limite foi 2018; e 3) pesquisa bibliográfica, compreendendo o balanço da produção acadêmica diretamente relacionada à avaliação do SINAES.

PRINCIPAIS AUTORES: MENDONÇA (2000), FÁVERO (2006) e ZANDAVALLI (2009), SOBRINHO (2010, p. 208), BAGATTOLLI (2013), (CUNHA, 1997) e BARREYRO; ROTHEN (2008).

RESULTADOS: A codificação dos documentos analisados permitiu a definição de três categorias analíticas: “concepção de avaliação e planejamento”; “contexto da relação avaliação/planejamento” e “formas do uso dos resultados”. A Universidade Federal do Pará (UFPA), como já vimos anteriormente, destaca-se das demais universidades da amostra por

utilizar, pelo menos do ponto de vista discursivo, a concepção emancipatórias/formadora de avaliação, referenciada nos princípios do SINAES. Todas as outras também fazem menções aos princípios do SINAES, porém, não com a mesma força da UFPA que, nos excertos selecionados no processo de codificação, menciona os termos e frases que remetem à concepção emancipadora/formadora. Embora tenha aparecido este indicador de força da concepção nos excertos codificados, não parece ter sido suficiente para contrapor a predominância de indicadores da concepção controladora/reguladora e da perspectiva organizacional gerencialista.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Percebemos que, mesmo em patamares diferentes, as universidades da amostra consideram importante o uso institucional dos resultados e, reconhecendo essa importância, lançam mão, no planejamento institucional, de diversos artifícios para viabilizar essa articulação entre a avaliação e o planejamento. As universidades fazem usos institucionais diversos dos resultados do SINAES, apresentando-se cada uma, em patamares de intensidade do uso, diferentes. O destaque no patamar mais elevado de uso institucional dos resultados das avaliações do SINAES é a UnB, o que significa apenas que esta universidade está à frente na organicidade entre avaliação e planejamento. De um modo geral, apenas os usos dos resultados do ENADE e da autoavaliação institucional ficaram à vista, especificamente. Não foi possível observar, em si, indicadores de uso, específico, dos resultados da avaliação de curso e nem da avaliação institucional externa, realizada pelo INEP. Os resultados da autoavaliação institucional, por serem sintetizados no RCPA, foram os principais resultados relacionados no PDI e objetos deste estudo.

FICHAMENTO 2

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: ESTUDOS SOBRE A AVALIAÇÃO IN LOCO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

AUTOR: ANA FLÁVIA SACCHETTO FABRINI

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANO: 2020

DISCUSSÃO: Esta dissertação apresenta a análise da avaliação *in loco* feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) nos cursos de graduação à distância.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: De que forma está o desenvolvimento atual da avaliação *in loco* dos cursos de graduação na modalidade à distância?

OBJETIVO: Revisar a legislação desse tipo de avaliação; analisar a evolução histórica do instrumento de avaliação utilizado e da modalidade à distância no país, além da capacitação dos avaliadores e o fluxo processual avaliativo visando propor possíveis aperfeiçoamentos do modelo atual.

METODOLOGIA: Utilizou-se a metodologia de pesquisa construída e coleta de dados. A pesquisa foi focada no curso de Pedagogia oferecido na modalidade à distância. Realizou-se, também, uma pesquisa qualitativa com os tutores da capacitação do Banco de Avaliadores do SINAES, além de uma revisão legislativa e bibliográfica para embasar o desenvolvimento da dissertação. Aplicou-se um questionário aos coordenadores dos cursos de Pedagogia ofertados na modalidade a distância. Ainda foram realizadas entrevistas com os tutores da capacitação do Banco de Avaliadores do SINAES (BASIS), gerido pelo INEP.

PRINCIPAIS AUTORES: SANTOS (2006); DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS (2007); ALVES (2009), HERNANDES (2017); BARREYRO; ROTHEN (2014).

RESULTADOS: De todas as respostas obtidas, 24, ou seja, quase a totalidade, asseveraram que a avaliação *in loco* dos polos é fundamental para a avaliação de um curso ofertado na modalidade a distância. De todos os respondentes, 20 afirmam que essa avaliação deve ser feita pelo INEP *in loco* e, para 14, não pode ser feita de forma amostral. Nessa esteira, percebemos que os coordenadores estão, também, alinhados aos tutores do BASIS, pois, para esses, a avaliação de um polo a distância como vem ocorrendo desde 2017 é um retrocesso. A afirmação do Tutor 3 (2020) que diz: “deveríamos ter um curso específico para os avaliadores EAD que vá além da infraestrutura e questões pontuais”. A tutora 1 afirmou também, ao ser perguntada sobre a capacitação específica da modalidade EAD, que acredita ser necessário um conhecimento prévio, mais aprofundado, sobre a modalidade, cabendo, assim, ao INEP aprimorar a seleção daqueles que irão se capacitar nesse sentido.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Este trabalho diagnosticou algumas lacunas na avaliação *in loco* dos cursos de graduação ofertados na modalidade a distância e a partir dessa análise foi montado um Plano de Ação Educacional com a sugestão de ações para auxiliar no desenvolvimento do que ainda encontramos como obstáculos na avaliação *in loco* dos cursos de graduação EAD: (1) a criação de uma interface no sistema e-MEC, que permita melhor comparação de dados públicos; (2) a divulgação de micro dados da avaliação, assim como as sinopses estatísticas do Censo Escolar, com a função de auxiliar as pesquisas para melhor desenvolver as políticas públicas; (3) a modificação de critérios de seleção de avaliadores de cursos de graduação na modalidade a distância; (4) uma capacitação específica para avaliadores que desejam avaliar cursos EAD; (5) aprimoramento da formação continuada com um módulo específico e obrigatório para os avaliadores que avaliarem os cursos a distância; (6) modificações na legislação já existente quanto à avaliação de polos e participação da equipe multidisciplinar.

FICHAMENTO 3

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SIMULADOR DE AVALIAÇÃO EXTERNA, À LUZ DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO (IACG) NO CONTEXTO DO NOVO MARCO LEGAL REGULATÓRIO

AUTOR: TÂNIA APARECIDA SOARES

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: Centro Universitário Internacional - UNINTER

ANO: 2020

DISCUSSÃO: Esta dissertação apresenta a análise do planejamento de um simulador de avaliação de cursos de graduação e seu funcionamento para o reconhecimento de fragilidades e potencialidades para auxiliar as instituições de Ensino Superior em decisões futuras.

DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Como um simulador de avaliação externa planejado à luz do Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (IACG/2017) e no contexto da nova legislação, pode contribuir na fase de reconhecimento de curso de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) nas modalidades presencial e a distância, possibilitando correção das fragilidades e indicação de potencialidades nos resultados oficiais?

OBJETIVO: Planejar o desenvolvimento de um simulador de avaliação externa, à luz do Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (IACG/2017), que subsidia reconhecimento de cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) nas modalidades presencial e a distância, no contexto do novo marco legal regulatório, para identificar as fragilidades e as potencialidades e auxiliar a Instituição de Ensino Superior (IES) na tomada de decisões futuras

METODOLOGIA: Utilizou-se a pesquisa exploratória e documental através da análise de materiais científicos da legislação vigente e de informações sobre o campo de pesquisa diretamente nos arquivos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e optou-se pela abordagem qualitativa, por viabilizar a descrição e a análise dos indicadores nos seus diferentes aspectos.

PRINCIPAIS AUTORES: FREITAS FILHO (2008); KENSKI (2012); MASETTO (2012); MEDEIROS (2014); MOREIRA (2008)

RESULTADOS: Nesse estudo o foco foi em analisar criteriosamente as três dimensões e os respectivos indicadores que estruturam o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG/2017) e subsidia o reconhecimento de curso de graduação, no contexto do novo marco

legal regulatório, para apresentar em um planejamento (através de um software), telas, com a finalidade de demonstrar os recursos que um simulador de avaliação externa, deve oferecer para identificar as fragilidades e as potencialidades, eliminando nesse processo a subjetividade, auxiliar cada Instituição de Ensino Superior (IES) na tomada de decisões futuras e atingir o objetivo principal dessa pesquisa.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: A criação de um software que viabilizasse a emissão de relatórios, gerados com características específicas de cada indicador - softwar PHPMy Admin, com uma interface gráfica de fácil construção de modelos, além de apresentar uma capacidade para trabalhar com a combinação de modelos baseados em interação de processos de avaliação. Esse simulador de avaliação externa, pode auxiliar antecipadamente, em um processo de reconhecimento de curso, identificar suas fragilidades e em tempo, transformá-las em potencialidades, para alcançar não apenas indicadores de excelência, mas também estabelecer um alinhamento frente as expectativas postas pela implementação da inovação tecnológica, possibilitando que um curso de graduação avaliado pelo INEP/MEC e a instituição de ensino superior (IES), sobreviva e evolua dentro do novo cenário e das relações sociais e de mercado, tornando-se melhores naquilo que praticam.

FICHAMENTO 4

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS DO SINAES.

AUTOR: PAULA DE OLIVEIRA MOITINHO RIPPEL

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Ufpel

ANO: 2019

DISCUSSÃO: Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre as avaliações in loco recebidas pelos cursos da Universidade Federal de Pelotas, capitaneadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, sob a ótica dos Instrumentos de avaliação externa de curso de 2012 e 2015.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Qual é a decorrência dos resultados dos processos avaliativos externos de curso, a partir dos SINAES, segundo as perspectivas dos atuais gestores da Universidade Federal de Pelotas?

OBJETIVO: Investigar quais são as decorrências dos resultados dos processos de avaliação externa de cursos na Universidade Federal de Pelotas, analisando se os relatórios desses processos avaliativos do SINAES são utilizados pela gestão da Universidade Federal de Pelotas para o planejamento de ações que visem melhorias na qualidade de seus cursos de graduação.

METODOLOGIA: Em relação à sua natureza, a presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa aplicada e está construída de forma qualitativa. Apresenta primeiramente, um estudo sobre os conceitos obtidos nas avaliações in loco ocorridas nos cursos da UFPel entre maio de 2012 e dezembro de 2017, aplicando percentuais para determinar os indicadores que evidenciam mais fragilidades, dentre os relatórios estudados; e, posteriormente, traz uma pesquisa em forma de entrevista com os gestores das principais áreas frágeis, escolhidas a partir dos resultados da primeira parte da pesquisa, para desvendar as ações e os planejamentos da gestão universitária para a correção dos problemas e o crescimento da qualidade dos cursos da Universidade. A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa documental dos relatórios de avaliação externa de curso do período estudado, dos relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação 17 de Cursos da UFPel, e das respostas dadas pelos gestores nas entrevistas propostas a partir da pesquisa inicial, pretende-se criar um protocolo de ações de forma institucionalizada e organizada, buscando-se padronizar as ações referentes aos processos avaliativos externos institucionais, a fim de solucionar as possíveis fragilidades dos cursos de graduação da UFPel, melhorando assim qualidade dos serviços educacionais prestados.

PRINCIPAIS AUTORES: BRASIL (2007), POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO & BARREYRO (2006), BELLONI (1999), LIMA (2008, p. 38) e DIAS SOBRINHO (2008).

RESULTADOS: Como resultado, pode-se concluir que a Dimensão “Infraestrutura” é a que apresenta maior número de indicadores com fragilidades, seguida da Dimensão “Organização Didático-Pedagógica”, tanto para as avaliações sob a ótica do Instrumento de avaliação externa de cursos de 2012, quanto no de 2015. Para complementar os dados obtidos através da análise dos relatórios das avaliações, foram conduzidas entrevistas com os gestores dos setores/pró-reitorias responsáveis pelos indicadores que apresentaram o maior índice de conceitos 1, 2 e 3.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os resultados das avaliações externas de curso são utilizados no planejamento e tomada de decisão institucionais para melhoria da qualidade de seus cursos de graduação. Inferiu-se que, apesar de haver preocupação da gestão com as avaliações in loco e ações para a melhoria das fragilidades de seus cursos, estas, em sua maioria, são pontuais e não institucionalizadas, ou seja, são postas em prática para contornar problemas encontrados em determinada avaliação, não sendo utilizadas para a criação de uma cultura avaliativa na Instituição. Como proposta de intervenção, o presente estudo sugeriu a criação de uma comissão permanente para o acompanhamento dos processos de regulação e avaliação, com foco em ações proativas e de maneira institucionalizada.

FICHAMENTO 5

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: QUALIDADE E REGULAÇÃO NOS CURSOS DE DIREITO: UMA ANÁLISE DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

AUTOR: PAOLA MATOS DA HORA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: Universidade de Brasília

ANO: 2019

DISCUSSÃO: Esta tese apresenta a análise da qualidade relacionada à política de regulação do Sinaes dos cursos de Direito do Distrito Federal que foram avaliados pelo ENADE no ano de 2015.

DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Como a qualidade proclamada nos cursos de Direito do Distrito Federal avaliados pelo Enade se relaciona com a política de regulação do Sinaes?

OBJETIVO: Investigar a forma como a qualidade se relaciona com a política de regulação do Sinaes nos cursos de Direito do Distrito Federal (DF) avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) no ciclo avaliativo de 2015.

METODOLOGIA: Utilizou-se o método materialismo histórico-dialético, sendo utilizadas, com base nele, as categorias metodológicas totalidade, contradição e mediação. O tipo de pesquisa exploratória, a partir da qual se adotou uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise documental como instrumentos e procedimentos para a produção de dados, além de questionários e utilização de um *software* chamado *Web Qualitative Data Analysis (webQDA)*.

PRINCIPAIS AUTORES: POLIDORI (2011); ASSIS (1994); MOTA, BRITO (2014); SAVIANI (2010); SILVA (2011); SOUSA (2013); SGUISSARDI (2015)

RESULTADOS: Em relação ao curso de Direito, notamos a existência de mecanismos diferentes em relação à regulação do curso, o que sinaliza que o Estado tem um controle maior em relação aos seus atos autorizativos, influenciando inclusive na autonomia de universidades e centros universitários, no que tange à oferta e aumento de vagas no referido curso. Ao examinar a evolução dos cursos jurídicos no Brasil, observamos que há momentos de rupturas e continuidades. As rupturas estão ligadas à expansão dos cursos jurídicos, pois o aumento do número de IES, sobretudo no setor privado, possibilitou o acesso da classe média a esses cursos que eram frequentados, exclusivamente, pela elite do País. Quanto às continuidades, averiguamos que por muitos anos o currículo do curso não sofreu grandes alterações, apesar de ter havido mudanças na sociedade que ocasionaram a quebra de paradigmas na tradição e no elitismo do curso.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: O conceito qualidade, por meio das falas dos indivíduos verificou-se que há uma polissemia desse conceito. Verificamos que a qualidade estabelece relações com vários elementos, entre eles: o corpo docente, os estudantes, o ensino, a pesquisa, a infraestrutura, a aprovação no Exame de Ordem, a relação da coordenação com os estudantes, o Enade, a legislação e os investimentos feitos no curso. As três subcategorias mais lembradas entre os sujeitos foram o corpo docente, os estudantes e o ensino. Acredita-se que esses pontos são os diferenciais e que influenciam diretamente na qualidade do curso. Assim, o investimento nessas áreas, no caso na formação dos professores, dos estudantes e no aprimoramento do ensino, pode contribuir para a melhoria do curso. No entanto, o que se constatou por meio das entrevistas é que a qualidade estabeleceu vínculo com aspectos que são mensurados pela avaliação do Estado, como, por exemplo, o corpo docente, a infraestrutura e os estudantes. Assim, não sabemos mensurar até que ponto o discurso dos sujeitos não foi cooptado pelas exigências do Estado. Todavia, chama atenção o fato de os resultados das avaliações, no caso Enade e Exame de Ordem, terem sido citados de forma espontânea por poucos entrevistados como indicadores de qualidade.

FICHAMENTO 6

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: DINÂMICAS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ARRANJOS E PERFORMANCES DE UMA FACULDADE AMAPAENSE EMPENHADA EM OBTER “AVALIAÇÃO POSITIVA” NOS CICLOS DO SINAES

AUTOR: MARGARETH GUERRA DOS SANTOS

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ANO: 2018

DISCUSSÃO: Este estudo busca elucidar e analisar a dimensão performática, envolvendo dramatização do comportamento e produção de cenários, nas situações de encontro presencial entre avaliados e avaliadores por ocasião das visitas às instituições de ensino superior.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Os indicadores de qualidade pensados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, no Brasil, estão centrados em modelos externos ao nosso país, à região Norte, aos contextos locais, em um processo atrelado a símbolos de uma qualidade presente em nações e culturas supostamente mais “desenvolvidas”?

OBJETIVO: Compreender que significados expressos em representações performáticas do Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES assumem, sob o olhar dos atores da IES na Amazônia amapaense.

METODOLOGIA: A pesquisa foi classificada como documental e bibliográfica suscitando questões que norteariam as escolhas teórico-metodológicas da pesquisa. Já a opção metodológica foi a da pesquisa social qualitativa e interpretativa que, na percepção de Rosenthal (2014 p. 50), “de acordo com essa perspectiva, nós, cientistas sociais, temos a tarefa de descobrir o modo com que os agentes do cotidiano constroem sua realidade, o modo com que vivenciam e interpretam seu mundo”. Esta pesquisa de Tese teve como propósito inicial compreender que significados, expressos em representações performáticas do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES) assume, sob o olhar dos atores da IES na Amazônia amapaense.

Foi realizada uma pesquisa empírica em que recorri à observação participante junto à Faculdade Tucujú e realizei entrevistas individuais e coletivas através do grupo focal, nos anos de 2014 e 2016.

PRINCIPAIS AUTORES: ROSENTHAL (2014 P. 50), GUIMARÃES (2012 P. 22), GOFFMAN (2013), GEERTZ (2014), BOURDIEU (2013), OLIVEIRA *et al.* (2010, P. 21), CONTERA (2002), SOUSA SANTOS (2007) e DIAS SOBRINHO (2003, P. 57).

RESULTADOS: Foi observado que a partir das primeiras conversas demonstraram que a gestão acadêmica não tinha muita familiaridade com as questões pedagógicas. A estrutura física parecia ter sido criada para uma escola técnica, com grandes distanciamentos da academia. As salas eram organizadas com bancadas, o que sem dúvida dificultava interações pedagógicas; não havia acessibilidade; o laboratório era pouco utilizado, e foi possível saber, ao ouvir relatos de uma servidora, o quanto a biblioteca não era utilizada. O ofício de designação para o processo de reconhecimento do curso de Enfermagem chegou com solicitações de atividades feitas pela Comissão. A gestão já havia feito um plano de ação para atender as demandas da comissão e outros assuntos que achava interessante.

Havia a preocupação em preparar a instituição para o recebimento da Comissão, dos detalhes mais complexos aos mais elementares, por exemplo uma caixa de doces da terra para serem apreciados pelos Avaliadores. Cada grupo se preocupava com as tarefas inerentes ao seu setor, fossem elas administrativas ou pedagógicas, tudo deveria estar muito bem preparado para os dias da visita. Com o passar dos dias surgia um novo cenário na IES — uma reforma foi iniciada e a mobília foram trocadas em especial na sala onde ficarão os avaliadores. Um cenário estava sendo preparado para impressionar os avaliadores do INEP/MEC.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Com a efetivação do Protocolo de Compromisso no ano de 2013, a Faculdade “Tucujú” teve suspensão parcial de entrada de novos alunos, foi celebrado o Protocolo de Compromisso e uma nova Comissão de Avaliação in loco foi designada e enviada para avaliação dos pontos apontados no protocolo de compromisso. Apesar de toda a clareza do papel exercido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, nas falas das entrevistas muitas questões ainda surgem em relação da função real desse sistema, ressaltando o modelo projetado traz imposições de fora para dentro apontando que são as IES que se incorporam o SINAES, como uma diretriz de gestão acadêmica necessária para a permanência da IES no Sistema Nacional de Educação Superior

através de estratégias performáticas. Apresentou um consenso entre os entrevistados, mesmo de forma tímida que há um esforço para produzir um ambiente favorável para a avaliação, com o foco nos indicadores de qualidade estabelecidos no SINAES.

FICHAMENTO 7

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: UMA AVALIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES): MEDIR O QUÊ PARA QUEM, EIS A QUESTÃO!

AUTOR: ADRIANA AMADEU GARCIA TORRES

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIGRANRIO

ANO: 2018

DISCUSSÃO: O tema dessa tese consiste no ato de julgar valor e mérito e da importância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) no cenário nacional. O foco foi identificar como é o que é avaliado pelo Sinaes e a quem este processo de avaliação se destina, considerando sua adoção no processo de credenciamento dos cursos de graduação.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Como e o que é avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e há quem este processo de avaliação se destina, considerando sua adoção no processo de credenciamento dos cursos?

OBJETIVO: Identificar como e o que é avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e a quem esse processo de avaliação se destina, considerando sua adoção no processo de credenciamento dos cursos.

METODOLOGIA: A metodologia exigiu busca em documentos distintos, para desenvolver a “arqueologia” do Sinaes, num estudo descritivo, em que analisei o Sinaes de duas formas: **categorial**, com base nas seis abordagens da avaliação de Worthen et al. (2004); e de **conteúdo**. Em ambos os casos inferências e interpretações foram incluídas respeitando a proposta da Bardin (2011).

PRINCIPAIS AUTORES: PFEIFER (2012), SILVA (2016) E WORTHEN et al. (2004); DIAS SOBRINHO (2010, P. 208) e VERHINE e FREITAS (2012, p. 16).

RESULTADOS: O Sinaes foi comparado com as seis Abordagens da avaliação de Worthen et al. (2004): centrada em objetivos, centrada na administração, centrada nos consumidores, centrada em especialistas, centrada em adversários e centrada nos participantes. A realidade do Sinaes no contexto brasileiro apresenta-se na prática mais preocupação com a eficiência, voltada aos indicadores de custo-benefício, do que com a qualidade social. Devemos entender

que as escolhas dos critérios e o engessamento dos indicadores trazem pouco espaço para o desenvolvimento da qualidade social.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Como conclusão foram identificados dois processos: proposto e implementado, via Sinaes, demonstrando distorções, como, por exemplo, quanto ao seu início: no plano consta como sendo via relatório institucional; e na prática via Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). Para identificar o que vem sendo avaliado foi preciso considerar duas frentes que atuam em paralelo: a visita in loco e o Enade. Na visita in loco, são medidas, ainda que de forma limitada, as 10 dimensões previstas na Lei que contemplam a missão da IES, suas políticas (ensino, gestão e pessoal), interação com a sociedade, infraestrutura e sustentabilidade financeira. O Enade mede os conhecimentos e habilidades do estudante via prova e sua percepção sobre três aspectos institucionais: infraestrutura, organização didático pedagógica e oportunidades de ampliação da formação, via questionário. Em resumo, a avaliação deveria servir de início para mudanças e não a avaliação final do processo.

FICHAMENTO 8

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCESSOS REGULATÓRIOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

AUTOR: DOUGLAS FLORES DE ALMEIDA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UFSM

ANO: 2018

DISCUSSÃO: Essa dissertação apresenta uma proposta de organização dos processos de avaliação externa e regulação dos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Como padronizar os processos regulatórios dos cursos de graduação da UFSM?

OBJETIVO: Apresentar uma proposta de padronização dos processos de avaliação externa e regulação de cursos superiores de graduação no âmbito da UFSM, com vistas a melhoria dos indicadores de qualidade gerados.

METODOLOGIA: A análise dos dados coletados através das entrevistas semiestruturadas foi realizada através da técnica de análise de conteúdo. Para execução da análise de conteúdo, foram tomadas como base as técnicas definidas por Bardin (2016).

PRINCIPAIS AUTORES: RIBEIRO (2011, p.60), CARVALHO E PALADINI (2012, pg. 218), ARAUJO (2011, pg. 45), COSTA (2008), DIAS SOBRINHOS E RISTOFF (2000, apud SCHEFER 2007, pg. 43), POLIDORI (2009, pag. 444), VERHINE (2015, pg. 605) e GERHARDT E SILVEIRA (2009, pg. 72).

RESULTADOS: Os entrevistados em relação ao Sinaes consideram-no um sistema necessário e complexo, mas com falhas. Foi possível perceber que quando se falava em SINAES a grande maioria fazia menção apenas a avaliação externa dos cursos. Quando questionados sobre avaliação e regulação os coordenadores em sua grande maioria falaram em desconhecer o que seria regulação.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS:A partir das entrevistas foi relatado a importância do Sinaes como um sistema necessário, complexo e apresentando algumas falhas. O Sinaes só foi mencionado pelos entrevistados em relação a avaliação externa, desconhecendo a avaliação de forma regulatória. Devemos ressaltar a importância da promoção de ações visando a propagação do conhecimento do Sinaes entre seus atores envolvidos, principalmente os coordenadores de curso, no que se refere aos processos de avaliação e regulação. Foi sugerido a UFSM um setor específico para trabalhar com os processos de regulação e avaliação externa com o objetivo na qualidade da educação e melhorias da gestão.

FICHAMENTO 9

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: O IMPACTO DO SINAES NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS DO RIO DE JANEIRO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA INSTITUCIONAL: O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

AUTOR: TEREZA CRISTINA DOS REIS FERREIRA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIGRANRIO

ANO: 2018

DISCUSSÃO: A proposta tem como base os cursos de graduação em administração, que é o curso de maior número de entrantes e matriculados nas IES do Brasil. Para atingir os objetivos da pesquisa foi necessário compreender a regulação imposta pelo Estado, entender a política de avaliação do SINAES e finalmente discutir as mudanças ocorridas no cotidiano dos cursos de administração.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Qual impacto do SINAES no curso de administração das universidades privadas do Rio de Janeiro sob a perspectiva da teoria institucional?

OBJETIVO: Identificar o impacto da atual política regulatória da Educação Superior, o Sinaes, nas universidades privadas do Rio de Janeiro, no curso de administração, sob a perspectiva da teoria Institucional.

METODOLOGIA: Abordagem qualitativa com posterior aplicação de da técnica de análise de conteúdo, foi realizada entrevistas semiestruturadas com os presidentes da CPA e com os coordenadores dos cursos de administração de quatro universidades privadas do Rio de Janeiro.

PRINCIPAIS AUTORES: DILVO RISTOF (1999), DIAS SOBRINHO (2005), AMARAL FILHO e MACHADO DA SILVA (2006), OLIVER (1991), MOBUS (2005, p. 496); DIMAGGIO E POWELL (1983), FÁVERO (2006), DIAS SOBRINHO e RISTOF (2003, P. 27), VERHINE E DANTAS (2005), PEIXOTO (2011), VIEIRA (2004).

RESULTADOS: Foi confirmada que o impacto do SINAES está fortemente marcado pela regulação exercida pelo Estado, sobre as universidades, que resulta na homogeneização do campo institucional, sendo possível a identificação de fenômenos como isomorfismo institucional.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SINAES vem impactando as universidades privadas, condicionado pela criação dos índices. Parece que o impacto tem sido mais na direção da regulação do que na dimensão avaliativa e formativa. E quando falamos qual instrumento de avaliação tem maior impacto e ressonância obtivemos dos entrevistados que seria a nota do ENADE.

FICHAMENTO 10

TIPO DE PRODUÇÃO (DISSERTAÇÃO OU TESE): Dissertação

TÍTULO: AVALIAÇÃO DE CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL: ESTUDO DE DOIS CASOS NO MARANHÃO

AUTOR: INÊS ALVES DE SOUSA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

ANO: 2017

DISCUSSÃO: A presente pesquisa não pretende ser uma descrição dos resultados avaliativos dos cursos de Direito das duas IES's estudadas no Maranhão. A pesquisa teve um objetivo maior, que é o de compreender, ainda que não em sua totalidade, devido às limitações da própria pesquisa, como esses processos avaliativos promovidos pelo Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) têm influenciado o funcionamento desses cursos e se têm contribuído para elevação da qualidade do ensino jurídico no Estado.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Como são regulados e gerados os resultados das avaliações de cursos jurídicos no Brasil e como esses resultados são recontextualizados pelos atores e instituições de ensino ora pesquisadas?

OBJETIVO: Analisar em que medida os processos e resultados avaliativos dos cursos de Direito pesquisados têm contribuído para melhoria da gestão e autoavaliação dos cursos e como têm influenciado os projetos políticos pedagógicos e sua implementação.

METODOLOGIA: A presente pesquisa pretendeu, a partir de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, promover uma análise discursiva da política de avaliação da Educação superior, a partir dos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e práticas avaliativas, considerando algumas das categorias da teoria de Bourdieu, especialmente no que se refere ao potencial que este atribui à ciência do Direito de contrapor-se a uma cultura dominante e influenciar a formação *corpus* ou normas jurídicas.

A análise dos cursos jurídicos das instituições pesquisadas por meio da leitura crítica da legislação pertinente, dos relatórios de avaliação externa do MEC, relatórios de autoavaliação, resultados do ENADE, Diretrizes Curriculares, Projetos Políticos Pedagógicos, dentre outros documentos que se fizerem necessários 2) Análise de como os resultados das avaliações institucionais externas são recontextualizados pelos atores envolvidos (coordenadores, alunos, professores, equipe técnica) por meio da coleta de dados em pesquisa de campo. A partir de tal análise serão propostas algumas soluções com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento do processo de avaliação da educação superior no Brasil e melhoria dos cursos jurídicos no Maranhão.

PRINCIPAIS AUTORES: DIAS SOBRINHO (2002); DIAS SOBRINHO (2012); MIAILLE (2005); ASSIS E AMARAL (2013); BOURDIEU (2004); ESCOTT (2008), AFONSO (2001b);, VASCONCELLOS (2002, p. 80), LIMA (2011); OLIVEIRA (2003), BARROSO (2005); MATTOS (2006) e SILVA (2007).

RESULTADOS: Desde o seu surgimento os instrumentos de avaliação da graduação já sofreram algumas alterações. Inicialmente eram aplicados instrumentos distintos, seja se tratasse de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, sendo que o curso de Direito, Medicina, tecnólogos e demais bacharelados e licenciaturas contavam com seus respectivos instrumentos. Em agosto de 2015 esse instrumento fora reformulado, mantido o caráter único e matricial.

A IES 1 - Dimensão 1: Organização didático-pedagógica, 1.12. ações decorrentes dos processos de avaliação do curso. Tem-se que os avaliadores consideram que as ações acadêmico-administrativas, decorrentes das autoavaliações e das avaliações externas, no âmbito do curso, “estão suficientemente implantadas, em razão do sistema informático”. Os avaliadores por outro lado consideram a baixa participação dos acadêmicos na aplicação dos testes e o fato destes não conhecerem a "CPA" (Comissão Permanente de Avaliação). Os avaliadores consideram que a avaliação do curso estava suficientemente implantada com base

apenas na existência de Sistema de Informação destinado a esse fim, contudo os avaliadores desconsideraram o baixo índice de participação dos alunos e docentes no processo de auto avaliação realizado pela instituição nos anos de 2015 e 2016. Em relação a IES 2 - Dimensão 1 receberam nota 5. Dentre eles pode-se destacar o 1.12, ações decorrentes dos processos de avaliação do curso. Tem-se que os avaliadores consideram que as ações acadêmico-administrativas, decorrentes das autoavaliações e das avaliações externas, no âmbito do curso, “estão previstas e implantadas de maneira excelente no âmbito do curso. Não foram apresentadas, no entanto, quaisquer procedimentos específicos ou resultados dessas auto avaliações, nenhum índice de participação dos alunos e docentes nesse processo realizado pela instituição no ano de 2015, nem fez referência ao nível de atuação da CPA (Comissão Permanente de Avaliação).

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: As avaliações pesquisadas não têm conseguido provocar uma melhoria na gestão e ensino desses cursos, ainda que se percebam certas mudanças, incipientes ainda, mas que poderão representar uma nova visão sobre a gestão do curso. Ainda é sentida a fragilidade dos instrumentos de autoavaliação dos cursos. Há uma avaliação institucional, porém muitas vezes não consegue aproximar-se da avaliação dos cursos. Além disso, existe o conhecimento de que os resultados das avaliações precisam ser melhor trabalhados, transformar os dados em informações que auxiliem na tomada de decisões. Em relação aos cursos de Direito deverá pensar o currículo como algo a ser vivenciado, experienciado e constantemente avaliado. Desse modo, será possível aprimorar os meios informais de gestão; aprimorando principalmente o acompanhamento e a orientação dos trabalhos dos docentes, que ainda ocorre de forma muito individual. Para que o PPC se transforme em referência da atuação da gestão e dos professores, contudo, ele não poderá ser apenas a mera reprodução de um discurso regulador geral. A identidade do curso precisa estar prevista e na prática ela deve ser percebida.

FICHAMENTO 11

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: A QUALIDADE NO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) SEGUNDO OS RESULTADOS DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

AUTOR: CAMILA YURI SANTANA IKUTA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: USP

ANO: 2016

DISCUSSÃO: A presente pesquisa investigou a questão da qualidade dos cursos que ofertam bolsas no Programa Universidade para Todos (ProUni).

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: A avaliação dos cursos com oferta de bolsas pelo ProUni consegue realizar-se efetivamente e assegurar um padrão mínimo de qualidade? Quais critérios são efetivamente utilizados?

OBJETIVO: Analisar a questão da qualidade dos cursos que ofertaram bolsas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), a partir dos resultados de avaliação de cursos do SINAES.

METODOLOGIA: A primeira parte do desenvolvimento da dissertação se deu pela revisão sistemática da literatura sobre o tema, e de outros inerentes ao mesmo, constituindo assim o passo fundamental desta pesquisa, que é de cunho exploratório;

PRINCIPAIS AUTORES: ALMEIDA (2010, 2012), COSTA (2008, 2012), LEHER (2004, 2013), AMARAL E OLIVEIRA (2011), DIAS SOBRINHO (2013), FÁVERO (1991, p. 8) e BARREYRO e ROTHEN (2008).

RESULTADOS: Destaca-se neste trabalho, então, que além da legislação relativa ao ProUni não explicitar diretamente qual indicador de qualidade é utilizado para a avaliação de todos os cursos superiores que participam dos processos seletivos, também é necessário observar se de fato os termos insatisfatórios (constante na legislação do SINAES) e insuficiente (constante na legislação do ProUni) podem ser considerados ou não como critérios sinônimos de avaliação para os cursos de graduação.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: A legislação referente ao Programa assinala que é preciso ocorrer, atualmente, duas avaliações consecutivas com resultado insuficiente, segundo critérios estabelecidos no SINAES, para que um curso seja desvinculado do Programa. Conforme observado no Capítulo 3, além da legislação da política não ser explícita a respeito de qual indicador é utilizado para a avaliação desses cursos, também se utiliza o termo insuficiente - o que não consta na Lei do SINAES e na legislação correlata, em que é utilizado o termo insatisfatório. De todo modo, considerando que muitos cursos obtiveram CPC insatisfatório em 2012, ou sequer foram avaliados, e na prática ofertaram bolsas ProUni no determinado processo seletivo, questiona-se sobre a formação acadêmica dos beneficiários do ProUni, que pode estar comprometida em relação à qualidade ofertada, considerando os parâmetros oficiais de avaliação de cursos.

FICHAMENTO 12

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO SINAES NO PAINEL DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES.

AUTOR: SIMONE CAMPOS LIMA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANO: 2015

DISCUSSÃO: Esta dissertação propõe a integração e a disponibilização na web dos dados da avaliação da educação superior, com base nos princípios da Lei de Acesso à Informação e dos Dados Governamentais Abertos.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: É possível integrar os dados do Censo da Educação Superior e do SINAES, a fim de torná-los mais acessíveis e disponíveis para a sociedade?

OBJETIVO: Propor a integração dos dados do Censo da Educação Superior e do SINAES, por meio do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, com base nos princípios que preconizam a Lei de Acesso à Informação e os Dados Governamentais Abertos, visando torná-los acessíveis à sociedade.

METODOLOGIA: A metodologia científica utilizada é a que consiste na lógica de pensamento estabelecida para consecução da pesquisa (DEMO, 1985; VERGARA, 2013). Essa dissertação constitui-se em pesquisa científica aplicada, descritiva e com análise qualitativa. Para o alcance dos objetivos desse estudo, foi realizado o levantamento das informações produzidas pelo Censo da Educação Superior e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, no que tange aos cursos de graduação. Em seguida foi realizado o mapeamento da disponibilização desse conteúdo no Portal INEP e no Sistema e-MEC.

PRINCIPAIS AUTORES: MOURA, 2014; RAMOS E MARINHO (2012); SOBRINHO (2010), AFONSO (2014), MORGADO (2009), BARREYRO e ROTHEN (2008), POLIDORI (2009) e RISTOFF (2011).

RESULTADOS: O estudo foi desenvolvido visando um formato acessível para compreensão dos resultados da avaliação de cursos e estudantes e dos levantamentos estatísticos da educação superior. Buscou-se oferecer condições facilitadas para o entendimento do panorama educacional, por meio da política de acesso à informação pública e de Dados Governamentais Abertos, que permite a terceiros manipular bases de dados do governo e trazer um significado contextualizado para os dados, facilitando assim a sua interpretação e o consumo pela própria sociedade.

A integração e disponibilização das informações no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores gera oportunidade de visualização de informações específicas de um determinado curso em uma perspectiva que não está disponível nos Portais oficiais do Governo Federal, promovendo, assim, a democratização das informações educacionais e assegurando as condições de acesso igualitário.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: A integração dos dados do Censo da Educação Superior e do SINAES em um único portal de acesso na internet significou trazer os dados de diferentes fontes da web para um único local, onde o usuário não tem a dificuldade de buscar as informações em endereços eletrônicos distintos.

Em relação a proposta na solução do problema a facilidade de acesso à informação educacional, propicia a sociedade informações e participação cidadã nas políticas educacionais. Ressaltamos que os portais oficiais apresentaram indisponibilidade, prejudicando assim no desenvolvimento do trabalho.

Desta forma, a principal contribuição desta pesquisa foi apresentar uma proposta prática e viável de integração e disponibilização de informações da educação superior, com base em princípios da Lei de Acesso à informação e de Dados Governamentais Abertos.

FICHAMENTO 13

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: A AVALIAÇÃO IN LOCO DE CURSOS SUPERIORES BRASILEIROS NO CONTEXTO DO SINAES: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS AVALIADORES EXTERNOS

AUTOR: MARCELO SALMERON FIGUEIREDO

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UFSC

ANO: 2015

DISCUSSÃO: Essa tese se propõe a investigar a avaliação in loco de cursos superiores brasileiros no contexto do SINAES, com base nas percepções dos avaliadores externos.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Que situações são vivenciadas pelos avaliadores externos do SINAES, no âmbito da avaliação in loco, relacionada aos seus procedimentos administrativos. Qual é a percepção dos avaliadores externos do SINAES quantos aos indicadores das dimensões do Instrumento de Cursos de Graduação.

OBJETIVO: Analisar as percepções dos avaliadores externos do Sistema Nacional de Avaliação de Cursos Superiores (SINAES) quanto a sistemática de avaliação in loco de cursos superiores brasileiros.

METODOLOGIA: Quanto a natureza é uma pesquisa aplicada. Na abordagem ela é quantitativa, pois utiliza de programas estatísticos na análise dos dados e qualitativa principalmente pelo uso de questionários abertos como instrumento de coleta. E classifica-se como estudo de caso pois os questionários serão feitos apenas com o banco de avaliadores do Sinaes (Basis).

PRINCIPAIS AUTORES: MACEDO, PETTY e PASSOS (2005); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNEM); PACHECO (2009) e DIAS (1994)

RESULTADOS: Os resultados permitiram conhecer o perfil médio do avaliador do SINAES e sua percepção quanto aos fatores operacionais da sistemática da avaliação de cursos superiores brasileiros. Possibilitou também que se destacasse quais indicadores das dimensões do instrumento de avaliação de cursos de graduação (IACG) tem melhor e pior desempenho na percepção dos respondentes.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os elementos avaliados a partir do IACG geralmente são bem pontuados pelas IES havendo poucas distorções na percepção dos avaliadores. O número de IES ou cursos que tiveram conceitos 1 e 2 estão diminuindo nos últimos anos. Estes indicadores apontam que as instituições estão atingindo um “estado mínimo” não garantindo qualidade e excelência. Crer que uma ação externa realizada em ciclos, como o SINAES, é suficiente para garantir a qualidade continua é ingênuo.

FICHAMENTO 14

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: OS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DO SINAES NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO EM APUCARANA-PR

AUTOR: ANA PAULA GUIMARÃES

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANO: 2015

DISCUSSÃO: Debate acadêmico e expor a importância de uma construção acadêmica mais epistemológica sobre a avaliação dos cursos superiores.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Qual a percepção dos estudantes dos cursos de Administração com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com o SINAES.

OBJETIVO: Analisar a percepção dos estudantes dos Cursos de Graduação em Administração com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com SINAES.

METODOLOGIA: O presente estudo tem abordagem quantitativa para seu desenvolvimento investigando quais os fatores que, para seus usuários (os alunos), evidenciam a qualidade recebida. Dentro deste processo, utilizou-se, também, a abordagem qualitativa no que se refere ao estudo de dois casos na cidade de Apucarana e quantitativo para tratamento dos

dados obtidos pela pesquisa realizada. A pesquisa de caráter exploratório-descritivo foi realizada com os estudantes a partir do segundo ano dos cursos de Administração das instituições de ensino de duas faculdades da cidade de Apucarana - PR, sem distinção de sexo ou idade. Para esta pesquisa, por melhor se adequar as variáveis em questão, optou-se em usar o teste de Kruskal Wallis. É um teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais populações (CAMPOS, 1983). Ele é usado para testar a hipótese nula de que todas as populações possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que ao menos duas das populações possuem diferentes.

PRINCIPAIS AUTORES: MOTA E MARTINS (2009), RISTOFF E GIOLO (2006), MENDONÇA (2000), CUNHA (1980), LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI (2007, p.318), DIAS SOBRINHO (2002), MALHOTRA (2001, p.155) e ROESCH (1999).

RESULTADOS: A análise quantitativa dos dados foi realizada de forma descritiva e analiticamente, de modo que a mesma pudesse oferecer subsídios suficientes para a produção do texto final com as conclusões sobre a pesquisa.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os resultados desta pesquisa conduzem a um olhar global sobre as instituições envolvidas com o processo, possibilitando a conclusão de que elas beneficiam-se dos resultados das avaliações, uma vez que lhes permite melhorar suas instalações, manter seus laboratórios, mas, sobretudo, pelo retorno no aprendizado resultante do envolvimento do professor e dos alunos com a realidade do mercado, e no incremento da pesquisa, com retornos efetivamente significativamente para as instituições de ensino e a sociedade em geral. Os resultados apurados foram obtidos a partir da aplicação de questionários junto a alunos dos Cursos de Graduação em Administração da Faculdade de Apucarana e da FECEA. O estudo da qualidade do ensino superior em Administração está em construção, uma vez que ainda se está aprendendo a respeito dos instrumentos avaliativos do ensino superior. As demandas do mercado, as novas tecnologias são fatos que esta pesquisa não encerra.

FICHAMENTO 15

TIPO DE PRODUÇÃO : Tese

TÍTULO: RECONHECIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO MARCO DO SINAES: AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E ADOMODAÇÃO

AUTOR: KELLI CONSUÉLO ALMEIDA DE LIMA QUEIROZ

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNB

ANO: 2014

DISCUSSÃO: Esta tese analisa em que condições sociopolíticas, legais e pedagógicas a avaliação para fins de reconhecimento de curso de graduação vem se materializando no marco do Sinaes (2006-2010).

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Em que condições sociopolíticas, legais e pedagógicas a avaliação para fins de reconhecimento de cursos de graduação vem se materializando no marco do Sinaes (2006-2010)?

OBJETIVO: Identificar as contribuições da Avaliação de Cursos de Graduação - ACG (para fins de reconhecimento) para a melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura em Salvador.

METODOLOGIA: Este estudo ampara-se no materialismo histórico-dialético (KOSIK, 1976; KUEN ER, 2008; AR, 1983; PAULO NETTO, 2011) e produziu dados por meio de análise documental, entrevistas e questionários on line a partir de quatro questões: (i) que contextos deram origem e produziram o desenvolvimento da regulação nacional e da avaliação de instituições e cursos superiores pelo Estado brasileiro (ii) como é assumida no marco do Sinaes a avaliação de cursos para fins de reconhecimento de cursos de graduação (iii) como se materializa no contexto de um curso de graduação a avaliação de regulação para fins de reconhecimento (iv) que implicações a avaliação de regulação para fins de reconhecimento traz para a configuração da qualidade de cursos de Pedagogia A exposição das informações é o resultado da triangulação de três categorias metodológicas - totalidade, contradição e mediação - com três conceituais - avaliação, regulação e qualidade.

PRINCIPAIS AUTORES: AFONSO (2000), DIAS SOBRINHO (2003), RISTOFF; GIOLO (2006), BONDIOLI (2004), BARROSO (2006, p.12), BONDIOLI (2004), CUNHA (2000, p. 102), SILVA (2007) e FÁVERO (2000).

RESULTADOS: Na realidade dos cursos das instituições privadas que participaram da nossa pesquisa, a avaliação de cursos de graduação para fins de RE e ou renovação de reconhecimento de cursos não apenas reproduziu a tensão entre a natureza e as funções da avaliação em sua totalidade e da regulação nacional, mas produz outra tensão quando assumida na perspectiva de avaliação de regulação. Para nós, trata-se de uma tipologia que tem sua racionalidade convertida para servir aos propósitos do Estado e seus governos, relativizando os pedagógicos. Dessa forma, a avaliação é subsumida na complexa rede de relações que se estabelecem entre o Estado e as instituições pelo imperativo de reconhecimento dos cursos de graduação.

Os dados possibilitaram apreender que, para as instituições privadas participantes da pesquisa, ter um curso reconhecido é um título, uma marca importante na sociedade do conhecimento, indutora de múltiplas possibilidades de uso social no mercado educacional. O RE dos cursos de graduação as coloca e/ou recoloca no centro na lógica do capital, permitindo a ampliação do seu horizonte de existência institucional e a barganha por novos estudantes. Ademais, legitima sua posição no campo da educação superior porque o reconhecimento configura a qualidade oficial, projetada em termos das condições de ensino. Nesse sentido, observamos que a regulação nacional não é contraposta ao mercado, mas aliada na ampliação do seu capital.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante da temática e dos dados apresentados é elementar afirmar que a avaliação de regulação produz os elementos de mediação para acomodar os interesses das instituições e do Estado. Por sua vez, é complicado assegurar que o reconhecimento de um curso de graduação, dadas as circunstâncias sociopolíticas, legais e pedagógicas de sua produção, lhe imprime qualidade. Sobre essa última questão, o movimento desse tipo de avaliação não possibilita, entre outros aspectos, a análise das finalidades socioeducativas da produção do conhecimento, da formação humana planejada e desenvolvida em cursos de graduação. Em tal conjuntura, é preciso que a avaliação para fins de reconhecimento de cursos de graduação, como instrumento indispensável a esse processo regulatório necessita ser destacada no âmbito do Sinaes.

As fragilidades e potencialidades dos cursos, evidenciados na avaliação *in loco*, podem ser assumidas pelas instituições como indicadores de permanentes melhorias para a promoção de um ensino de qualidade. Para tanto, o desafio é a produção de uma qualidade pelo seu caráter negociável, participativo, autorreflexivo, contextual e plural para induzir a possibilidades formativas e dialógicas em cada curso de graduação.

FICHAMENTO 16

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: REGULAR E/OU INDUZIR QUALIDADE? OS CURSOS DE PEDAGOGIA NOS CICLOS AVALIATIVOS DO SINAES

AUTOR: CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

ANO: 2014

DISCUSSÃO: Esta tese trata dos cursos de Pedagogia nos ciclos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: A problemática que envolve a elaboração desta pesquisa está relacionada à interdependência da avaliação e regulação. A tese defendida neste estudo é de que os objetivos do Sinaes, estiveram, nesses dez anos de implementação, mais ajustados aos princípios da regulação na forma de controle da qualidade, em oposição à avaliação formativa e emancipatória preconizada por esse sistema avaliativo, voltada à indução da qualidade.

OBJETIVO: O objetivo geral do estudo, consiste em analisar em que medida o Sinaes tem preconizado sua característica de induzir à qualidade ou se, em outra direção, vem se

institucionalizando como forma de poder do Estado na função precípua de regular o sistema federal de educação superior.

METODOLOGIA: Com a orientação do método materialista histórico-dialético, foi possível compreender situações e fatos históricos que concorreram para a construção da política de avaliação da educação superior. As categorias totalidade, mediação e contradição possibilitaram realizar a análise do objeto contemplando as partes do processo e sua visão geral, os consensos e os dissensos em torno do tema e as variações entre o pensamento e ação dos atores. A construção dos elementos da pesquisa foi permeada pela análise das categorias de conteúdo (qualidade da educação superior e avaliação como política pública), ambas definidas pela aproximação temática e segundo a visão histórica dos acontecimentos.

PRINCIPAIS AUTORES: DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS (2007), SOUSA (2009), SANTOS FILHO e GAMBOA (2009), PAULO NETTO (2011), FRANCO (2008), CUNHA (2004), FONSECA (2010), AFONSO (2005), DIAS SOBRINHO (2004), MARTINS (2005), OLIVEIRA (2005) e BELLONI (1998).

RESULTADOS: A análise dos questionários do Enade (do coordenador e do estudante) nos anos de 2005, 2008 e 2011 revelou contextos que denotam pouco uso das informações desse instrumento para subsidiar a compreensão dos resultados da avaliação dos cursos. Dessa forma, pode-se inferir que o preenchimento deste instrumento tem se caracterizado mais como uma consequência de um ato formal para os estudantes (não obrigatório até o ano de 2010), destituído de implicações para os coordenadores, já que as informações do coordenador não constam dos relatórios do Enade no período analisado e não têm havido nenhuma outra forma de divulgação.

Em relação à avaliação *in loco* dos cursos, no período de 2005 a 2011, foram localizados 13 relatórios, sendo que apenas um apresentou CI insatisfatório. Considerando-se que essa avaliação ocorre para fins de credenciamento das IES, a depender do *status* de cada organização acadêmica, poder-se-ia admitir que, no período de sete anos (2005 a 2011), existiram IES com prazos vencidos dos atos regulatórios. Somente essa informação justificaria terem sido avaliadas apenas 52% das IES pesquisadas.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ao analisar o uso da avaliação pela vertente da gestão dos cursos de Pedagogia e do Estado, concluiu-se que, de modo geral, mesmo que se refutem tais práticas, não seria possível negar a existência da centralidade nos resultados. Dessa forma, na análise dos cursos de Pedagogia nos ciclos avaliativos do Sinaes, ficou demonstrado que a centralidade das práticas, nas suas diferentes formas de uso da avaliação, aponta mais para o atendimento da lógica regulatória do que para a transformação da realidade da oferta dos cursos. O percurso da pesquisa revelou que o interesse pela avaliação da educação superior não se deve somente ao seu potencial de transformação qualitativa, de melhoramento pedagógico e de eficácia de gestão como preconiza o Sinaes, mas principalmente ao papel de verificação do cumprimento das condições mínimas de funcionamento exigidas pelo órgão regulador. As evidências estão na relação de causa e efeito

estabelecida entre avaliação e regulação, o que torna preponderante a finalidade da avaliação com fins regulatórios em detrimento da avaliação como indutora de qualidade.

FICHAMENTO 17

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: INFLUÊNCIAS DO SINAES NA CONSTRUÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

AUTOR: MÔNICA DE SOUZA TREVISAN

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UFSM

ANO: 2014

DISCUSSÃO: Este trabalho trata da influência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na reformulação de currículos dos cursos de graduação em Pedagogia em duas instituições públicas federais do Rio Grande do Sul.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Quais as influências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na reformulação de currículos do curso de Pedagogia de duas instituições públicas federais do Rio Grande do Sul?

OBJETIVO: Compreender quais as influências da avaliação desencadeada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na concepção e reestruturação dos Projetos Pedagógicos de dois cursos de Pedagogia de instituições públicas federais do Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA: A metodologia, que orientou os procedimentos e os métodos adotados nesta investigação, está baseada na pesquisa qualitativa do tipo estudo de casos, utilizando a perspectiva da Educação Comparada. Os casos pesquisados foram o curso de Pedagogia Diurno da Universidade Federal de Santa Maria e curso de Pedagogia Noturno da Universidade Federal do Pampa, cujos cursos de Pedagogia analisados são reconhecidos e os alunos participam do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). Para a análise dos dados coletados a técnica escolhida foi a análise de conteúdo.

PRINCIPAIS AUTORES: SOBRINHO (2003), BARREYERO E ROTHEN (2008), RISTOFF (2011), BARDIN (2011), AFONSO (2009. p.19), BARROSO (2005), e SANTOS (2011, p. 65).

RESULTADOS: A avaliação externa foi um dos pontos a ter impulsionado o movimento de reformulação dos cursos de pedagogia das instituições estudadas. A participação de grupo de docentes e, em especial as coordenações e membros do NDE fazem com que as pessoas se

sintam valorizadas e podem contribuir para o processo de (re)formulação que o curso se propõe. O mesmo vale para os processos de autoavaliação. O trabalho vem ocorrendo lento, porém contínuo, e tem agregado a participação dos professores em torno da discussão da reformulação do PPC. O SINAES não deixa de influenciar também cursos consolidados anterior a Lei, como é o caso do curso de Pedagogia da UFSM, em especial na manutenção dos requisitos mínimos para manter-se como um curso considerado de qualidade no sistema. Referente ao aspecto regulador, o SINAES é um grande influenciador do currículo, mas referente aos aspectos pedagógicos e de qualidade, dependerá das ações desencadeadas pela autoavaliação nos cursos, pois autoavaliação também é um aspecto do SINAES que precisa ser incentivado.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Constatou-se que nessa investigação, ambos os cursos propõem alterações nos projetos visando a melhoria e a qualificação pela via do currículo, no entanto as diferenças observadas entre um curso e outro ocorre na ação assumida em cada caso, em relação aos percursos e trajetórias próprias, embora influenciados pelas mesmas políticas. O curso de Pedagogia da UNIPAMPA, por ter sido avaliado in loco, demonstrou que o pilar avaliação do curso tem um significado importante gerando um relatório que serviu de ferramenta para a reformulação do PPC. Já o curso de Pedagogia da UFSM, por não ter passado por essa avaliação, neste momento, tem buscado exclusivamente analisar seu currículo e propor mudanças em seu Projeto Pedagógico, por outras formas de diagnóstico.

FICHAMENTO 18

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSO DE GRADUAÇÃO E OS PROCEDIMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DOS ACERVOS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

AUTOR: REGYCLÉIA BOTELHO CUTRIM ALVES

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UFSM

ANO: 2014

DISCUSSÃO: Envolve a avaliação da biblioteca universitária e os indicadores de qualificação dos acervos, pois estes ora apresentam-se de forma apenas suficiente, ora insuficiente, nas avaliações de cursos realizadas pelo INEP, isto é, tem o mínimo ou não tem.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Quais são os procedimentos dos cursos de graduação com relação a biblioteca para a qualificação dos acervos na Avaliação Externa?

OBJETIVO: Analisar os procedimentos dos cursos de graduação com relação a biblioteca para a qualificação dos acervos na Avaliação Externa.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada é o estudo de caso, caracterizada como um estudo quanti- qualitativo. Como técnica de coleta de dados qualitativa, são utilizadas a análise documental dos relatórios de avaliação dos cursos nos últimos três anos por renovação de reconhecimento e entrevistas com os sujeitos da pesquisa; e para a coleta quantitativa de dados, utilizaram-se questionários, que foram aplicados à população representada pelos professores da IFES pesquisada.

PRINCIPAIS AUTORES: DIAS SOBRINHO (1997), LEITÃO (2005, p.12), RISTOFF E GIOLLO (2006), BARREYRO (2003), BUARQUE (2003) e MIRANDA (2007).

RESULTADOS: Observa-se no panorama geral que dos quatro cursos de graduação presenciais avaliados nesse período apenas um, o Curso A, alcançou nota máxima, representada pelo conceito 5, nos indicadores da bibliografia básica e periódicos. A bibliografia básica do Curso A alcançou o conceito 5, de acordo com os avaliadores da comissão constituída, pois “atende o curso de modo bem satisfatório”.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os procedimentos adotados pelos cursos de graduação da IFES são desenvolvidos de modo independente em cada departamento, de forma que existem lacunas a serem sanadas em três dos cursos pesquisados para o alcance da qualificação dos cursos. Por outro lado, quando existe a integração entre os cursos e a biblioteca, a qualificação do acervo e sua avaliação alcançam conceitos satisfatórios na avaliação da instituição e do INEP.

FICHAMENTO 19

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: ASPECTOS CONTEXTUAIS E METODOLÓGICOS DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES UTILIZADOS PELOS ÓRGÃOS REGULADORES NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

AUTOR: EDCLEIDE MARIA DA SILVA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UFPE

ANO: 2013

DISCUSSÃO: O foco desta pesquisa é a avaliação da educação superior, a partir da compreensão e significado das consequências do estabelecimento e uso de um sistema de

indicadores formatados para a mensuração do desempenho dos atores envolvidos, bem como das estruturas físicas e tecnológicas das instituições de ensino superior, nas quais os cursos de graduação estão inseridos.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Em que medida os indicadores dos cursos de graduação atendem as características propostas no modelo de geração de indicadores proposto por Trzesniak, de modo que representem e descrevam questões relevantes a serem gerenciadas no âmbito do ensino?

OBJETIVO: Analisar uma amostra significativa dos indicadores da educação superior utilizados nos processos regulatórios – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento - dos cursos de graduação, com ênfase nos aspectos contextuais e metodológicos subjacentes a sua geração.

METODOLOGIA: Foi utilizado os pressupostos metodológicos de Trzesniak (1998). A análise considerou os critérios e os indicadores conforme os registros no instrumento de avaliação do INEP e as características a priori tomaram como corte epistêmico a metodologia elaborada por Trzesniak (1998), que trata dos aspectos conceituais e metodológicos para a geração de indicadores.

PRINCIPAIS AUTORES: Dias Sobrinho (2003), CASTRO (2004), MORIN (2007), VERGARA (2009), BERTOLIN (2011), ANDRADE (2009) e ANDRADE (2009).

RESULTADOS: Em síntese, pode-se afirmar que a amplitude do indicador produção científica, cultural, artística ou tecnológica está comprometida, uma vez que não mantém um mesmo significado ao medir a qualidade de cursos de instituições de categoria administrativa distinta (pública ou privada), seja pela estrutura organizacional, seja pelo regime de trabalho, claramente distintos. Do mesmo modo, a invariância de escala, em certa medida, não se faz presente, uma vez que o resultado do indicador pode não ter o mesmo significado pela presença de universidades com departamentos de dimensões (maior/menor número de docentes) muito diferentes.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Para o autor, não se trata de negar que o processo determina o resultado, mas sim de afirmar a incapacidade dos indicadores existentes para retratar a essência dos processos, reforçando a necessidade de melhoramento desses indicadores, evidenciada durante a análise. Contudo, não se pode afirmar tão veementemente a incapacidade dos indicadores existentes em retratar o processo de ensino. Afinal, eles se mostraram relevantes. É mais provável que o uso deles sem a compreensão de que são distintos conforme a sua natureza – estruturais, de processo e de resultado-, afete muito mais a qualidade do processo avaliatório.

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: APROPRIAÇÃO DA PRIMEIRA DIMENSÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO PELOS COORDENADORES DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UFJF, UFMG E UFPB

AUTOR: FABIANO CAVALCANTI MUNDIM

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UFJF

ANO: 2013

DISCUSSÃO: Este trabalho trata da apropriação do instrumento de avaliação de cursos de graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Ele prioriza, especificamente, a apropriação da primeira dimensão do instrumento (organização didático-pedagógica) pelos coordenadores dos cursos de Pedagogia EaD das seguintes instituições: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Os coordenadores dos cursos de Pedagogia EaD estão se apropriando da avaliação externa do SINAES? De que forma e para quais fins essa apropriação vem ocorrendo?

OBJETIVO: Analisar como e se os coordenadores dos cursos de Pedagogia (EaD) se apropriam do instrumento de avaliação e como lidam com o resultado dessa avaliação a fim de planejar ações de melhoria para o curso.

METODOLOGIA: Nesta pesquisa serão apresentados três estudos de caso. O estudo de caso permite coletar e registrar dados e informações de um momento particular. A partir disso, faz-se um relatório para analisá-lo criticamente, a fim de tomar decisões sobre ele ou propor um plano de ação. Para desenvolver os estudos de caso, é necessária sua delimitação, o trabalho de campo e a organização e produção do texto, narrativo, descritivo ou analítico

PRINCIPAIS AUTORES: NETO (2007), SANTOS (2005), LOPES et al. 2011, SINAES (2009), SAVIANI (2008), SILVA (1999), ARANHA (2006), BORGES et al. (2013), BELLONI (2001) e DUARTE (2004).

RESULTADOS: Nas entrevistas fica clara essa questão, ou seja, os cursos não adotam nenhuma ação para se apropriar do instrumento e do processo avaliativo, exceto um curso, cujo coordenador disse que a CPA orientou os envolvidos com o curso em relação a alguns aspectos da avaliação, o conhecimento do instrumento é um deles. A propósito, a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA), em 2003, a fim de elaborar propostas e subsídios para a alteração da Avaliação da Educação Superior, que, em 2004, culminou no Sinaes, apresentou a autoavaliação com subcomissões internas que avaliariam os cursos de graduação, entretanto, a prática não vigorou. Outra questão relevante, declarada na entrevista pelos três coordenadores, diz respeito ao preparo do avaliador em relação à modalidade a

distância. Este fato é preponderante para que haja uma reflexão sobre o conteúdo e a didática da capacitação deles, bem como sobre as exigências constantes nas legislações pertinentes à modalidade. Nesse sentido, pretendemos no plano de intervenção, a elaboração de uma proposta de aprimoramento, sobretudo no que concerne ao material didático, na capacitação dos avaliadores vinculados à modalidade a distância e a elaboração de estratégias de ação de apropriação da primeira dimensão do instrumento de avaliação de cursos por meio da autoavaliação.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: A educação superior a distância, por meio dos recursos tecnológicos, oferece diferentes possibilidades didático-pedagógicas. Assim, a utilização de tecnologias de informação e comunicação deve permear a relação ensino-aprendizagem. Há diferentes modelos de oferta de cursos a distância. A avaliação, interna e externa, de cada um deles faz-se necessária para diagnosticar as fragilidades e potencialidades dos cursos. Por isso, o governo deve priorizar a capacitação dos avaliadores, almejando a qualidade da educação superior sob a ótica da valorização da missão pública das instituições de educação superior, do respeito à diferença, à diversidade e à identidade delas.

Em relação à interatividade por meio das tecnologias na relação entre ensino e aprendizagem, vale questionar se o ensino a distância se caracteriza como uma modalidade ou forma de ensino, haja vista que o ensino presencial também utiliza as tecnologias de informação e comunicação e que, atualmente, há discussões em torno do predomínio do modelo híbrido de educação, que mescla o ensino presencial com o ensino a distância.

FICHAMENTO 21

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TÍTULO: AVALIAÇÃO DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE À DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA.

AUTOR: MELISSA LIOTTO

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANO: 2013

DISCUSSÃO: Esta tese apresenta a análise da percepção dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância, do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, com relação aos referências de qualidade para a educação superior a distância.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Qual a percepção dos alunos com relação à qualidade dos cursos superiores de tecnologia, na modalidade a distância?

OBJETIVO: Investigar e analisar a percepção dos alunos, de um curso superior de tecnologia, na modalidade a distância, considerando os oito tópicos dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, que são: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, sistemas de comunicação, material didático, avaliação, equipe multidisciplinar, infraestrutura de apoio, gestão acadêmico-administrativa, e sustentabilidade financeira.

METODOLOGIA: O método utilizado foi o estudo de caso, que teve como elemento de pesquisa o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. O estudo teve uma abordagem qualitativa e a coleta de dados foi através de pesquisa documental e da aplicação de questionário. A análise dos dados foi univariada, através da distribuição de frequência e análise de conteúdo.

PRINCIPAIS AUTORES: MORAN (2003), RUMBLE (2003), GARVIN (1992), CAMPOS (1994), CARAVANTES (1997), LEITE (2005), BARREYRO; ROTHEN (2008), DIAS SOBRINHO (2003), RISTOFF (1999) e BONDIOLA (2004).

RESULTADOS: Os resultados apurados demonstram que, na percepção dos alunos, o Curso Superior de Tecnologia atende ao disposto nas diretrizes dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a distância, no tocante aos aspectos didático-pedagógicos, quanto ao corpo docente, tutores e apoio administrativo, quanto a infraestrutura de apoio.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: A pesquisa identificou a percepção dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do IFSC, positiva quanto aos Referenciais de Qualidade, no que se refere à concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, aos sistemas de comunicação, ao material didático, à equipe multidisciplinar e a infraestrutura de apoio. Em relação ao aspecto avaliação, os alunos estão parcialmente satisfeitos, não identificando as diretrizes dos Referenciais de Qualidade em sua totalidade. Os alunos, de maneira geral, percebem que suas necessidades são atendidas quanto aos aspectos didático-pedagógicos, quanto a atuação dos tutores e coordenadores, e quanto a infraestrutura de apoio. Quanto a avaliação do curso e a atuação dos docentes, na percepção dos alunos, nem todas as necessidades são atendidas. Quanto ao nível de atendimento às diretrizes para a educação superior a distância, os alunos perceberam que as mesmas são atendidas na maioria das vezes, mas não na sua totalidade.

FICHAMENTO 22

TIPO DE PRODUÇÃO: Dissertação

TITULO: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO ÍNDICE GERAL DE CURSOS NA REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

AUTOR: PAOLA MATOS DA HORA

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

ANO: 2013

DISCUSSÃO: Dissertação trata de um tema permeado por contradições: a regulação da educação superior brasileira realizada pelos índices. As contradições se concretizam pelo fato de os índices terem sido incorporados por meio de portarias à política de avaliação vigente.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Como o Índice Geral de Cursos afere a qualidade das IES públicas e privadas do DF, tendo como recorte do estudo o curso de licenciatura em Letras?

OBJETIVO: Investigar como o Índice Geral de Cursos (IGC) induziu a qualidade no curso de licenciatura em Letras.

METODOLOGIA: Metodologia do trabalho é de proporcionar a realização de análises que visem a uma discussão mais aprofundada e articulada dos fenômenos. A discussão do método traz inevitavelmente um outro assunto de grande relevância para a metodologia, as categorias. No trabalho, as categorias estão divididas em dois grupos, para que, assim, possam subsidiar de forma mais coerente as análises que foram realizadas. As primeiras são denominadas categorias metodológicas, pois são oriundas do materialismo histórico-dialético, das quais, neste trabalho, serão discutidas a contradição e a mediação. E, por fim, dentre as categorias de conteúdo, que conferem maior organização ao trabalho, foram elencadas a avaliação como política pública, a qualidade na educação superior e a regulação. Essas categorias serão trabalhadas de forma conjunta ao longo de toda a dissertação, o que permite uma análise fidedigna dos fatos coletados.

PRINCIPAIS AUTORES: BARREYRO E ROTHEN (2006), BARROSO (2005), FREITAS (2011), SOUSA (2003), DIAS SOBRINHO (1995), BELLONI E BELLONI (2003), FÁVERO (2006), DIAS SOBRINHO (2003) e TRINDADE (2004).

RESULTADOS: Os dados coletados foram gravados, categorizados e interpretados, tendo em vista a perspectiva de análise de conteúdo. Diante dos relatos dos sujeitos da pesquisa, pode-se constatar que o índice não necessariamente está atrelado à indução da qualidade nas instituições. Ele é um indicador que foi contestado inúmeras vezes durante as entrevistas. “Nós sabemos que o IGC é uma composição de indicadores e aí, na verdade, a gente sabe que ele dá sinais de qualidade” (PCPA1, informação verbal). A fala deste sujeito evidencia que o IGC é a composição de indicadores que origina um cômputo final, variando em uma escala que vai de 1 a 5 e quantificando, assim, a qualidade da instituição. O cálculo do índice é questionado por três aspectos: (i) por não respeitar a organização acadêmica; (ii) por considerar medidas que nem sempre são qualitativas; e (iii) pela dificuldade em compreendê-lo. A instituição D justificou que, por ser pequena e funcionar apenas no período noturno, não tem a possibilidade de atender de forma positiva a todos os requisitos que são avaliados. Em contrapartida, a instituição C julga injusto ter que ser avaliado da mesma forma que uma faculdade que possui poucos cursos, alunos e professores, cuja dimensão da avaliação é

menor se comparada à do centro universitário e à universidade que possuem uma demanda maior. Já a instituição B também não concorda em ser avaliada com os mesmos critérios dos centros universitários e faculdades. A discordância em relação ao IGC atribuído às IES deve-se à complexidade envolvida nos processos de avaliação, pois algumas instituições são obrigadas a trabalhar com ensino, pesquisa e extensão, como é o caso das universidades.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ao tentar sanar os problemas detectados na pesquisa há a presença de um mecanismo em todas as IES pesquisadas, que é o da microrregulação, pois é através deste que as instituições procuram se ajustar de alguma maneira às exigências da política de avaliação nacional. As IES se ajustam para não serem punidas pela regulação. Logo, pode-se afirmar que o IGC conduz a um ajuste das condutas das instituições que não necessariamente está relacionado à qualidade. Essa regulação não propicia a promoção da qualidade nas instituições, pois tem servido como um recurso que garante o controle do funcionamento das instituições por parte do Estado. Portanto, a regulação feita pelo Estado garante o funcionamento das instituições, mas não a qualidade dos serviços prestados por estas.

FICHAMENTO 23

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: AVALIAÇÃO E QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DE SANTA CATARINA: Desafios do SINAES

AUTOR: RAFAEL PEREIRA OCAMPO MORÉ

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANO: 2012

DISCUSSÃO: O trabalho consiste em analisar os elementos estruturantes do SINAES assim como suas relações com a garantia da qualidade dos cursos de graduação na modalidade a distância, verificando se o sistema consegue garantir a qualidade dos cursos na nessa modalidade.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: O SINAES garante qualidade dos cursos de graduação no sistema federal na modalidade de educação a distância?

OBJETIVO: Analisar os elementos estruturantes do SINAES e suas relações com a garantia de qualidade dos cursos de graduação em Santa Catarina na modalidade a distância. Estudar a percepção dos representantes institucionais do governo (MEC, CONAES e INEP); examinar a perspectiva dos coordenadores de cursos de graduação a distância; e analisar a relação dos elementos estruturantes do SINAES.

METODOLOGIA: Adotou-se como metodologia pesquisas aplicadas, quantitativa e qualitativa, assim como exploratória, descritiva e método indutivo. Ainda foi necessário utilizar a técnica de coleta de dados documental e bibliográfica e os instrumentos entrevista semiestruturada e questionário.

PRINCIPAIS AUTORES: BELLONI (2006); BUARQUE (2003), SOBRINHO (2008), RISTOFF (1999) e FÁVERO (2006, p. 20).

RESULTADOS: A análise de dados consiste na análise de conteúdo e tabulação e análise de dados quantitativos. Os resultados alcançados demonstram que, apesar do avanço do sistema de avaliação, este não consegue cumprir com seu objetivo de assegurar a qualidade de cursos na modalidade a distância.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os oito itens analisados: (I) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; (II) Sistemas de Comunicação; (III) Material didático; (IV) Avaliação; (V) Equipe multidisciplinar; (VI) Infra-estrutura de apoio; (VII) Gestão Acadêmico- Administrativa; (VIII) Sustentabilidade financeira precisam de uma análise individual por parte dos gestores dos cursos superiores a distância, entendendo que a atuação de cada item pode influenciar, em proporções diferentes, o desenvolvimento de um curso a distância. Ressalta-se também a necessidade de uma análise de interdependência destes itens, uma vez que o sucesso ou fracasso de cada um pode influenciar no resultado do outro. Os itens não seriam suficientes, visto que aspectos como capacitação e desenvolvimento constante do corpo técnico, de tutores e de professores; os processos de recrutamento, seleção e motivação dos profissionais envolvidos; mapeamento, otimização e gestão dos principais processos envolvidos no desenvolvimento de cursos a distância não são apresentados, ou quando existem são tratados de modo superficial. Os aspectos inerentes a gestão de cursos, em especial de cursos a distância, por se tratar de uma estrutura complexa e com presença de multiprofissionais, exigiria um olhar mais crítico em aspectos referentes a gestão processos e de gestão de recursos humanos.

A unificação do instrumento de avaliação trouxe consigo as especificidades contidas nos instrumentos anteriores, podendo-se dizer que o atual instrumento representa uma “colcha de retalhos” dos instrumentos antecessores. Acredita-se que esse instrumento pode trazer dúvidas para muitos avaliadores, por exemplo, no caso da modalidade a distância, são 10 indicadores específicos da modalidade, mas entende-se que avaliadores poderiam ser defrontados durante a avaliação com um curso presencial com disciplinas a distância, respeitando o percentual máximo de 20, com atributos que deveriam ser cobrados somente para cursos a distância, e sendo assim, poderiam ter dúvida se devem ou não avaliar esse aspecto, e ainda mais, quando da não avaliação deste indicador por não se enquadrar nas especificidades do instrumento, os avaliadores poderiam estar prejudicando na avaliação daquele curso, pois o indicador excluído para este curso, quando de avaliação que poderia ser realizada, vindo a resultar uma nota positiva, viria a prejudicar na nota final do curso.

FICHAMENTO 24

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: CURRÍCULOS, PEDAGOGIA E AVALIAÇÃO EM CURSOS DE ENFERMAGEM E DE DIREITO: INFLUÊNCIAS DO DISCURSO REGULADOR GERAL E DO DISCURSO RECONTEXTUALIZADOR

AUTOR: CLARICE MONTEIRO ESCOTT

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANO: 2008

DISCUSSÃO: A presente tese, propõe a compreensão dos processos que levam à decisão sobre a organização curricular de Cursos de Graduação, em função das DCN, dos formatos de avaliação que foram adotados, da ação das Agências Profissionais e da referência institucional.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: O Discurso Regulador Geral do SINAES, das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e das Agências Profissionais, relativo às regras de currículo, pedagogia e avaliação, produz um quadro de isomorfismo e modelos estandardizados de currículo ou de autonomia das IES na construção e na implementação dos currículos?

OBJETIVO: Analisar a influência do DRG - das Diretrizes Curriculares Nacionais, do SINAES e dos Conselhos Profissionais na organização dos Cursos de Enfermagem e de Direito do Centro Universitário Metodista no período de 2004 a 2007.

METODOLOGIA: O estudo de caso que se apresenta caracterizou-se como descritivo, com abordagem qualitativa. Para tanto, realizou-se a análise de fatos primários, através da análise da Legislação vigente para a Educação Superior, da análise documental do Centro Universitário Metodista, dos Cursos de Enfermagem e de Direito, nos últimos quatro anos, bem como relatórios do INEP/MEC e fatos secundários, através das entrevistas com coordenadores, docentes e estudantes

PRINCIPAIS AUTORES: Leite (2000, 2005), Dias Sobrinho (2000, 2002), Cunha (1996), Saul (1998), House (2000), Santos (2004), Bernstein (1996, 1998), Domingos (1986)

RESULTADOS: Segue os destaques em relação às questões de pesquisa após a investigação e análise de dados dos Cursos de Enfermagem e Direito do Centro Universitário Metodista:

Currículo:

Curso de Enfermagem - sofre forte influência das Diretrizes Curriculares Nacionais e SINAES, nesse caso, identificados como Discurso Regulador Geral. o currículo do Curso, além de apresentar forte identificação com a Gramática do Discurso Institucional, organiza-se pelo que podemos denominar a partir da visão bernsteiniana de Currículo de Integração.

Curso de Direito - se estrutura sob forte influência das Diretrizes Curriculares Nacionais, atendendo às regras do dispositivo pedagógico definidas pelo Discurso Regulador Geral – DCN e SINAES. O currículo do Curso, apresenta forte identificação com a gramática do dispositivo pedagógico institucional, incluindo disciplinas e conteúdos voltados para a área dos Direitos Humanos não previstos nas DCN de Direito.

Pedagogia:

Curso de Enfermagem - o discurso regulador dominante indica claramente a necessidade e a ideologia da gramática instrucional, que se identifica com os códigos institucionais.

Curso de Direito - com enquadramento fraco nas DCN e nas normativas da OAB como Discurso Regulador.

Avaliação:

Curso de Enfermagem - o enquadramento é fraco, uma vez que respeita o tempo dos alunos e permite a efetiva participação dele no processo avaliativo.

Curso de Direito – os códigos das regras avaliativas não se encontram definidas pelas DCN e com forte influência do Exame de Ordem.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Tomando por base as relações teóricas e empíricas dessa investigação, entendo que os processos participativos e reflexivos de democracia efetiva identificados no estudo dos Cursos de Enfermagem e de Direito do Centro Universitário Metodista, não podem ser pensados como modelo ou formato pré determinado aplicável a todas as Instituições de Educação Superior, uma vez que, necessitam ser construídos coletivamente através das relações entre atores institucionais, com objetivos, dinâmicas e instâncias que correspondam às peculiaridades e necessidades do campo recontextualizador e de sua própria gramática. Se assim o fosse, tal modelo acabaria por tornar-se regulatório. Nessa tese evidenciaram que a tensão entre o DRG e o DIIt não apenas produz normas para organização do currículo, da pedagogia e da avaliação, mas pode, a partir da Gramática do Discurso da Gestão Institucional, constituir-se em um campo recontextualizador fértil para a construção da autonomia acadêmica da IES e seus Cursos.

FICHAMENTO 25

TIPO DE PRODUÇÃO: Tese

TÍTULO: AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REALIDADE NA EDUCAÇÃO MÉDICA

AUTOR: GIANNA LEPRE PERIM

INSTITUIÇÃO DE DEFESA: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ANO: 2007

DISCUSSÃO: Esse projeto de pesquisa tem como tema a Avaliação da Educação Superior e como objeto a Avaliação do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR, seus processos e resultados.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO/PERGUNTA DO TRABALHO: Os estudantes formados pela nova proposta curricular do curso de medicina da UEL apresentam bom desempenho quando comparados aos estudantes de outros cursos de medicina do país?

OBJETIVO: Analisar o processo de avaliação do Curso de Medicina da UEL e a partir deste, conhecer o desempenho de seus estudantes, em comparação com outros cursos de medicina do país.

METODOLOGIA: Foram utilizados os dados do ENADE/2004 de forma a permitir a comparação entre o desempenho dos estudantes da UEL e o desempenho dos estudantes de outras escolas médicas do país. Para conhecer o desempenho dos estudantes da UEL, avaliando o novo currículo do curso que utiliza Metodologias Ativas de Ensino aprendizagem, optou-se por comparar os resultados dos estudantes da UEL no ENADE em alguns contextos.

As opções em relação às escolas de metodologias ativas ficaram bastante reduzidas em função do pequeno número existente. Como muitas escolas introduziram as inovações curriculares há pouco tempo, foi necessário incluir no grupo, escolas que ainda não formaram a primeira turma, e, portanto, não receberam conceito no ENADE. Nesses casos, foram utilizados apenas os resultados dos ingressantes.

Com isso, definiu-se por analisar os resultados de 15 (quinze) escolas médicas: a Universidade Estadual de Londrina, 7 (sete) escolas que utilizam metodologias ativas e 7 (sete) escolas que não utilizam metodologias ativas de ensino.

PRINCIPAIS AUTORES: TEIXEIRA (1998, p. 69), SANTOS (2001), Dias Sobrinho (2002), PEREIRA (2003, p. 05), RISTOFF (2005) e Belloni (2003).

RESULTADOS: Para analisar o desempenho dos estudantes da UEL com as demais instituições, comparou-se o resultado geral obtido em cada uma das partes da prova, por cada grupo de estudantes: a área de medicina como um todo (BRASIL), os estudantes da UEL (UEL), os estudantes das escolas que não utilizam metodologias ativas de ensino-aprendizagem (MNA), e os estudantes das escolas que utilizam metodologias ativas de ensino-aprendizagem (MA).

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Considerando os resultados apresentados, pode-se dizer que os estudantes da UEL não só apresentam bom desempenho quando comparados com grupos de escolas que utilizam ou não metodologias ativas, como apresentam bom desempenho quando comparados com as escolas que obtiveram as melhores médias no ENADE.

Se a metodologia de ensino era uma preocupação de parte do corpo docente, que receava que a mesma pudesse impactar negativamente no desempenho dos estudantes frente a egressos de outras escolas médicas, o estudo demonstrou que isso não procede.

No entanto, não é possível afirmar que o uso das metodologias ativas seja tão importante na formação dos estudantes da UEL a ponto de distingui-los dos demais. Para tanto, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre o uso das metodologias, com o estabelecimento de controle sobre as demais variáveis da formação que interferem nos resultados obtidos no exame.

